nsc AN

DE 20 A 26 DE ABRIL DE 2024

# CENA QUE SE REPETE

Interdição da BR-101, causada por deslizamento no Morro dos Cavalos, expõe a fragilidade da logística no Estado e se soma a casos recentes que impactaram a economia. Entidades pedem soluções urgentes, enquanto motoristas relatam mais de 15 horas completamente parados na principal rodovia federal de Santa Catarina

PÁGINAS 4 A 6

**MORADIA**
Sete cidades de SC vão receber casas para afetados por enchentes
**PÁGINA 26**

**EDUCAÇÃO**
Dentista de Florianópolis conquista única vaga para doutorado nos EUA
**PÁGINA 34**

**PARIS-2024**
Catarinense carimba passaporte e vai disputar o tiro esportivo na Olimpíada
**PÁGINA 47**

9 771516 539018

JOINVILLE
ANO 102
Nº 23.542
R$ 9,90

nsccomunicacao.com.br

**Presidente-executivo**
Mário Neves

**Conteúdo:** César Seabra
**Mercado:** Adriano Araldi
**Operações e Produtos Digitais:** Bruno Watté
**Gestão e Finanças:** Michel Chaowiche
**Jurídico e Institucional:** Paulo Gallotti

**Comitê Editorial**
César Seabra
Daniella Peretti
Luciano Calheiros
Porã Bernardes
Raquel Vieira
Romí de Liz

**Editor Responsável:** Augusto Ittner
**Projeto Gráfico:** Maiara Santos

**Mercado Leitor:** Jean Mannrich
**Comercial:** Aline Silvano (AN)
Patrícia Rodrigues (Santa)

FUNDADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1923

**REDAÇÃO:** Rua Pastor Guilherme Ráu, 250, Saguaçu, Joinville/SC
CEP 89221-020 - (47) 3419-8896

**AN.COM.BR**

FUNDADO EM 5 DE MAIO DE 1986

**REDAÇÃO:** Rua General Vieira da Rosa, 1570, Centro, Florianópolis/SC
CEP 88020-420 - (48) 3216-2500

**DIARIOCATARINENSE.COM.BR**

FUNDADO EM 22 DE SETEMBRO DE 1971

**REDAÇÃO:** R. Pres. Getúlio Vargas, 32, Centro, Blumenau/SC
CEP 89010-140 - (47) 3221-9922

**SANTA.COM.BR**



**Integrantes do**
**Presidente**
CARLOS EDUARDO SANCHEZ

**ATENDIMENTO AO ASSINANTE**
0800 644 4001
atendimento.nsc@nsc.com.br

**ANÚNCIOS**
Florianópolis: (48) 3216-3216
Blumenau: (47) 3221-9902
Joinville: (47) 3419-8889
anuncie@nsc.com.br

**PARA ASSINAR**
0800-6444001
www.assinensc.com.br

**VENDA AVULSA:** atendimento.nsc@nsc.com.br

**PREÇO DA VENDA AVULSA**
**Santa Catarina: R$ 9,90**

PERCENTUAL APROXIMADO DE IMPOSTO 3,65%

EDITORIAL

# Reféns da estrada. **Até quando?**

O fechamento esta semana da BR-101 — a principal rodovia federal que corta Santa Catarina — não foi a primeira, nem será a última ocorrência a causar impactos diretos à logística do Estado. O problema causado por um deslizamento de terra e que trouxe efeitos diretos à economia é algo, infelizmente, corriqueiro àqueles que precisam das nossas estradas para buscar o sustento da família.

Nem é preciso voltar tantos meses no tempo para lembrarmos da cratera gigante que se abriu na BR-470, em Rio do Sul, e deixou a principal via de escoamento da produção do Oeste à mercê do barro e do caos. Foram quatro semanas de fechamento até que a questão fosse resolvida e os carros e caminhões voltassem a circular através da maior cidade do Alto Vale. Simplesmente inacreditável e inaceitável.

Mais do que meros diagnósticos e promessas rasas e inconsequentes, Santa Catarina precisa de soluções urgentes. Como a distribuição da produção do Estado é baseada quase que inteiramente nas rodovias e nos caminhões, ter uma infraestrutura adequada é fundamental.

Mais do que meros diagnósticos e promessas rasas e inconsequentes, Santa Catarina precisa de soluções urgentes para resolver o problema crônico das rodovias, sejam elas estaduais ou federais

Relatórios como o elaborado no começo deste ano, pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), e que aponta 11 rodovias com pontos críticos de estrutura são importantes. Mas qual o remédio? Qual a resposta do poder público, em todas as suas esferas? Ações profiláticas, ou seja, quando se "resolve" um problema antes mesmo que ele ocorra, são as formas mais eficientes — e provavelmente mais baratas — de se lidar com esses intermináveis gargalos vividos pelos catarinenses .

A "Síndrome do Céu Azul", já mencionada por aqui e que diz respeito ao esquecimento de ações de prevenção a desastres quando o tempo está firme, também vale para esse momento. É quando a rodovia está limpa, sem pedras, sem lama, sem crateras, sem buracos e engarrafamentos, que os olhos para ela têm de estar abertos e atentos para resolver problemas como os relatados na reportagem especial que você confere nas páginas 4 a 7 desta edição.

Afinal, como diria o velho ditado: "Prevenir é melhor do que remediar".

Boa leitura e bom fim de semana.

CHARGE **ZÉ DASSILVA**

 nsctotal.com.br/ze-dassilva   @zedassilva   @ze_dassilva

NESTA **EDIÇÃO**



**nsctotal.com.br**
No NSC Total você acompanha todas as notícias de Santa Catarina, do Brasil e do mundo 24 horas por dia.

**CAPAS AN, DC E SANTA |** FOTO: Lucas Amorelli

# DAGMARA **SPAUTZ**

**nsctotal.com.br/dagmara**
dagmara.spautz@nsc.com.br
@dagspautz
(47) 99186-8819

## Salvo pelo **gongo**?

Dizem que a expressão "salvo pelo gongo" nasceu nas lutas de boxe. É quando um lutador em desvantagem, ou acuado, acaba beneficiado pelo fim do round, quando soa o gongo. Uma questão de timing — e de sorte.

Tudo indica que o senador Jorge Seif (PL), cuja cassação era dada como favas contadas nos corredores de Brasília, pode se beneficiar do "soar de um gongo": a proximidade entre o julgamento do processo contra ele no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as eleições municipais de outubro.

O risco de verticalização da disputa municipal, que significa dar ao PL a oportunidade de entrar no jogo com uma vantagem descomunal — voto combinado para prefeito e senador — acendeu o alerta nos últimos dias, tanto no TSE quanto no Supremo Tribunal Federal (STF). A ponto de, pela primeira vez nos últimos meses, a hipótese de absolvição de Seif ter passado a ser vista como uma possibilidade de concreta em Brasília.

Há duas semanas, essa era uma hipótese praticamente descartada. Embora houvesse indicativo de divergência entre os ministros, a tendência de cassação era praticamente unânime.

O jogo, no entanto, pode ter virado pelo cálculo de risco. Não se trata apenas de turbinar o PL com uma eventual eleição suplementar para o Senado junto com a eleição municipal, na avaliação da política. Mas de prejudicar outros partidos que também estarão disputando as prefeituras. A possibilidade de uma debandada de candidaturas em Santa Catarina já começou a circular por Brasília, e isso preocupa os tribunais.

Nos últimos dias, até mesmo deputados e senadores da base do governo Lula passaram a atuar em favor da permanência de Jorge Seif no Senado, entendendo que as consequências da cassação são potencialmente perigosas.

A sorte de Seif, ao que parece, está no timing. A tramitação do processo deixou a ação "na cara do gol" em um período muito próximo das eleições municipais. Se o processo entrasse em votação em plenário no ano passado, por exemplo, o cenário seria outro.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

### PIANINHO

Jorge Seif acompanhou os advogados em visitas aos gabinetes dos ministros do TSE e do STF nas últimas semanas. Foi uma estratégia para suavizar as relações do senador com o Judiciário. Aliás, chama atenção a mudança na postura de Seif nas redes sociais, especialmente quanto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Crítico contumaz dos ministros do STF, o que era visto como uma estratégia perigosa até mesmo por aliados, Seif baixou a guarda e focou em outros assuntos nas últimas semanas, diante do julgamento.

### CURTAS

> O PSD vai à Justiça para requerer o mandato do deputado federal Ricardo Guidi, que se filiou ao PL.

> Em SC, o partido foi o único a perder um quadro no Congresso Nacional na janela de transferências.

### ALEXANDRE

A inclusão do processo contra o senador Jorge Seif na pauta do Tribunal Superior Eleitoral cabe ao presidente, ministro Alexandre de Moraes. E ele não tem prazo para fazer isso. A maioria das fontes ouvidas pela coluna acredita que a ação retorna ao plenário nos próximos dias.

### TEMPO

Há quem aposte que o ministro deixará o processo amadurecer na gaveta. Moraes deixa a presidência do TSE em junho, quando será substituído pela ministra Carmen Lúcia. Em agosto, o ministro Kássio Nunes Marques assume o posto.

### A TESE

Enquanto isso, o PSD nacional trabalha para fazer valer a tese que afasta a hipótese de uma nova eleição para o Senado e determina recontagem de votos, excluindo a votação de Jorge Seif — o que daria o mandato de senador ao ex-governador Raimundo Colombo (PSD).

### FÔLEGO

A hipótese, que leva em conta o texto constitucional, ganhou fôlego ao longo das semanas que antecederam o início do julgamento e conquistou adeptos do porte de Gilmar Mendes e Michel Temer. Mas encontrou um impasse: ministros do TSE estariam melindrados em tratar de matéria constitucional, que é prerrogativa do Supremo. É nesse meio de campo que os advogados e a política estão atuando.

### DISTINTO

A inovação eleitoral proposta na tese é um "distinguishing": a ideia é que o Tribunal decida de forma diferente da jurisprudência, sob o entendimento de que o julgamento tem particularidades que precisam ser consideradas.

### ELE VEIO

A situação no Morro dos Cavalos, que deixou motoristas parados por 50 horas, repercutiu em Brasília. A ponto do ministro dos Transportes, Renan Filho, ter sido recomendado a adiar viagem ao Estado para não ter a pauta "engolida" pelo problema. Renan decidiu vir. Fez bem.

# BLOQUEADOS PELA **FRAGILIDADE**

Santa Catarina convive, cada vez mais, com episódios de sufocamento rodoviário causados por falta de infraestrutura adequada. Bloqueio da BR-101 no Morro dos Cavalos no último final de semana se soma a outros casos que interromperam rodovias e trouxeram prejuízos inestimáveis aos catarinenses

**ÂNDERSON SILVA**
anderson.silva@nsc.com.br

Espalham-se os relatos de quem perdeu seis, sete, oito, até 12 horas. Famílias com crianças, motoristas com cargas perecíveis, ônibus de transporte intermunicipal cheios. Todos parados no mesmo local: a BR-101, na região do Morro dos Cavalos, ou até 30 quilômetros dali, que é o tamanho das filas em somente um dos sentidos da rodovia mais movimentada de Santa Catarina. Com o deslizamento de pedras sobre a estrada na noite de 13 de abril, o trecho segue com restrições depois de ficar três dias totalmente fechado. Até o fechamento desta edição, o congestionamento seguia, no sentido Norte do Estado, com relatos de espera de até 12 horas. Um episódio que poderia ser chamado de isolado se não fossem outros recentes envolvendo a infraestrutura rodoviária catarinense.

Assim como na BR-101, a sequência dela para quem vai ao Paraná, a BR-376, vive um drama igual. Por conta dos riscos de deslizamento, há interdições frequentes pela falta de segurança no trecho paranaense. Já na BR-470, que corta o Vale do Itajaí e o Meio Oeste catarinense, uma cratera gigante que se abriu no mês de fevereiro deixou a estrada por quatro semanas totalmente fechada. Caminhões nem sequer podiam passar por ruas menores na região e tinham de utilizar caminhos alternativos distantes — e, como consequência, mais caros do ponto de vista logístico. Para se entender o tamanho do problema enfrentado com as chuvas e fenômenos climáticos na infraestrutura rodoviária, um número é fundamental: somados os levantamentos dos governo do Estado e federal, chega-se perto de R$ 1 bilhão somente para os reparos de episódios do último ano. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Mario Cezar Aguiar, a entidade propôs que seja feito um plano para Adaptação às Mudanças Climáticas para mitigar os efeitos dos eventos severos.

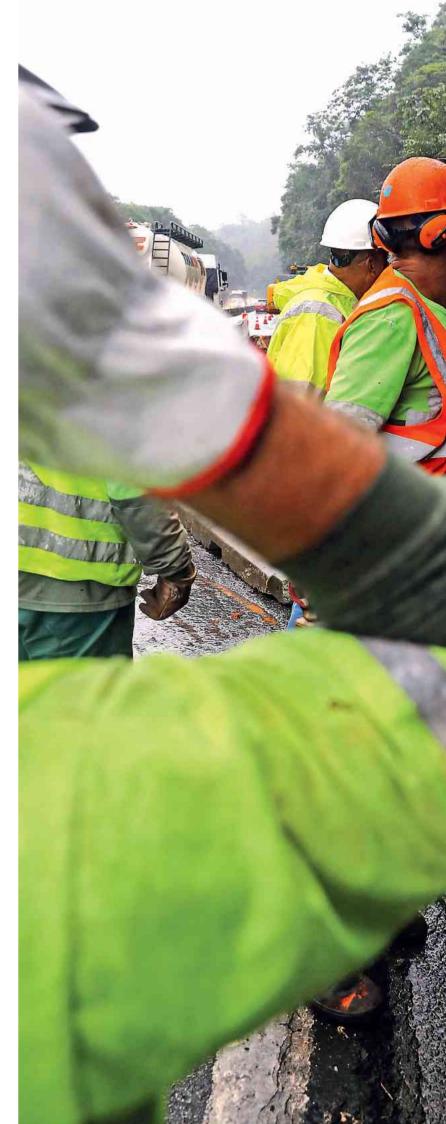
— Neste plano deverá ser incorporada uma análise de risco identificando os pontos críticos das rodovias, rotas alternativas e plano emergencial. Esta ação deve ser uma iniciativa da concessionária em conjunto com a Defesa Civil, a Polícia Rodoviária Federal, entre outros entes relacionados ao tema. Este plano deveria ser adotado para toda a malha rodoviária catarinense — explica Aguiar.

Destacada pelo presidente da Fiesc, a necessidade de rotas alternativas entra em uma das principais fragilidades do Estado. Santa Catarina possui poucas rotas constantes e de qualidade, sem opções seguras para momentos de crise. Para o presidente da Federação das Transportadoras de Cargas (Fetrancesc), Dagnor Schneider, a queda de barreiras Morro dos Cavalos, e o consequente bloqueio do trânsito na principal rodovia federal de Santa Catarina revela, mais uma vez, "a situação angustiante a que todos os catarinenses estão suscetíveis quando se trata de mobilidade e de infraestrutura rodoviária em nosso Estado". Ele ainda ressalta a fragilidade diante das chuvas de alto volume:

— É urgentíssima a necessidade de melhorias, de ampliação da malha viária, da construção de novas vias alternativas e de investimentos constantes em manutenção. Sem isso, continuaremos presos em filas, sem atendimento às necessidades mais básicas do ser humano.

Para o coordenador do Fórum Parlamentar catarinense em Brasília, o deputado Valdir Cobalchini (MDB), a infraestrutura viária é "absoluta prioridade" da bancada nas discussões junto ao governo federal. Ele cita projetos de duplicações que estão sendo licitados, como no trecho do Alto Vale da BR-470 e na BR-282, que corta o Estado. Segundo ele, nos próximos dias, os deputados e senadores estarão com o ministro dos Transportes, Renan Filho, para debater alternativas ao Morro dos Cavalos.

Trabalhadores foram mobilizados para liberar Morro dos Cavalo, em Palhoça, onde barro interditou a BR-101

FOTOS LUCAS AMORELLI

# Em Santa Catarina, ministro diz que governo federal quer acelerar obras

Ao participar de inaugurações em Santa Catarina, nesta semana, o ministro dos Transportes, Renan Filho, respondeu a questionamentos sobre investimentos na BR-101 e em outras rodovias federais. Segundo ele, a solução para a 101 passa pela repactuação do contrato da rodovia no trecho Norte. O processo já está em andamento, e agora a sociedade catarinense será chamada a debater quais obras precisam ser incluídas.

— Então a gente precisa fazer uma discussão que permita acelerar essas obras, como está feito no Brasil inteiro, e em breve nós faremos aqui em Santa Catarina, ouvindo a sociedade, a classe política, o governo do Estado, é assim que a gente tem promovido nos outros Estados — explicou o ministro.

A novidade trazida por Renan é que, diferentemente do que se sabia anteriormente, não necessariamente será a Arteris Litoral Sul que fará as obras acordadas no plano de repactuação. Um novo leilão será feito na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. A empresa que oferecer o menor preço de pedágio para executar os serviços vai ficar com a concessão, podendo ser a atual concessionária ou não a ficar com a responsabilidade.

Em relação aos demais trechos catarinenses de rodovias federais, que não são concessionados, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Santa Catarina, Alisson de Andrade, diz que há obras previstas ou projetos em andamento.

Além das duplicações das BRs 470 e 280 e das obras na 163 e 285, todas em andamento, estão avançando também os estudos para mais duplicações, como na 282. Para outros serviços, ele admite que precisa de "espaço no orçamento" do governo federal.

Nas rodovias estaduais, o governo catarinense lançou em 2023 o programa Estrada Boa, com a promessa de fazer obras em 10 meses para recuperar situações pontuais e em até três anos de grandes serviços nas SCs. A previsão é de R$ 2,16 bilhões.

Além disso, o governo do Estado pretende lançar um programa de infraestrutura com a participação do setor privados através de concessões ou parcerias público-privadas, mas não para administração das atuais rodovias, e sim nos casos de outros projetos, como uma via paralela à BR-101, entre Biguaçu e Joinville.

>> SEGUE >>

BR-101 registrou mais de 30 quilômetros de fila por conta do problema

# SETE CIDADES EM **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**

Veículos que se deslocam no sentido Sul da BR-101 ficaram horas presos na altura do Morro dos Cavalos, em Palhoça, nos últimos dias. A rodovia foi interditada em decorrência de um deslizamento, na noite de sábado (13). Em torno das 23h do dia seguinte, as pessoas que estavam presas no trecho foram liberadas e, apesar dos trabalhos para o desbloqueio, longos congestionamentos ainda foram registrados durante toda a semana.

Morador do bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, Gustavo Corrêa Barros ficou 17 horas parado na entrada do Morro dos Cavalos. Ele e mais duas pessoas saíram de casa às 5h de domingo, sem saber que a rodovia estava interditada, em direção a Porto Alegre.

— O ponto onde estamos é matagal para os dois lados, não tem nenhuma iluminação. Estamos sem banheiro, sem água e comida. Totalmente no escuro e embaixo d'água — relatou ele.

Gustavo conta que dezenas de motoristas ficaram na mesma situação, parados no local desde a manhã. Havia pessoas com crianças e idosos dentro do carro. Um motorista estava no local desde a noite de sábado, segundo Gustavo.

— Boa parte das pessoas que estão aqui não tem para onde voltar, estão reféns.

No fim da tarde, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) passou no local e distribuiu bolachas e água para os motoristas.

As chuvas que atingiram Santa Catarina desde o último fim de semana trouxeram prejuízos a dezenas de municípios. Sete deles decretaram situação de emergência: Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Garopaba, Águas Mornas, Imbituba e Palhoça. A documentação enviada está sob análise do Estado para homologação dessa condição — algo fundamental para que as prefeituras possam ter acesso rápido a recursos para ações emergenciais.

Só em Santo Amaro da Imperatriz, por exemplo, choveu 504 milímetros, o equivalente a 504 litros de água por metro quadrado. Esse número é mais do que o dobro esperado para todo o mês. Garopaba, Águas Mornas, São José e Antônio Carlos também registraram índices acima dos 400 milímetros, muito maior do que a média para o mês de abril, de acordo com os meteorologistas.

Cidades como Paulo Lopes e São João Batista, ambas na Grande Florianópolis, ficaram embaixo d'água no início da semana. Imagens feitas de drone mostram a dimensão dos estragos, com ruas totalmente cobertas pela água barrenta e pontes completamente submersas. Ao todo, segundo a Defesa Civil de Santa Catarina, 194 pessoas ficaram desalojadas, sendo 120 em Paulo Lopes, 50 em Palhoça, 20 em Biguaçu, duas em Imbituba e outras duas em Tubarão — essas últimas no Sul do Estado.

Ao todo, a mobilização das forças de segurança englobou os dias 11 a 16 de abril, inclusive com ativação do Grupo de Resposta e Ações Coordenadas (Grac), que nada mais é do que um protocolo de sinergia entre diferentes órgãos, secretarias de Estado, corporações e instituições durante momentos de crise.

Os prejuízos das chuvas ainda estão sendo calculados pelas prefeituras e, felizmente, apesar dos impactos à população por conta dos estragos, não houve registro nem mesmo de pessoas feridas durante os dias seguidos de mau tempo.

*Colaboraram Augusto Ittner e Mariana Barcellos*

**QUANTO CHOVEU NAS CIDADES DE SC**

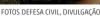
| CIDADE | MILÍMETROS* |
|---|---|
| Santo Amaro da Imperatriz | 504,4 |
| Garopaba | 483 |
| Águas Mornas | 438,8 |
| São José | 437,4 |
| Antônio Carlos | 409,4 |
| Palhoça | 369,8 |
| Biguaçu | 359,6 |
| Canelinha | 327,8 |
| Florianópolis | 305,8 |
| São João Batista | 303,5 |

** Cada milímetro equivale a 1 litro de água por metro quadrado*

FONTE: DEFESA CIVIL DE SC

FOTOS DEFESA CIVIL, DIVULGAÇÃO

**1** Chuvas deixaram Paulo Lopes embaixo d'água

**2** Pontes inteiras ficaram submersas em São João Batista

# BANCO MUNDIAL APROVA VERBA PARA **TÚNEL SUBAQUÁTICO** EM SC

Instituição internacional liberou financiamento de US$ 90 milhões para obra que vai ligar Itajaí a Navegantes e implementar soluções de transporte público integrado na região da Foz do Rio Itajaí-Açu

**DAGMARA SPAUTZ**
dagmara.spautz@nsc.com.br

O Conselho de Administração do Banco Mundial anunciou na última sexta-feira (12), em Washington, nos Estados Unidos, a aprovação do Promobis, projeto inédito de mobilidade para a região dos municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu que inclui transporte público integrado por BRT e um túnel subaquático para ligar Itajaí e Navegantes. O comunicado, distribuído em inglês pelo Banco Mundial, ressalta que 11 cidades e uma população de cerca de 592 mil pessoas serão beneficiadas "com mais empregos, serviços públicos e outras oportunidades".

"O projeto desenvolverá o primeiro sistema Bus Rapid Transit (BRT) da região, que funcionará exclusivamente com ônibus elétricos, ajudando a implementar o plano regional de mobilidade da AMFRI. Também investirá em medidas de segurança viária e na construção e manutenção de ciclovias, ciclovias e instalações para pedestres. Estas melhorias serão situadas ao longo do novo BRT para melhorar a acessibilidade e a conectividade para comunidades de baixa renda", relata o texto, que também fala do impacto ambiental que será gerado com o estímulo à utilização do transporte público. Sobre o túnel, o Banco Mundial explica que a proposta prevê um projeto em parceria público-privada, apoiado pelos municípios e pelo Governo do Estado.

O projeto em questão foi desenhado pelo ex-deputado federal Paulinho Bornhausen e implementado via Associação dos Municípios da Foz do Itajaí-Açu (Amfri). Johannes Zutt, diretor nacional do Banco Mundial para o Brasil, ressaltou que esta é a primeira vez que o banco colabora com um projeto de um consórcio de municípios — o que significa uma inovação importante no modelo de financiamentos.

— A melhoria da mobilidade urbana na região da Foz do Rio Itajaí vai aprimorar a vida das pessoas mais pobres e vulneráveis da região, que dependem desproporcionalmente do transporte público, da caminhada e da bicicleta para chegar aos seus empregos, escolas, postos de saúde e outros serviços — avaliou Zutt.

Proposta para conectar cidades é de um túnel pré-moldado, com três pistas em cada sentido e espaço para pedestres e ciclistas

## MUNICÍPIOS VÃO DESEMBOLSAR CONTRAPARTIDA DE US$ 30 MI

O projeto prevê um financiamento de US$ 90 milhões do Banco Mundial, que corresponde a cerca de R$ 450 milhões. Os municípios darão, em conjunto, uma contrapartida de US$ 30 milhões, o equivalente a R$ 150 milhões. Outros R$ 210 milhões serão captados junto à iniciativa privada.

A proposta para conectar as duas margens do Rio Itajaí-Açu perto da sua foz é de um túnel pré-moldado, com três pistas em cada sentido e espaço para pedestres e ciclistas. A construção terá os custos divididos entre poder público e iniciativa privada, que vai operar o pedágio do túnel depois de pronto. Hoje, as tarifas são estimadas entre R$ 4,50 e R$ 10. O projeto é inspirado na proposta do túnel Santos-Guarujá, que deve entrar na previsão de investimentos para a desestatização do Porto de Santos. São obras gigantescas, com tecnologia inédita no país.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

# RENATO **IGOR**

**nsctotal.com.br/renato**
renato.igor@nsc.com.br
@renatoigor

## Máquina coloca **economia do surf** em outro patamar em SC

Florianópolis tem um exemplo de sucesso da aproximação da academia com a economia. O ex-competidor e hoje surfista, shaper e empresário Rodrigo Silva procurou o IFSC em 2005 para desenvolver uma máquina de Controle Numérico Computadorizado (CNC).

A ideia era que a máquina fizesse o corte do bloco de uma prancha em dimensões precisas definidas pelo shaper. A iniciativa partiu de Rodrigo e o IFSC abraçou a ideia. Silva colocou mais de R$ 100 mil com recursos próprios no projeto.

Bolsistas do Cefet-SC (IFSC) foram contratados, houve o aprendizado, o desenvolvimento de uma nova máquina e o alavancamento de um setor econômico.

Atualmente a SRS Surfboards, do Campeche, em Florianópolis, emprega nove pessoas, produz até 150 pranchas por mês, vende para todo o Brasil e exporta para o Chile.

RENATO IGOR

O surfista, shaper e empresário Rodrigo Silva, de Florianópolis, e a máquina desenvolvida com o IFSC

### O QUE SOBRAL NO CEARÁ TEM PARA ENSINAR PARA SC SOBRE EDUCAÇÃO

Há 27 anos em Sobral, no interior do Ceará, a prefeitura da cidade tomou a decisão de estabelecer a educação como prioridade. O município saltou dos piores indicadores do país para a ponta de cima em qualidade na educação básica. Esse caso de sucesso foi compartilhado semana passada em uma palestra na Alesc pelo secretário de Educação de Sobral, Francisco Herbert Lima Vasconcelos, a convite do deputado estadual Mário Motta (PSD).

O programa Conversas Cruzadas da CBN Floripa tratou do assunto e ouviu o parlamentar e o secretário municipal. Após conhecer o que faz Sobral há quase 30 anos, o cidadão percebe o quanto de racional e óbvio é o método aplicado. Mas o grande problema, é que, no Brasil, nem o óbvio é realizado.

O modelo de Sobral é baseado em três pilares:

Fortalecimento na gestão: Os diretores de escolas são escolhidos em processo seletivo meritocrático. O processo leva seis meses. Há uma prova escrita eliminatória, entrevista com psicólogo, análise de currículo e curso de formação.

Formação de professores e valorização: Existe uma lei há mais de 25 anos que estabelece a bonificação de professores a partir do resultado da aprendizagem na sala de aula.

Sistema avaliação: Não há aprovação automática e há avaliação permanente de monitoramento e acompanhamento dos estudantes a cada seis meses.

A evasão escolar é zero pois há uma intolerância à ausência do aluno na sala de aula. Há um sistema de busca ativa de alunos faltosos e se um estudante não comparecer por um dia, técnicos vão até a casa dos pais para saber o motivo.

Não se perde tempo com questões como Escola sem Partido, Ideologia de Gênero e outras polêmicas atiçadas pela polarização política e que desviam o foco do principal: a aprendizagem do que realmente interessa.

— Isso tudo são distrações que desviam o foco do que é principal — diz, assertivamente, o secretário Francisco.

Com 200 mil habitantes, o município de Sobral ganhou reconhecimento pelos resultados consistentes e acima da média nacional em avaliações como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal medidor de desempenho dos estudantes do Ministério da Educação. Sobral e Coruripe (PE) são os únicos municípios brasileiros cujas médias no 5º e 9º ano se comparam com as das escolas privadas do país, e muito acima da média das escolas privadas dos respectivos estados.

O que precisa ser feito já sabemos. É ter vontade política, vencer as resistências internas e corporativistas e pensar no futuro nas crianças, de verdade.

**DEU NA CBN**

O Oeste é a bola da vez para investimentos

**ALYSSON DE ANDRADE,**
superintendente do DNIT em SC

### DNIT

O DNIT em Santa Catarina possui hoje 103 servidores, sendo que 35 são engenheiros. A superintendência nacional pediu à secretaria do Planejamento 1.700 novas vagas. Foram concedidas 100 para o Brasil todo. Destas, uma será para Santa Catarina, e não é para engenheiro.

### FOGO DE PALHA

E o Novo Arcabouço Fiscal de Lula 3 não durou sete meses. Agora, o Planalto quer reduzir as metas de superávit primário para as contas públicas dos próximos anos.

### DILMOU

O Governo Lula procura mais R$ 35 bilhões para baixar a conta de luz. Uma MP (medida provisória) publicada pretende baixar a conta de luz em até 5% neste ano. O desastre econômico promovido no governo Dilma já nos mostrou o quanto a produção de tarifas artificiais são nocivas ao país, pois a conta vem em dobro depois.

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

Sistema de Esgotamento Sanitário Araquari – Itinga | ACERVO CASAN.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos uma Nova CASAN, que reflete as novas demandas do mundo atual, cujo cenário é que a única certeza é a mudança constante, transformando profundamente os negócios, um imperativo para as empresas se manterem competitivas em meio à volatilidade permanente.

Renunciar a cultura de manutenção do *status quo* para adotar uma cultura que estimula a mudança permanente, que privilegia a execução ágil e eficaz, com simplicidade e sem silos.

Novas dimensões que retratem as prioridades organizacionais: performance financeira, saúde organizacional, talentos e capacidades, centrada nos clientes e na sustentabilidade.

Mudança ambiciosa e significativa no modelo de negócio, nas ações estratégicas e operacionais e na transformação mental e tecnológica (digital e analytics) da empresa. A nova estratégia da CASAN é um processo dinâmico e fluido, com a consciência de que é uma prestadora de serviços, apaixonada pela inovação com foco na solução dos problemas, e ciente que as mudanças dependem de pessoas que trabalham em cooperação permanente, engajadas, capazes de mobilizar as forças racionais e emocionais, sendo valorizadas por suas iniciativas, sem medo de cometer erros – mas corrigindo-os rapidamente, formando uma equipe de líderes ambidestra e de alta-performance, alinhada com os propósitos da empresa.

A prioridade é alcançar a meta estipulada pelo Acionista Majoritário, de atingir 50% de cobertura estadual com coleta e tratamento de esgoto até o ano de 2026. Para tal há necessidade de alavancar recursos da ordem de R$ 2 bilhões, a serem aplicados nos municípios atendidos pela CASAN, que correspondem a 40% da população catarinense.

Para fazer frente ao desafio de ampliação da cobertura dos serviços de esgoto serão adotados novos modelos de negócios:

• Obras próprias que utilizem tanto tecnologias modernas como tradicionais, buscando maior eficiência na aplicação dos recursos e eficácia na operação e tratamento.
• Esgoto sobre Rodas
• Parcerias Público-Privadas (PPP)

Quanto aos serviços de abastecimento de água, a Companhia mantém-se atenta, investindo para ampliar a atual cobertura de 98% dos habitantes das regiões urbanas nos municípios em que atua.

Outras ações que são foco da administração passam pela análise criteriosa das despesas, buscando redução; nesta mesma direção, tem-se lançado editais para compra de energia no mercado livre; estudos do uso do lodo para geração de receita; e aprimoramento da estrutura de capital.

A situação climática impõe-se de forma desafiadora no negócio da CASAN, as condições extremas de excesso de chuva – que comprometem a qualidade e as condições de captação nos mananciais, bem como o oposto, as estiagens, necessitam de novos paradigmas de enfrentamento.

Face a todo o cenário exposto é que reforçamos ser imperioso a adequação da estrutura da Companhia, conjuntamente com a atualização para uma nova mentalidade, integradas nas ações do Acionista Majoritário, para compor esse universo que se impõe.

## 2. A CASAN E SEU MERCADO DE ATUAÇÃO

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/dezembro/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista, atuando como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tem como missão ***Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.*** A missão CASAN está apoiada em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

• Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados.

• Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável através da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente.

• Saúde Pública - Participar de forma proativa com ações focadas na saúde ambiental e qualidade de vida da população atendida por seus serviços.

• Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empreendimento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

A CASAN encerrou o ano de 2023 prestando os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado de Santa Catarina e o município de Barracão, no Paraná), de forma que o equivalente a 41% da população catarinense foi beneficiada pelos serviços da Companhia, conforme demonstrado na Figura 1 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina. A CASAN também forneceu água no atacado para outros 6 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população de 349 mil habitantes.

Em linhas gerais, a operação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) é composta pelas etapas de captação de água bruta, tratamento e distribuição de água tratada e a operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) compreende as etapas de coleta, tratamento e emissão final de efluentes.

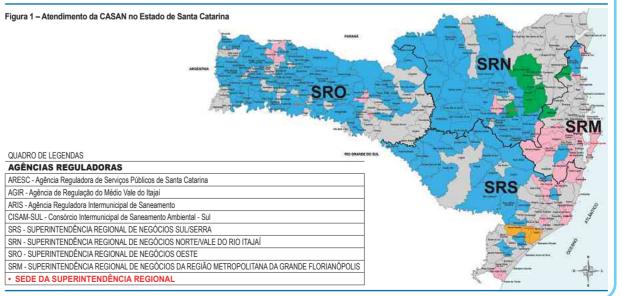
Um resumo sobre as operações dos SAA e SES em 2023:

*Quadro 1- Dados Operação CASAN 2023*

| Dados 2023 | Abastecimento de Água | Esgotamento Sanitário |
|---|---|---|
| Sistemas operados | 256 | 35 |
| Municípios atendidos | 194 | 31 |
| População total atendida | 3 milhões | 931 mil |

A operacionalização dos sistemas é realizada através de 4 Superintendências Regionais de Negócios, 118 Agências e 76 DOPs (Distritos Operacionais) contando em 31/12/2023 com a colaboração de 2.743 empregados.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada e Convênios de Gestão Compartilhada. Esses são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

**Figura 1 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina**

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

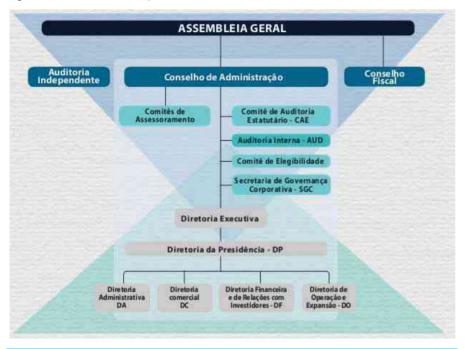
*Quadro 2- Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais – 31/12/2023*

| Superintendência | Municípios*¹ | Água *² | | Esgoto *² | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Ligações | Unidades Autônomas | Ligações | Unidades Autônomas |
| Metropolitana - SRM | 18 | 263.615 | 507.034 | 72.270 | 221.462 |
| Norte/Vale - SRN | 49 | 173.296 | 207.616 | 14.703 | 21.408 |
| Oeste - SRO | 90 | 227.116 | 308.278 | 28.965 | 57.875 |
| Sul/Serra - SRS | 37 | 179.941 | 243.501 | 27.957 | 62.806 |
| **Total CASAN** | **194** | **843.982** | **1.266.443** | **143.895** | **363.551** |

*¹ Considera o município de Barracão no Paraná/PR.
*² Base de faturamento. Considera os municípios clientes.

## 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada à estrutura de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado no organograma representativo da administração superior da organização.

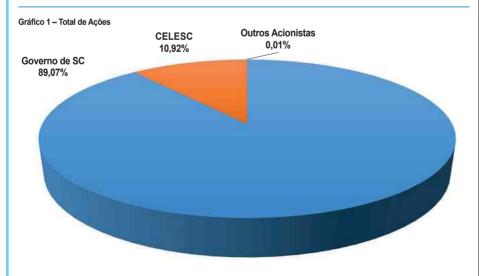
*Figura 2 – Estrutura de Governança da CASAN*

## 4. ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social da CASAN é formado por 1.039.655.158 ações, sendo 517.368.721 ações ordinárias e 522.286.437 ações preferenciais. O Governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 89,07% das ações, é o acionista majoritário. A empresa CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A possui 10,92% das ações da Companhia e é a segunda maior acionista.

O restante das ações está pulverizado no mercado entre pessoas físicas e jurídicas.

**Quadro 3 – Composição acionária**

| ACIONISTAS | ORDINÁRIAS | % | PREFERÊNCIAIS | % | TOTAL | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Governo de SC | 460.598.011 | 89,03 | 465.460.017 | 89,12 | 926.058.028 | 89,07 |
| CELESC | 56.713.251 | 10,96 | 56.778.178 | 10,87 | 113.491.429 | 10,92 |
| Outros Acionistas | 57.459 | 0,01 | 48.242 | 0,01 | 105.701 | 0,01 |
| **Total de Ações** | **517.368.721** | **100,00** | **522.286.437** | **100,00** | **1.039.655.158** | **100,00** |

**Gráfico 1 – Total de Ações**

## 5. RELAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS E MARCO DO SANEAMENTO

A legislação federal – Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, trouxe um grande desafio para as empresas estaduais de saneamento, uma vez que vedou a formalização de novos contratos de programa com os municípios sem licitação e exigiu que os contratos regulares em vigor fossem modificados até 31 de março de 2022 para inclusão das novas metas de universalização previstas no art. 11-B, § 1º, da Lei nº 11.445/2007.

Em 2023, com a publicação dos Decretos Federais nº 11.466/2023 e nº 11.467/2023, a Companhia regularizou a situação contratual com 16 municípios que ainda não haviam incorporado as novas metas de universalização e/ou tinham os seus prazos de vigência na iminência por encerrar.

Dos 181 municípios com instrumento contratual vigente até o final de 2023, 168 municípios possuem contratos em observância à nova legislação federal.

Os demais municípios em que a CASAN presta serviços sem contrato vigente, a Companhia aguarda a implementação da Prestação Regionalizada pelo Governo do Estado para restabelecer as tratativas com os municípios visando a regularização contratual.

## 6. CONJUNTURA ECONÔMICA

2023 foi um ano de estabilização econômica, período no qual a SELIC cedeu de seu maior nível nos últimos 7 anos, saindo de 13,75% para 11,75% e com sinalizações positivas de reduções em 2024, que já iniciou janeiro/24 reduzindo a SELIC para 11,25%. O afrouxamento monetário sinalizado, também externamente, apoia o otimismo para a Companhia otimizar os financiamentos necessários para atender as metas de universalização estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento, Lei 14.026/2020.

Não obstante, o novo arcabouço regulatório exige maiores esforços para atender as demandas crescentes dos municípios, que, se não atendidas, abre espaço para concorrentes disputarem espaço via novas licitações. É um tema complexo devido ao modelo tarifário atual e dos esforços para aumentar o ritmo de investimentos.

Paralelamente, a Companhia aguarda a normatização da chamada "Regionalização" prevista na legislação, o que permitiria ajustar o modelo tarifário e os contratos vigentes, resultando em um fluxo de caixa mais equilibrado e aumento nos investimentos via novas captações de recursos. De fato, a "Regionalização" seria um gatilho essencial para que a Companhia possa focar todos os seus esforços para alcançar a universalização do saneamento básico nos municípios em que atua.

### 6.1 REGIONALIZAÇÃO

A instituição da Regionalização se trata de uma obrigação trazida pela Lei Federal nº 14.026/2020 aos Estados, com vistas à obtenção de ganhos de escala para garantir a viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços e com o propósito de alcance das metas de universalização em 2033.

A regulamentação da Regionalização do saneamento em Santa Catarina pelo Governo do Estado se constitui como uma alternativa para a regularização contratual com municípios, e ao mesmo tempo uma oportunidade para que a CASAN possa ampliar a sua atuação.

No ano de 2023, a CASAN celebrou contrato com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – FUNDACE, para "CONSULTORIA TÉCNICO-INSTITUCIONAL PARA ESTRUTURAÇÃO E SUPORTE AO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA". Tal contratação resultou na minuta de Anteprojeto de Lei Complementar que modifica a estrutura regionalizada e institui nova forma de regionalização e, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil de Santa Catarina, foi realizada a Consulta Pública nº 01/2023 para apreciação deste Anteprojeto de Lei Complementar, assim intitulado: Anteprojeto de Lei Complementar Estadual nº 40/2023, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto de Santa Catarina (MIRAE-SC) e sua estrutura de governança e estabelece outras providências.

A partir disso, o Projeto de Lei Complementar Estadual seguirá para tramitação e aprovação junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Assim, a expectativa é de que em 2024, com a regionalização instituída, a Companhia possa manter e ampliar a sua atuação em Santa Catarina com vistas à universalização do saneamento até 2033, onde os Municípios e o Estado buscarão soluções comuns para os serviços públicos de saneamento básico, viabilizando o direito de acesso integral e universal de toda a população catarinense a esses serviços.

## 7. POLÍTICA TARIFÁRIA

O comprometimento em busca do alcance da meta de universalização dos serviços de abastecimento de água e os significativos esforços no sentido de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, demandam elevados investimentos que exigem da Companhia a captação de recursos externos para a realização das obras necessárias. A captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros, exige da CASAN a oferta de contrapartida do montante concedido, com aplicação de recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização (embasada na Lei nº 14.206/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007 e que são regulamentadas pelo Decreto nº 7.217/2010), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Visa também buscar um ponto de equilíbrio, que nos permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela CASAN, ao mesmo tempo que tem o intuito de inibir o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses. Em julho de 2023, com autorização das agências reguladoras, a CASAN aplicou reajuste tarifário de 6,35%, o qual se refere ao período de março/2022 a março/2023.

***Quadro 4 - Reajuste Tarifário - 2015 a 2023***

| Ano de reajuste | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Percentual (%) | 11,94 | 10,81 | 6,08 | 4,39 | 2,61 | - | 2,55 | 16,01 | 6,35 |

A Companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de usuários e com escalas por faixas/quantidades crescentes de volume fornecido, vigente para todos os municípios que detém a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

***Quadro 5 - Tabela tarifária CASAN***

1 metro cúbico ($m^3$) = 1 mil litros de água

<table>
<tr><th>Intervalo R$/m³</th><th>Residencial</th><th>Residencial Social</th><th>Comercial</th><th>Micro Peq. Comércio</th><th>Industrial</th><th>Pública Orgãos Públicos federais, estaduais e municipais</th><th>Pública Especial Entidades filantrópicas</th></tr>
<tr><td>TFDI* R$/mês</td><td>37,31</td><td>6,96</td><td>37,31</td><td>37,31</td><td>37,31</td><td>37,31</td><td>11,19</td></tr>
<tr><td>0 a 10</td><td>2,48</td><td>0,47</td><td>5,49</td><td>3,87</td><td>5,49</td><td>5,49</td><td>1,64</td></tr>
<tr><td>11 a 25</td><td>11,53</td><td>3,31</td><td rowspan="2">15,41</td><td rowspan="3">15,41</td><td rowspan="3">15,41</td><td rowspan="3">15,41</td><td rowspan="3">4,62</td></tr>
<tr><td>26 a 50</td><td>15,41</td><td>15,41</td></tr>
<tr><td>Acima de 50</td><td>19,39</td><td>19,39</td><td>19,39</td></tr>
</table>

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura
(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor Da Tarifa de Água

### 7.1 TARIFA SOCIAL

Em dezembro de 2023 a CASAN possuía enquadradas na Tarifa Social um total de 9.782 unidades autônomas, tarifa essa com valor subsidiado pelas demais categorias, com valor reduzido equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial em vigor, permitindo maior inclusão social através do acesso aos serviços de saneamento.

A Tarifa Social possui prazo de validade de 24 meses, sendo que todos os usuários enquadrados devem, nesse período, realizar o recadastramento do benefício.

## 8. INVESTIMENTO EXECUTADOS

No ano de 2023, a CASAN investiu R$462 milhões em seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 50% desses recursos, 49% dos investimentos foram direcionadas às ações relacionadas ao abastecimento de água e 1% dos investimentos foram aplicados em ações administrativas, comerciais e operacionais que atendem tanto água quanto esgoto.

Em virtude da capacidade financeira da Companhia, o total investido em 2023 foi inferior a 2022, contudo, ainda assim está num patamar superior aos demais anos do período histórico, como pode ser observado no quadro seguinte.

**Quadro 6 - Evolução dos Investimentos – 2018 a 2023 - (R$ mil)**

| Distribuição dos Investimentos | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Total no Período | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Água** | 33.933 | 52.471 | 77.243 | 129.353 | 301.606 | 224.556 | **819.162** | 39 |
| **Esgoto** | 173.352 | 192.600 | 270.525 | 110.102 | 196.250 | 230.823 | **1.173.652** | 56 |
| **Outros** | 31.076 | 0 | 28.029 | 12.806 | 35.167 | 6.674 | **113.752** | 5 |
| **Total** | **238.361** | **245.071** | **375.797** | **252.261** | **533.023** | **462.053** | **2.106.566** | **100** |

Os principais investimentos realizados ao longo de 2023 (em termos de montantes aplicados), para a implantação,

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos seguintes municípios:

**Quadro 7 – Principais Investimentos no ano (em termos de recursos aplicados)**

| MUNICÍPIO(S) | SISTEMA | OBRA |
|---|---|---|
| FLORIANÓPOLIS | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F) |
| FLORIANÓPOLIS | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande |
| SÃO JOSÉ e FLORIANÓPOLIS | Esgoto | Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas |
| FLORIANÓPOLIS | Apoio | Ações Complementares de Saneamento Básico e Proteção ao Meio Ambiente |
| BAL. BARRA DO SUL | Esgoto | Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| SÃO LOURENÇO DO OESTE | Esgoto | Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| DIVERSOS | Água | Aquisição de tubulações |
| XANXERÊ, XAXIM e CHAPECÓ | Água | Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado) |
| FLORIANÓPOLIS | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses |
| CURITIBANOS | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| MAFRA | Esgoto | Implantação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário |
| MUNICÍPIOS DIVERSOS | Água | Ampliação da Reservação |

Além das obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos como: ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

Especificamente sobre esgotamento sanitário, 5 obras entraram em operação em 2023, as quais beneficiaram as cidades de Balneário Barra do Sul, Florianópolis (Ingleses – em operação parcial), Catanduvas, Curitibanos (em operação parcial) e Itá (em operação parcial), fazendo com que a cobertura de esgoto do Estado se elevasse em 2,2%, passando de 32,4% em 2022 para uma cobertura de 34,6% em 2023.

Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem, para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na Capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e a implantação do Sistema Saco-Grande/Monte Verde, assim como a conclusão da interligação dos bairros Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio. Nas demais regiões do estado a CASAN avança com obras nas cidades Anita Garibaldi, Garopaba, Passo de Torres, Balneário Barra do Sul, Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, Palmeira, Piçarras, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, Urubici, Xaxim, Xanxerê, Urupema, Curitibanos e Chapecó (bairros Jardim América e Vila Rica). Adicionalmente, estão em andamento projetos para implantação da infraestrutura de esgoto em Barra Velha, Biguaçu, Catanduvas, Garopaba, Laguna, Painel e Rio do Sul.

A Companhia também dá continuidade àquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento.

1 Os dados apresentados de cobertura de esgoto foram calculados com base nos dados de Taxa de Ocupação do IBGE de 2010, pois os dados de Taxa de Ocupação por localidade do censo de 2022 ainda não foram divulgados pelo IBGE.

## 9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Atualmente, a CASAN conta com 48 projetos em seu portfólio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Dentre eles, 36 estão em desenvolvimento. Dentre os 36 projetos em desenvolvimento, 28 são projetos de pesquisa executados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Este universo de projetos trata sobre diversas áreas de conhecimento, passando por engenharia sanitária e ambiental, engenharia civil, biologia, arquitetura, direito, zootecnia, entre outras. Dos 36 projetos da carteira, 8 são dedicados ao desenvolvimento e inovação na CASAN, abordando desde projetos de inovação incremental (entendidos como projetos de melhoria para as áreas meio e fim da Companhia) até projetos de inovação disruptiva (e.g.: projeto de valorização do lodo produzido por ETEs e ETAs); Implantação do Building Information Modeling (BIM) na Companhia; Implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). A carteira de projetos soma R$ 21 milhões, sendo que destes R$ 1,3 milhões estão previstos para ser investidos em 2024.

A CASAN também procura inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela Companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um piloto para a implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Esta nova alternativa de serviço de esgotamento sanitário foi chamada de “Esgotamento sobre Rodas”. Atualmente 124 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Demonstrando amadurecimento da ideia, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou em 2023 a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado pela Companhia. A Companhia buscará realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas. Para o desenvolvimento do piloto a CASAN já investiu R$100 mil para a realização do projeto executivo de uma unidade de tratamento dedicada ao lodo dos sistemas individuais que atenderá 7 municípios no extremo Oeste do estado. A obra de construção da unidade já foi contratada por um valor de R$ 2.3 milhões e será executada no primeiro semestre de 2024. Em paralelo, a CASAN está implantando uma unidade piloto de gerenciamento de lodo de limpa fossas com a tecnologia de filtros plantados a ser instalada na ETE de Canasvieiras para avaliar estratégias operacionais. A pesquisa é realizada em conjunto com o Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado (GESAD) da Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE) e está estimada em R$ 600 mil ao longo de 4 anos de pesquisa.

Em outro front a CASAN vem atuando na otimização das suas despesas com energia elétrica. A Companhia é uma grande consumidora de energia no Estado de Santa Catarina, com consumo médio mensal de aproximadamente 18,0 GWh. Deste montante de energia, aproximadamente 25% provêm de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre, e os outros 75% provém do mercado regulado com 68% adquirida junto à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina e cerca de 7% supridos por outras Distribuidoras e Permissionárias. Para atingir o patamar atual, ao longo dos anos de 2022 e 2023 a CASAN investiu R$500 mil na adequação da sua infraestrutura de forma a possibilitar a migração para o mercado livre. A intenção da Companhia é manter a estratégia e ampliar a participação do mercado livre para 65% da sua demanda até o ano de 2026, inovando para reduzir uma das suas principais despesas operacionais.

Outra grande despesa da Companhia está relacionada a gestão do lodo das ETEs. Nesse sentido a CASAN está participando do edital Cidades Inteligentes – Subvenção Econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para realização de pesquisas para a valoração do lodo que contempla a construção de uma Unidade de Gestão de Lodo (UGL) por secagem solar e a realização de atividades de pesquisa com o lodo desidratado na UGL. O montante a ser investido no projeto é de R$ 15 milhões, sendo que 50% será despendido pelo FINEP.

## 10. GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Todas as organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades, com potencial para destruir ou agregar valor às partes interessadas. A gestão dessas incertezas possibilita tratá-las de forma sistemática, reagindo a mudanças de forma dinâmica e interativa, em consonância aos seus ambientes interno e externo. A CASAN tem destinado esforços para aumentar sua maturidade em relação a risco, compreender em detalhes os riscos mais relevantes e tratá-los de acordo com seu apetite e tolerância, combinando a expertise dos gestores com os sistemas e técnicas de gerenciamento de riscos. Nesse cenário, são propostos planos de ação em resposta aos fatores de risco com elevado grau de exposição, para atenuar a probabilidade de ocorrência e os impactos, caso estes venham a ocorrer em algum momento.

Na CASAN, a gestão de riscos é realizada no nível corporativo e por processo. O primeiro, voltado ao atingimento dos objetivos estratégicos em sentido amplo, é norteado pela Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes e competências para o gerenciamento dos riscos corporativos, com a finalidade de assegurar a consecução dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos às tomadas de decisões, estimular boas práticas de governança corporativa e aprimorar o desempenho organizacional e o ambiente de controle. O segundo, voltado ao atingimento de objetivos por processo, é regido pela Política de Controles Internos e Conformidade, que institui diretrizes e competências para a estruturação do Sistema de Controles Internos nos processos organizacionais, buscando manter em níveis aceitáveis os riscos de categoria operacional, divulgação e conformidade.

A CASAN possui também um Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e Integridade são previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à CASAN, sendo garantido o sigilo nos casos de averiguação de situações de descumprimento ao Código, com a devida confidencialidade das informações de modo a não haver represálias aos denunciantes por quaisquer comunicações e delações.

## 11. OUVIDORIA

A Ouvidoria desempenha um papel de extrema importância na CASAN, concentrando-se em atividades como receber, analisar e encaminhar reclamações de serviços atendidos de forma insatisfatória pelos “Canais de Atendimento - SAC”. Além disso, a missão da Ouvidoria abrange em acompanhar a resolução das demandas, gerir informações recebidas e encaminhar denúncias sobre práticas ilícitas contrárias aos interesses da Companhia, como fraudes, corrupção, falta de ética e desvios de conduta.

A principal missão da Ouvidoria é garantir o direito de todo cidadão que se relaciona com a CASAN, assegurando que suas solicitações sejam analisadas e respondidas dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, a Ouvidoria atende demandas encaminhadas pelas Ouvidorias das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina.

A atuação da Ouvidoria se dá por meio de vários canais, sendo o Sistema Fala.Br (www.CASAN.com.br/ouvidoria) o principal, funcionando como órgão setorial do Sistema Administrativo da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina – CGE (cge.sc.gov.br).

O quadro abaixo apresenta as demandas recebidas e tratadas pela Ouvidoria da CASAN em 2023, discriminadas de acordo com sua origem:

***Quadro 8 – Demandas recebidas pela Ouvidoria em 2023***

| Canais Atendirrento | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AGIR | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 2 | 8 | 0 | 3 | 3 | 2 |
| AAESC | 22 | 35 | 43 | 19 | 25 | 17 | 29 | 24 | 19 | 24 | 26 | 27 |
| /\RIS | 0 | 3 | 10 | 10 | 5 | 7 | 4 | 6 | 2 | 3 | 6 | 4 |
| Fcia.br | 170 | 144 | 186 | 129 | 146 | 137 | 142 | 135 | 128 | 127 | 170 | 165 |
| OGESC | 56 | 32 | 29 | 27 | 43 | 38 | 31 | 36 | 37 | 32 | 48 | 53 |
| Tctais/mês | 248 | 215 | 269 | 187 | 219 | 200 | 208 | 209 | 186 | 189 | 253 | 251 |
| Total | | | | | | | | | | | | 2634 |

Fonte: Ouvidoria CASAN

Em 2023, a Ouvidoria registrou um total de 2.634 manifestações, alcançando uma taxa de resolução de 98,6%. Essa eficácia foi obtida por meio da aderência estrita aos procedimentos internos, legais e regulatórios.

A abordagem da Ouvidoria fundamenta-se na mediação de conflitos, no aprimoramento

contínuo de processos internos e na gestão empresarial, contribuindo significativamente para a desjudicialização, possibilitando a resolução de casos no âmbito administrativo. Além disso, contribui de maneira significativa para a redução de custos internos, promovendo uma gestão mais eficiente.

## 12. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

### 12.1 PROJETO MATA CILIAR

Em paralelo aos investimentos em infraestrutura de saneamento, a Companhia investe na conservação ambiental de áreas estratégicas para a qualidade dos mananciais que atendem as cidades.

Um dos exemplos é o Projeto de Preservação, Conservação, Recuperação e Manutenção de Matas Ciliares, desenvolvido desde 2006 em parceria com o Consórcio Iberê na Região Oeste.

O objetivo é isolar e recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP), prioritariamente em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, conservando os recursos hídricos.

Em 2023 o projeto atendeu 72 propriedades, tendo protegido e/ou recuperado 68,52 hectares de áreas de preservação permanente de nascentes e cursos d’água nos municípios de São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul, Chapecó e Cordilheira Alta.

Também em 2023, a CASAN contratou projeto de pesquisa junto à UNOCHAPECÓ para avaliar com maior precisão a situação de qualidade dos mananciais que compõem a microbacia do Lajeado São José, principal manancial de abastecimento do município de Chapecó. Por meio deste estudo, foi possível identificar diferentes pontos de preservação e recuperação que serão incorporados na renovação do projeto Mata Ciliar em 2024.

### 12.2 PROJETO CULTIVANDO ÁGUA

Outro exemplo de trabalho na área de conservação ambiental é o Projeto Cultivando Água, uma parceria entre CASAN e EPAGRI. O trabalho foi direcionado à conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Piçarras. É a partir de seu principal curso de água que a CASAN faz a captação para atender a milhares de moradores e turistas de Balneário de Piçarras.

O projeto foi concluído em 2023 e desenvolveu diagnóstico ambiental que identificou desde o número de agricultores que utilizam este recurso natural nas suas atividades produtivas, quantas nascentes existem e estão preservadas, quais áreas rurais estão adequadas com sua aptidão de uso do solo, se as áreas de preservação permanente estão adequadas segundo a legislação vigente, até quais as áreas degradadas na bacia e quais necessitam ser recuperadas. Além disso, foi apresentado um levantamento dos custos para a recuperação destas áreas neste manancial e uma valoração financeira dos benefícios gerados por se adotar boas práticas agrícolas e a recuperação e preservação ambiental desta bacia.

O objetivo é colocar em prática o pagamento de serviços ambientais, permitindo que a CASAN remunere proprietários rurais pela conservação e recuperação de áreas naturais no entorno de nascentes e rios, além da reserva de água em açudes e quadras de arroz.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por equipes da EPAGRI, que trabalharam na caracterização hidrográfica, climática, de solos, da vegetação e do uso e ocupação do solo. Também foram mapeados proprietários que residem na bacia, as principais atividades agrícolas e as áreas que necessitam de recuperação. Por fim, em 2023, foi apresentado o plano de implementação da metodologia de Pagamento de Serviços Ambientais, ou seja, o plano de implementação do Programa Cultivando Água

A melhora da oferta de água bruta na Bacia Hidrográfica e, por consequência, na captação da CASAN, e também a melhora da qualidade da água são alguns dos benefícios esperados com a recuperação das matas ciliares.

### 12.3 PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CUBATÃO

Desde 2022 a CASAN executa, de forma cooperativa e por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e CASAN, o Projeto Produtor de Água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão.

Ao longo do ano de 2023 uniram-se esforços entre os partícipes, denominados signatários ao Acordo, para o desenvolvimento e para a aplicação de instrumentos e metodologias visando à implementação do projeto.

Este importante trabalho visa a conservação de mananciais e prevê ações para a manutenção e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos, em especial a provisão de água em qualidade e quantidade de forma sustentável.

A bacia do rio Cubatão (do Sul) recebeu investimentos da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na elaboração de um planejamento estratégico que, além de fazer um diagnóstico de situação da bacia, mostra as áreas prioritárias para a execução de intervenções para conservação da água.

Para a implementação do Projeto proposto há a previsão da criação de um componente tarifário, a ser previamente aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), com o objetivo de custear os investimentos a serem realizados pela CASAN na execução do projeto, sendo os recursos destinados às ações para a manutenção e/ou recuperação de serviços ecossistêmicos realizados a título de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Também no ano de 2023 foi lançado oficialmente o PSA Cubatão com uma reunião de apresentação e convite às instituições com interesse em participar no desenvolvimento e na realização das ações previstas no projeto.

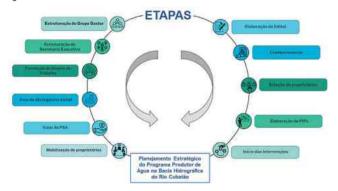
Este evento foi realizado pelos técnicos que compõem o grupo gestor CASAN, ARESC e Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

Catarina (EPAGRI) e do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Cubatão e Madre, através do Instituto Água Conecta.

**Reunião de apresentação do PPA Cubatão e convite às instituições para compor o Grupo Gestor. (06/06/2023).**

Além das instituições signatárias CASAN, SEMAE e ARESC, as potenciais instituições a comporem o grupo gestor, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Santo Amaro da Imperatriz, Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Ong. The Nature Conservancy (TNC), Polícia Militar Ambiental, Comitê de Bacia Hidrográfica do Cubatão e Madre, entre outras instituições, foram convidadas para participar e ampliar o Grupo Gestor do PSA Cubatão.

Ao longo do ano de 2023 foram realizadas reuniões periódicas onde foi possível evoluir na elaboração do regimento interno e no desenvolvimento e aprimoramento dos assuntos relacionados ao projeto, cujas etapas futuras são demonstradas na figura abaixo.

### 12.4 TRATOS PELO SANEAMENTO

Com o objetivo de fiscalizar, prestar orientação técnica gratuita e regularizar as ligações de esgoto, a CASAN lançou em 2016 seu programa Trato pelo Saneamento. O trabalho iniciado em Florianópolis atualmente é também desenvolvido em São José (Trato pelo Araújo), Laguna (Trato por Laguna), Criciúma (Trato por Criciúma e Chapecó (Trato pelo São José).

Em 2023, esse esforço evitou que 1,2 bilhão de litros de esgoto fossem despejados sem tratamento no ambiente. O valor é equivalente a 480 piscinas olímpicas de 2,5 milhões de litros de esgoto que transbordariam para o solo, rios, mar ou praias. Somente no ano passado, mais de 19 mil imóveis foram vistoriados e tiveram seu sistema hidrossanitário testado. Mais da metade (51%) apresentaram irregularidades e seus proprietários ou moradores receberam informação sobre como deveriam proceder para adequar as instalações. Quase seis mil providenciaram as alterações.

Assim como levam as vistorias com testes de corantes aos imóveis, as equipes que desenvolvem os Tratos pelo Saneamento executam de forma periódica ações de educação ambiental, compartilhando com a população informações sobre uso responsável da água e boas práticas no uso dos sistemas de esgoto.

### 12.5 OPERAÇÃO VERÃO

Com investimento de R$ 40 milhões nas infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, a CASAN cumpriu sua missão de fornecer água tratada na Temporada 2023/2024.

Para reforço da segurança hídrica, a Companhia instalou 124 novos reservatórios, equipamentos estratégicos para garantia do abastecimento nos meses de maior consumo. Além disso, 16 novos poços foram perfurados para captação de água bruta.

No Norte da Ilha, que concentra alguns dos balneários mais visitados de Florianópolis, a CASAN atendeu a um aumento de 90% no consumo de água entre Natal e Ano Novo. Em outros municípios litorâneos, como Balneário Barra do Sul, Balneário Piçarras, Barra Velha, Garopaba, Laguna e Passo de Torres, as melhorias asseguraram uma elevação de pelo menos 15% na produção e distribuição de água.

Os investimentos levaram a uma redução de 41% nos registros de falta de água, que de forma geral foram pontuais, principalmente pela necessidade de serviços corretivos como rupturas de redes de distribuição.

#### 12.5.1 TRABALHO PREVENTIVO E BALNEABILIDADE

O trabalho preventivo de limpeza e manutenção nos sistemas de esgotamento sanitário é outro destaque na Operação Verão 2023/2024.

Desde o final de dezembro, equipes da CASAN executaram manutenções nas principais elevatórias de esgoto da Capital e outras cidades litorâneas. Dessa forma foi assegurada a operação adequada dos sistemas de esgotamento sanitário, que também têm sua capacidade ainda mais exigida nos meses de verão e alto consumo de água. Com foco no acompanhamento da infraestrutura de esgoto e possíveis impactos na balneabilidade, a CASAN ainda trabalhou em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), órgão responsável pelas coletas e análises de avaliação da qualidade das praias. Em diversos locais as coletas e amostras para análises de balneabilidade foram mais constantes, resultados em resultados mais rápidos e seguros para moradores e turistas.

Foram também realizadas pela Diretoria vistorias presenciais nas praias de Florianópolis, com o objetivo de acompanhar a operação de alguns dos principais sistemas de esgotamento sanitário nas praias. Foi verificada in loco a infraestrutura operada pela CASAN e a interferência das chuvas, enxurradas e ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem, assim como seu impacto na balneabilidade.

Além de investir em infraestrutura, manutenção preventiva e fortalecimento das equipes, a CASAN reforçou neste verão as orientações para uso responsável da água. A divulgação de boas práticas foi realizada por meio de veículos tradicionais de comunicação e a Companhia trabalhou essa temática também em suas redes sociais, levando ao público orientações e sugestões de boas práticas para uso consciente da água.

## 13. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A entrega de novos sistemas de esgotamento sanitário e a continuidade no reforço da infraestrutura de abastecimento em municípios de todas as regiões de Santa Catarina são marcos nas ações da CASAN no ano de 2023.

Para atender a meta de elevar a coleta e tratamento de esgotos, a Companhia inaugurou os sistemas de Barra Velha e dos Ingleses/Santinho, em Florianópolis. A CASAN também avançou nas obras do Sistema Insular e do Sistema de Esgotamento Sanitário Saco Grande/Monte Verde, grandes infraestruturas em implantação na Capital.

Houve ainda progresso naquela que é uma das maiores obras de saneamento em Santa Catarina: a construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto de Potecas, em São José.

Mantendo sua estratégia de ampliar o atendimento de coleta e tratamento em todo o Estado, as obras de diversos outros novos sistemas de esgoto, ou ampliações, também avançaram em Balneário Piçarras, Catanduvas, Coronel Freitas, Curitibanos, Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, Maravilha, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, Xaxim, Xanxerê e Urupema.

Em relação ao abastecimento, Santa Catarina continuou sendo atendida com investimentos para ampliação e reforço nas estruturas de captação, tratamento, bombeamento, distribuição e reserva de água. Novos poços foram perfurados para garantia da captação de água, principalmente em períodos de estiagem e durante a temporada, período de alto consumo.

A maior obra de abastecimento em execução pela Companhia, o Projeto Chapecozinho, também prosseguiu para trazer mais condições de enfrentamento da escassez hídrica no Oeste e beneficiar moradores de seis municípios da região: Bom Jesus, Chapecó, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Xaxim e Xanxerê.

Entre os diversos investimentos na área de abastecimento, merece também destaque o início da construção de uma nova estação de tratamento de água para Araquari. Para essa que é uma das cidades que mais cresce no Estado, a CASAN iniciou a construção de uma ETA com capacidade para tratar até 200 litros de água por segundo, somente em sua primeira etapa.

### 13.1 INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

O reconhecimento em diferentes premiações, assim como o desenvolvimento de novas ações envolvendo Ciência, Tecnologia e Inovação também estão entre os marcos de 2023.

Em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (*FAPESC*) e UFSC, a Companhia está investindo em mais de 30 projetos de pesquisa relacionados com a Lagoa da Conceição e sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dessa forma, a CASAN reforça sua responsabilidade social e ambiental, colaborando com a busca de alternativas para melhoria desse ambiente que é também um dos importantes cartões postais de Santa Catarina. Resultados preliminares foram apresentados em 2023 para a comunidade e os estudos prosseguem.

Em 2023 a CASAN também trabalhou para colocar em prática um projeto que terá recursos da FINEP para implantar uma planta piloto de secagem solar de lodo de Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgoto. O projeto foi selecionado no edital Cidades Inteligentes e Sustentáveis do Ministério da Ciência e Tecnologia e permitirá a estruturação de uma Unidade de Gerenciamento do Lodo (UGL) junto à Estação de Tratamento de Esgotos de Canasvieiras.

Com objetivo de redução da principal despesa operacional da Companhia, que é a energia elétrica, a CASAN ainda inovou ao entrar no Ambiente de Contratação Livre de Energia Elétrica. Com essa estratégia, e oito unidades de água e esgoto operando nesse sistema, a Companhia obteve em 2023 a uma economia de quase R$ 2 milhões.

Algumas das inovações foram reconhecidas em premiações. Entre as conquistas está o primeiro lugar na etapa estadual do 13º Prêmio Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos. A premiação foi obtida na categoria Gestão de Pessoas - Modalidade ESG, com o case "Desenvolvendo ESG a partir da Universidade Corporativa: a experiência da CASAN".

O certificado Empresa Cidadã, concedido pelo Programa Novos Caminhos, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) é outro reconhecimento em 2023. A CASAN conquistou essa homenagem pelo Programa Jovem Aprendiz. Além disso, o projeto CASAN Sem Papel ficou em terceiro lugar no Prêmio Inovação Catarinense, categoria Governo Inovador, da FAPESC. Desde que entrou em operação, em 2019, o CASAN Sem Papel trouxe ganhos como a economia de aproximadamente R$10 milhões com impressões, transporte e armazenamento. O trabalho reforça as práticas de sustentabilidade e o posicionamento da CASAN como membro signatário do movimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Santa Catarina.

### 13.2 DESAFIOS

O ano de 2023 trouxe também desafios, como a recuperação e manutenção do abastecimento para a população em períodos de fortes chuvas, enxurradas e alagamentos. Foi também um momento de união no atendimento da população da Comunidade do Sapé, em Florianópolis, onde no mês de setembro ocorreu o rompimento do reservatório R4.

Com ações desenvolvidas desde os primeiros minutos após a ocorrência, iniciando o pagamento das indenizações à população atingida em 3 dias úteis após a data do rompimento, a Companhia encerrou em tempo recorde, somente quatro meses depois, a indenização de todas 179 as famílias diretamente atingidas. A garantia de refeições, hospedagem, transporte e assistência psicológica, entre outras ações, fizeram parte do plano de ação para enfrentamento desse momento que desencadeou também um conjunto de melhorias internas.

## 13. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os principais indicadores de desempenho operacional da CASAN estão apresentados no Quadro 9. Vale destacar os índices de atendimento urbano de água e de esgoto, por se tratarem de indicadores que balizam as metas impostas pelo Marco do Saneamento. Em 2023, estes indicadores foram, respectivamente, 99,24% e 34,45%.

***Quadro 9 - Evolução dos Indicadores Operacionais***

| Indicadores Operacionais | Unid. | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **G06A – Pop. Urb. residente do(s) município(s)** | Qtd de pessoas | 2.765.468 | 2.643.095 | 2.673.751 | 2.712.492 | 2.714.337 | 2.722.141 |
| **AG026 – Pop. Urb. atendida com abastecimento de água** | Qtd de pessoas | 2.676.875 | 2.578.074 | 2.610.521 | 2.684.209 | 2.688.413 | 2.701.475 |
| **ES026 – Pop. Urb. atendida com esgotamento sanitário** | Qtd de pessoas | 663.761 | 682.711 | 718.009 | 801.257 | 878.463 | 930.525 |
| **AG005 - Extensão da rede de água (Km)** | Km de rede | 14.387 | 14.542 | 14.767 | 15.131 | 15.236 | 15.127 |
| **ES004 - Extensão da rede de esgotos (Km)** | Km de rede | 1.684 | 1.730 | 1.839 | 1.781 | 1.894 | 1.978 |
| **AG006 - Volume de água produzido (1.000 m3)** | Qtd m³ | 263.734 | 257.805 | 259.189 | 263.959 | 272.184 | 279.637 |
| **AG010 - Volume de água consumido (1.000 m3)** | Qtd m³ | 158.760 | 156.848 | 159.608 | 160.787 | 165.308 | 173.996 |
| **ES005 - Volume de esgotos coletado (1.000 m3)** | Qtd m³ | 30.391 | 36.808 | 37.374 | 41.950 | 48.144 | 53.023 |
| **ES006 - Volume de esgotos tratado (1.000 m3)** | Qtd m³ | 30.387 | 36.808 | 37.374 | 41.950 | 48.144 | 53.023 |
| **IN023 - Índice de atendimento urb. de água** | Percentual | 96,80 | 97,54 | 97,64 | 98,96 | 99,04 | 99,24 |
| **IN024 - Índice de atendimento urb. de esgoto*** | Percentual | 24,00 | 25,83 | 26,85 | 29,54 | 32,68 | 34,45 |
| **IN049 - Índice de perdas na distribuição** | Percentual | 40,09 | 39,47 | 39,48 | 39,25 | 39,30 | 37,74 |

***Não considera ajustes relativos às áreas com atendimento próprio de esgoto.**

***Quadro 10 - Evolução das Ligações e Economias de Água – 2018-2023***

| Especificação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RESIDENCIAL** | ligações | 714.726 | 737.773 | 746.013 | 763.314 | 746.013 | 777.996 |
| | economias | 1.015.959 | 1.054.249 | 1.072.512 | 1.104.749 | 1.072.512 | 1.132.894 |
| **COMERCIAL** | ligações | 41.177 | 42.785 | 43.701 | 45.004 | 43.701 | 46.494 |
| | economias | 92.596 | 103.084 | 104.443 | 107.309 | 104.443 | 110.394 |
| **INDUSTRIAL** | ligações | 5.143 | 5.595 | 5.792 | 6.166 | 5.792 | 6.541 |
| | economias | 6.085 | 6.679 | 6.828 | 7.104 | 6.828 | 7.493 |
| **PÚBLICA** | ligações | 12.319 | 12.563 | 12.604 | 12.745 | 12.604 | 12.951 |
| | economias | 14.836 | 15.185 | 15.239 | 15.429 | 15.239 | 15.662 |
| **TOTAL ÁGUA** | **ligações** | **773.366** | **798.716** | **808.110** | **827.229** | **808.110** | **843.982** |
| | **economias** | **1.129.476** | **1.179.197** | **1.199.022** | **1.234.591** | **1.199.022** | **1.266.443** |
| **Crescimento Anual - Ligações** | | **-1,3%** | **-0,6%** | **3,3%** | **1,2%** | **2,4%** | **4,4%** |
| **Crescimento Anual - Economias** | | **-0,6%** | **-0,2%** | **4,4%** | **1,7%** | **3,0%** | **5,6%** |
| **Índice de Hidrometração** | | **99,6%** | **99,6%** | **99,6%** | **99,6%** | **99,6%** | **99,6%** |

Fonte: SCI

A evolução ao longo do tempo do número de ligações e economias de água, conforme demostrado no Quadro 10, é decorrente do crescimento vegetativo da população de Santa Catarina bem como da ampliação do alcance dos sistemas de abastecimento de água e das entradas e saídas de municípios da base de clientes.

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

*Quadro 11 - Evolução do Volume Faturado de Água – 2018-2023 (1.000m³)*

| Categoria | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Residencial | 148.044 | 147.899 | 127.799 | 121.341 | 124.192 | 130.824 |
| Comercial | 16.777 | 16.541 | 12.161 | 11.815 | 12.860 | 13.705 |
| Industrial | 2.765 | 3.187 | 2.992 | 2.991 | 2.933 | 3.124 |
| Pública | 26.581 | 24.322 | 22.256 | 24.488 | 27.570 | 31.444 |
| **Total** | **194.167** | **191.948** | **165.208** | **160.634** | **167.554** | **179.098** |
| **Variação Anual** | **0,5%** | **-1,1%** | **-13,9%** | **-2,8%** | **4,3%** | **6,9%** |

Fonte: SCI

Em 2023, percebe-se uma evolução no volume faturado de água acima das taxas de crescimento dos números de ligações e unidades autônomas. Dessa forma, é possível afirmar que houve uma ampliação no consumo da população e/ou uma melhora nas medições realizadas em decorrência: da renovação do parque de hidrômetros e/ou da ampliação das leituras presenciais.

*Quadro 12 - Evolução das Ligações e Economias de Esgoto – 2018-2023*

| Especificação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESIDENCIAL | ligações | 82.327 | 87.094 | 89.295 | 102.976 | 117.513 | 124.812 |
| | economias | 220.696 | 231.326 | 239.373 | 264.401 | 288.885 | 308.002 |
| COMERCIAL | ligações | 11.064 | 11.455 | 11.877 | 13.259 | 14.624 | 15.433 |
| | economias | 33.777 | 33.583 | 41.612 | 45.075 | 48.352 | 50.641 |
| INDUSTRIAL | ligações | 744 | 744 | 777 | 890 | 1.090 | 1.136 |
| | economias | 947 | 956 | 1.123 | 1.246 | 1.391 | 1.460 |
| PÚBLICA | ligações | 1.772 | 1.854 | 1.930 | 2.144 | 2.361 | 2.514 |
| | economias | 2.495 | 2.584 | 2.767 | 3.034 | 3.273 | 3.448 |
| TOTAL ESGOTO | **ligações** | **95.907** | **101.147** | **103.879** | **119.269** | **135.588** | **143.895** |
| | **economias** | **257.915** | **268.449** | **284.875** | **313.756** | **341.901** | **363.551** |
| **Crescimento Anual - Ligações** | | **5,6%** | **5,5%** | **2,7%** | **14.82%** | **13,7%** | **6,1%** |
| **Crescimento Anual – Economias** | | **3,8%** | **4,1%** | **6,1%** | **10.14%** | **9,0%** | **6,3%** |

Fonte: SCI

A evolução das ligações e economias de esgoto decorre principalmente da ampliação do alcance dos sistemas de coleta de esgotamento sanitário. Os principais municípios onde ocorreram implantação ou ampliações dos sistemas de esgoto foram: Catanduvas (ampliação), Curitibanos (ampliação), Itá (implantação parcial), Chapecó (ampliação), Criciúma (ampliação), Florianópolis (ETE Ingleses – implantação parcial), Rio do Sul (implantação parcial), Balneário Barra do Sul (implantação parcial), Balneário Piçarras (ampliação) e São José (ampliação).

*Quadro 13 - Evolução do Volume Faturado de Esgoto – 2018-2023 (1.000m³)*

| Categoria | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Residencial | 31.044 | 32.428 | 28.263 | 27.695 | 30.916 | 33.562 |
| Comercial | 6.127 | 6.270 | 4.377 | 4.395 | 5.215 | 5.587 |
| Industrial | 342 | 636 | 291 | 323 | 391 | 470 |
| Pública | 2.093 | 2.201 | 1.674 | 1.799 | 2.134 | 2.306 |
| **Total** | **39.606** | **41.536** | **34.606** | **34.214** | **38.657** | **41.927** |
| **Variação Anual** | **4,5%** | **4,9%** | **-16,7%** | **-1,1%** | **13,0%** | **8,5%** |

Fonte: SCI

O crescimento do volume faturado de esgoto verificado em 2023 acompanha o crescimento observado no número das ligações, ou seja, decorre, majoritariamente, das ampliações no atendimento realizadas no ano.

## 15. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2023 a CASAN auferiu receita superior a R$1,8 bilhão em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 16% superior ao apurado no exercício anterior, em decorrência dos reajustes tarifários aprovados em 2022 (16,01%) e 2023 (6,35%) e da conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 78% da receita obtida em 2023, ou seja, R$1,4 bilhão. Outros R$379 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 21% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R$21 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$1,5 bilhão em 2023, representando um aumento de 17% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação os incrementos observados em despesas com precatórios e ações judiciais na ordem de R$24 milhões, recomposição de pavimentação e as perdas eventuais e extraordinárias. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023, onde foram gastos R$9,5 milhões com indenizações e R$ 7,2 milhões com a perda do Reservatório. A inflação também ocasionou, de modo geral, a elevação dos gastos com materiais e serviços contratados e com a folha de pagamento e os encargos trabalhistas.

Da mesma forma, observou-se a ampliação de 87% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em aproximadamente R$182 milhões no ano de 2023. Contribuíram para isso a ampliação das despesas com juros referentes aos financiamentos, decorrente de novas contratações de CCBs e da emissão de debêntures.

Esses fatores conduziram à redução de 45% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R$92 milhões em 2022 para cerca de R$51 milhões em 2023.

*Quadro 14 – Comparativo resultado CASAN 2018 – 2023 (R$ mil)*

| Indicadores | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita Operacional | 1.197.061 | 1.239.629 | 1.261.014 | 1.342.338 | 1.555.736 | 1.803.376 |
| Custos / Despesas | (1.264.126) | (968.361) | (983.786) | (1.063.743) | (1.319.524) | (1.544.374) |
| Resultado Financeiro | (128.549) | (90.757) | (107.021) | (74.516) | (97.436) | (181.838) |
| Resultado antes do IR e da CSLL | (195.614) | 180.511 | 170.207 | 204.079 | 138.777 | 77.164 |
| Resultado Líquido do Exercício | (119.225) | 119.686 | 112.504 | 134.950 | 91.990 | 50.743 |

Analisando o quadro a seguir é possível verificar no ano de 2023 o bom desempenho dos indicadores Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, EBITDA, EBIT, Geração de Caixa, Endividamento de Curto Prazo, Margem EBITDA, Liquidez Geral e Corrente, Dívida Líquida/EBITDA e Impostos/Receita Bruta que apresentaram evolução em relação aos resultados de 2022. Os demais indicadores finalizaram 2023 com resultados aquém dos verificados no ano anterior. Esse cenário reflete ainda o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que uma parte desses investimentos foi realizada com recursos financiados no ano de 2023 e nos anteriores.

*Quadro 15 – Resultado dos Indicadores CASAN 2018 – 2023 (R$ mil)*

| INDICADORES | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Total (AT)** | 3.326.896 | 3.559.018 | 3.767.464 | 3.907.671 | 4.343.394 | 5.015.791 |
| **Patrimônio Líquido (PL)** | 1.246.082 | 1.257.038 | 1.324.157 | 1.671.985 | 1.860.910 | 2.003.578 |
| **Receita Operacional Líquida (ROL)** | 1.085.552 | 1.124.024 | 1.143.679 | 1.217.771 | 1.409.964 | 1.634.101 |
| **Lucro Líquido (LL)** | (119.225) | 119.686 | 112.504 | 134.950 | 91.990 | 50.743 |
| **Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)** | 0,62 | 0,64 | 0,64 | 0,57 | 0,57 | 0,60 |
| **EBITDA** | 18.797 | 364.821 | 393.527 | 401.145 | 367.397 | 466.283 |
| **EBIT** | (67.064) | 271.269 | 277.228 | 278.595 | 236.213 | 259.003 |
| **Geração de Caixa** | 100.850 | 350.954 | 353.739 | 293.313 | 304.071 | 460.261 |
| **Endividamento Financeiro (EFT/AT)** | 0,35 | 0,36 | 0,39 | 0,36 | 0,38 | 0,43 |
| **Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)** | 0,24 | 0,09 | 0,17 | 0,10 | 0,18 | 0,16 |
| **Margem Bruta (LB/ROL)** | 55,78% | 55,08% | 50,85% | 49,62% | 44,37% | 41,80% |
| **Margem Operacional (LO/ROL)** | -18,04% | 16,11% | 14,69% | 16,14% | 9,69% | 4,73% |
| **Margem Líquida (LL/ROL)** | -10,98% | 10,65% | 9,84% | 11,08% | 6,52% | 3,11% |
| **Margem EBITDA (EBITDA/ROL)** | 1,73% | 32,46% | 34,41% | 32,94% | 26,06% | 28,53% |
| **Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))** | -9,42% | 9,38% | 8,37% | 7,98% | 4,90% | 2,51% |
| **Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))** | 0,61 | 0,59 | 0,54 | 0,60 | 0,63 | 0,66 |
| **Liquidez Corrente (AC/PC)** | 0,87 | 1,32 | 0,87 | 1,08 | 0,76 | 1,25 |
| **Dívida Líquida / EBITDA** | 57,5 | 3,1 | 3,5 | 3,4 | 4,5 | 3,7 |
| **Impostos/Receita Bruta[1]** | 9,32% | 13,12% | 14,70% | 14,4% | 12,74% | 10,74% |

[1] Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada;

Obs.3: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.4: O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi ajustado pela inclusão do arrendamento mercantil.

## 16. OS PRÓXIMOS ANOS

O setor de saneamento está em transformação. As consequências das alterações no marco legal, aprovado em 2020 estão se mostrando e os desafios para o Brasil estão postos. A universalização não pode mais ser tratada como um sonho distante, mas como uma meta real que deve ser fortemente perseguida e definitivamente atingida. Este ambiente de mudanças é, em si, desafiador e uma oportunidade para a mudança de postura da Companhia.

Em que pese grande parte do esforço deva ser concentrado na ampliação da cobertura de esgotamento sanitário não se pode descuidar do fornecimento de água e no aumento da resiliência hídrica do nosso estado. Estas ações necessitarão de projetos estruturantes, de um efetivo controle das perdas no processo e da adequação ambiental das unidades produtivas.

O desafio do esgotamento está posto e tem representado grande parte dos esforços da Companhia na ultima década. Sabemos dos avanços, mas temos a consciência que precisamos ir além e mais celeremente, para mudar o conceito do estado neste indicador. Este esforço irá demandar ações em diversas frentes, desde os investimentos em obras para ampliação das redes e instalação de novas ETEs, até a democratização das ações buscando atender municípios pequenos e áreas de pronunciada ruralidade com estratégias diferenciadas, como o ESGOTAMENTO SOBRE RODAS (sistema individual de esgotamento). A diversificação das fontes de recurso não parece ser suficiente. Reconfigurar a estrutura de capital da empresa é necessário, assim como será preciso avançar em novos arranjos para ampliar a capacidade física, técnica e financeira de execução das obras. Precisaremos fazer mais, melhor e mais rápido, tendo em mente o mais importante: sem deixar ninguém pra trás.

Essa transição só será possível em conjunto. Neste sentido a parceria com agentes privados, seja através de PPPs ou outros arranjos, e com os municípios será fundamental.

Não se tratará apenas de oferecer mais infraestrutura, mas de transformar o setor em uma grande e estruturada cadeia de serviços para a população.

## BALANÇO PATRIMONIAL • Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

| ATIVO | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 46.907 | 351 |
| Aplicações financeiras e títulos | 8 | 408.875 | 51.989 |
| Contas a receber de clientes | 9 | 283.815 | 272.133 |
| Partes relacionadas | 22.1 | 5.899 | 5.388 |
| Estoques | 10 | 130.523 | 130.961 |
| Impostos e contribuições antecipados/recuperar | 11 | 28.269 | 54.799 |
| Outros | 12 | 13.406 | 16.501 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **917.694** | **532.122** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | | |
| Contas a receber de clientes | 9 | 22.416 | 27.419 |
| Depósitos dados em garantia | 20 | 108.598 | 116.551 |
| Ativo fiscal diferido | 14 | 53.326 | 60.611 |
| Direito de Uso de Bem | 3.21 | 45.462 | 14.837 |
| Ativo Financeiro Municipalizado | 13.2 | 5.193 | 8.325 |
| Ativo Financeiro de Contrato | 13.1 | 830.929 | 791.602 |
| | | **1.065.924** | **1.019.345** |
| Investimentos | | 34 | 34 |
| Imobilizado | 15.3 | 60.935 | 58.489 |
| Intangível | 15.2 | 1.672.527 | 1.590.291 |
| Ativo de Contrato | 15.1 | 1.298.677 | 1.143.113 |
| | | **3.032.173** | **2.791.927** |
| **TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **4.098.097** | **3.811.272** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **5.015.791** | **4.343.394** |

| PASSIVO | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 Reclassificado |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 338.750 | 305.919 |
| Fornecedores e empreiteiros | | 102.919 | 141.913 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 17 | 81.878 | 59.091 |
| Plano de demissão voluntária incentivada | 21.2 | 89.523 | 85.872 |
| Impostos e contribuições a recolher | 18 | 77.873 | 74.318 |
| Dividendos propostos | 24 | 12.053 | 21.849 |
| Contratos de Arrendamento Mercantil | 3.21 | 28.112 | 11.872 |
| Outros | | 2.790 | 3.310 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **733.898** | **704.144** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 1.804.019 | 1.353.375 |
| Partes relacionadas | 22.1 | 41.038 | 27.271 |
| Impostos e contribuições a recolher | 18 | 77.169 | 4.755 |
| Plano de demissão voluntária incentivada | 21.2 | 115.896 | 195.678 |
| Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações | 17 | 3.176 | 3.176 |
| Provisão para contingências | 20 | 77.309 | 79.891 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 19 | 60.901 | 66.187 |
| Plano previdenciário | 21.1 | 59.011 | 25.125 |
| Contratos de Arrendamento Mercantil | 3.21 | 21.530 | 4.615 |
| Receita diferida | 23 | 18.266 | 18.266 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **2.278.315** | **1.778.339** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 24 | | |
| Capital social | | 1.224.547 | 1.118.641 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | 120.000 | 86.663 |
| Reserva de Reavaliação | | 78.424 | 80.546 |
| Ajuste Patrimonial | | 73.186 | 84.461 |
| Reserva Legal | | 37.425 | 34.887 |
| Reserva para Fundo de Investimentos | | 503.626 | 457.135 |
| Outros Resultados Abrangentes | | (33.630) | (1.422) |
| Lucros/(Prejuízos) | | | - |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **2.003.578** | **1.860.911** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **5.015.791** | **4.343.394** |
| **Patrimônio Líquido/Ação** | | **1,927** | **1,959** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 1.634.101 | 1.409.964 |
| CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS | (951.076) | (784.342) |
| **LUCRO BRUTO** | **683.025** | **625.622** |
| **DESPESAS OPERACIONAIS** | | |
| Com vendas | (108.378) | (91.636) |
| Gerais e administrativas | (321.356) | (314.095) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas | 5.711 | 16.322 |
| | **(424.023)** | **(389.409)** |
| **RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS** | **259.002** | **236.213** |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | | |
| Receitas financeiras | 36.854 | 32.968 |
| Despesas financeiras | (218.692) | (130.404) |
| | **(181.838)** | **(97.436)** |
| **RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | **77.164** | **138.777** |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | |
| Corrente | (24.422) | (52.461) |
| Diferido | (1.999) | 5.674 |
| | **(26.421)** | **(46.787)** |
| **RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS** | **50.743** | **91.990** |
| Participações estatutárias | - | - |
| **(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **50.743** | **91.990** |
| QUANTIDADE DE AÇÕES | 1.039.655.158 | 949.739.585 |
| Lucro por lote de mil ações | 0,04881 | 0,09686 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **1. RECEITAS** | **1.768.003** | **1.540.853** |
| 1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 1.803.376 | 1.555.736 |
| 1.2. Outras receitas (despesas) operacionais | 5.711 | 16.323 |
| 1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (41.084) | (31.206) |
| **2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | | |
| **(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)** | **(642.062)** | **(555.221)** |
| 2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | (348.531) | (276.235) |
| 2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (279.692) | (257.984) |
| 2.3. Outras despesas gerais | (13.839) | (21.002) |
| **3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)** | **1.125.941** | **985.632** |
| **4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO** | **(207.281)** | **(131.184)** |
| 4.1 Depreciação e amortização | (172.495) | (109.706) |
| 4.2 Depreciação - Crédito de Tributos | (9.668) | (7.545) |
| 4.3 Amortização direito uso de bens | (25.118) | (13.933) |
| **5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)** | **918.660** | **854.448** |
| **6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | **36.854** | **32.968** |
| 6.1. Receitas financeiras | 36.854 | 32.968 |
| **7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)** | **955.514** | **887.416** |
| **8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **955.514** | **887.416** |
| **8.1. Pessoal** | **411.109** | **398.509** |
| 8.1.1. Remuneração direta | 295.459 | 266.072 |
| 8.1.2. Benefícios | 81.130 | 75.880 |
| 8.1.3. FGTS | 22.416 | 20.058 |
| 8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada | 12.104 | 36.499 |
| **8.2. Impostos, taxas e contribuições** | **274.970** | **266.513** |
| 8.2.1. Federais | 274.624 | 266.298 |
| 8.2.2. Estaduais | 280 | 165 |
| 8.2.3.Municipais | 66 | 50 |
| **8.3. Remuneração de capital de terceiros** | **218.692** | **130.404** |
| 8.3.1. Juros | 203.587 | 155.901 |
| 8.3.2. Outras | 15.105 | (25.497) |
| 8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais | (15.103) | (27.240) |
| 8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios | 21.534 | - |
| 8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos | 8.674 | 1.743 |
| **8.4. Remuneração de capitais próprios** | **50.743** | **91.990** |
| 8.4.2. Dividendos | 12.051 | 21.848 |
| 8.4.3. Lucros retidos | 38.692 | 70.142 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **50.743** | **91.990** |
| **Ajustes para reconciliar o resultado do exercício** | | |
| **com recursos provenientes de atividades operacionais:** | | |
| Depreciação e amortização | 172.495 | 109.706 |
| Depreciação - Crédito de Tributos | 9.668 | 7.545 |
| AVP Direito de uso de bem | 2.530 | 214 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 1.999 | (5.674) |
| Provisão para contingências | (2.582) | 1.766 |
| Variação Cambial não realizada | - | (27.240) |
| Outros Ajustes | - | 993 |
| Alienação imobilizado | 317 | 920 |
| | **235.170** | **180.220** |
| **Redução (aumento) nos ativos:** | | |
| Contas a receber de clientes | (6.679) | (53.300) |
| Partes relacionadas | (511) | (538) |
| Estoques | 438 | (64.930) |
| Ativos financeiros | 3.132 | 4.165 |
| Depósitos dados em garantia | 7.953 | (12.602) |
| Impostos e contribuições a recuperar | 26.529 | 29.288 |
| Convênios com Prefeituras | 3.908 | 679 |
| Outros | (812) | (2.088) |
| | **33.958** | **(99.326)** |
| **Aumento (redução) nos passivos:** | | |
| Fornecedores e empreiteiros | (38.994) | 100.275 |
| Partes relacionadas | 13.767 | (15.245) |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias e participações | 22.787 | 9.923 |
| Impostos e contribuições a recolher | 75.968 | (20.332) |
| Plano de demissão voluntária incentivada | (76.131) | (47.298) |
| Pagamento de dividendos | (21.848) | (4.160) |
| Plano previdenciário | 33.886 | (20.117) |
| Outros | (520) | 63 |
| | **8.915** | **3.109** |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **278.043** | **84.003** |
| **FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| Adições imobilizado e intangível | (462.053) | (533.024) |
| Variação cambial dos investimentos financiados | - | (62.440) |
| Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização | - | - |
| Ajuste de transferências | - | - |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **(462.053)** | **(595.464)** |
| **FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Adições nos empréstimos e financiamentos | 1.072.214 | 462.466 |
| Amortização nos empréstimos e financiamentos | (588.738) | (113.211) |
| Ajustes patrimoniais e outros | (3.059) | (4.028) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 120.000 | 100.000 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA) | (32.208) | 24.043 |
| Aumento de Capital | 19.243 | 7 |
| **RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **587.452** | **469.277** |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa | 403.442 | (42.184) |
| Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício | 52.340 | 94.524 |
| **Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício** | **455.782** | **52.340** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido do Período | 50.743 | 91.990 |
| Realização da reserva de reavaliação | (15.551) | (16.158) |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | (3.132) | (4.165) |
| Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação | 5.286 | 5.494 |
| Outros Resultados Abrangentes | (32.208) | 24.043 |
| Resultado Abrangente do Período | 5.138 | 101.204 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

| | Capital social | Resultados Abrangentes | | | Reservas de lucros | | Adiantamento para futuro aumento de capital | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Reavaliação | Ajuste patrimonial | Outros resultados abrangentes | Reserva legal | Reserva p/ Plano de Investimentos | | | |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | **1.030.563** | **83.116** | **96.769** | **(25.466)** | **30.288** | **381.011** | **45.851** | **-** | **1.642.132** |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | | | | | |
| Realização da reserva de reavaliação | | (3.820) | (12.338) | | | | | 16.158 | **-** |
| Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação | | 1.299 | 4.195 | | | | | (5.494) | **-** |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | (4.165) | | | | | | **(4.165)** |
| Revisão Tributos de Reavaliação | | | | | | | | | **-** |
| Baixa de investimentos | | | | | | | | (269) | **(269)** |
| Outros Ajustes | | (49) | | | | | | 186 | **137** |
| Outros resultados abrangentes (ORA) | | | | 24.044 | | | | | **24.044** |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | | | | | | 100.000 | | **100.000** |
| Governo do Estado (em espécie) | | | | | | | 993 | | **993** |
| Governo do Estado (reclassificação de contas) | | | | | | | | | |
| Aumento de Capital | | | | | | | | | **-** |
| Realização de Ações a Subscrever (dividendos 2021) | 27.890 | | | | | | | | **27.890** |
| Realização de Ações a Subscrever (em espécie) | 60.188 | | | | | | (60.181) | | **7** |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | 91.990 | **91.990** |
| Destinação dos lucros/(Prejuízo) | | | | | | | | | **-** |
| Dividendos propostos | | | | | | | | (21.848) | **(21.848)** |
| Reserva legal | | | | | 4.599 | | | (4.599) | **-** |
| Reserva para fundo de investimentos | | | | | | 76.124 | | (76.124) | **-** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022** | **1.118.641** | **80.546** | **84.461** | **(1.422)** | **34.887** | **457.135** | **86.663** | **-** | **1.860.911** |
| **SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023** | **1.118.641** | **80.546** | **84.461** | **(1.422)** | **34.887** | **457.135** | **86.663** | **-** | **1.860.911** |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | | | | | |
| Realização da reserva de reavaliação | | (3.210) | (12.338) | | | | | 15.548 | **-** |
| Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação | | 1.091 | 4.195 | | | | | (5.286) | **-** |
| Realização do ajuste de avaliação patrimonial | | | (3.132) | | | | | | **(3.132)** |
| Baixas de investimentos | | | | | | | | (33) | **(33)** |
| IRPJ prov. a maior em 2022 - FIA | | | | | | | | 105 | **105** |
| Outros Ajustes | | (3) | | | | | | 3 | - |
| Aumento de Capital | 105.906 | | | | | | (105.906) | | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | | | | | | | | **-** |
| Governo do Estado (em espécie) | | | | | | | 120.000 | | **120.000** |
| Governo do Estado (dividendos) | | | | | | | 19.243 | | **19.243** |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | 50.743 | **50.743** |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | | | | 2.538 | | | (2.538) | - |
| Dividendos | | | | | | | | (12.051) | **(12.051)** |
| Reserva para plano de investimentos | | | | | | 46.491 | | (46.491) | - |
| Outros resultados abrangentes | | | | (32.208) | | | | | **(32.208)** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023** | **1.224.547** | **78.424** | **73.186** | **(33.630)** | **37.425** | **503.626** | **120.000** | **-** | **2.003.578** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor e 12 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 181 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 168 foram inseridas as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 88,5% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (26) a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços. Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:

| ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES – Nº DE MUNICÍPIOS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2024 | 10 | 2032 | 3 | 2042 | 12 | 2050 | 8 |
| 2025 | 12 | 2034 | 7 | 2043 | 14 | 2052 | 1 |
| 2026 | 2 | 2035 | 2 | 2044 | 7 | 2053 | 1 |
| 2027 | 2 | 2036 | 18 | 2045 | 3 | 2055 | 1 |
| 2028 | 11 | 2038 | 3 | 2046 | 8 | 2056 | 2 |
| 2029 | 4 | 2039 | 1 | 2047 | 5 | 2065 | 2 |
| 2030 | 12 | 2040 | 3 | 2048 | 11 | | |
| 2031 | 1 | 2041 | 2 | 2049 | 13 | | |
| **Total de 181 municípios** | | | | | | | |

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração da Companhia em 8 de março de 2024.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

a. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
b. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
c. O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão inclusas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes
Nota 14 – Ativo fiscal diferido
Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado
Nota 20 – Provisão para contingências
Nota 21 – Benefícios a empregados

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia. As principais práticas e políticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

#### 3.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

#### 3.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

#### 3.4. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

#### 3.5. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

#### 3.6. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

#### 3.7. Capital Social

• Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto.
• Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

#### 3.8. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda hou-

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

ver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
• Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
• Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
• As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
• A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
• As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
• O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2023 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

**3.9. Benefícios a empregados**

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**3.10. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**3.11. Receita por serviços prestados**

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

**3.12. Receita de Construção**

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula.

**3.13. Subvenção e assistência governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

**3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

**3.15. Impostos sobre receitas**

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

**3.16. Imposto de renda e contribuição social**

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**3.17. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

**3.18. Informações por segmento**

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

**3.19. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**3.20. Direito de Uso – Arrendamento**

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:
• Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
• Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
• Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
• Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:
i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2026, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

| MATURIDADE DOS CONTRATOS | | |
|---|---|---|
| **VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES** | **ANO 2023** | **ANO 2022** |
| 2023 | - | 12.526 |
| 2024 | 30.404 | 3.898 |
| 2025 | 15.016 | 908 |
| 2026 | 6.078 | 22 |
| 2027 | 1.010 | - |
| 2028 | 674 | - |

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

| ATIVO | 31/12/2022 | Revisão / novos contratos | Baixas | Depreciação | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso, Contratos de Arrendamento | 14.837 | 52.457 | (58) | (21.774) | 45.462 |
| **PASSIVO** | **31/12/2022** | **Revisão / novos contratos** | **Amortização** | **Ajuste a valor presente** | **31/12/2023** |
| Contratos de Arrendamento Mercantil | 16.487 | 52.432 | (19.194) | (83) | 49.642 |
| **Circulante** | **11.872** | | | | **28.112** |
| **Não Circulante** | **4.615** | | | | **21.530** |

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCO

**4.1. Gestão de Risco Financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

**Risco de Liquidez**

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

**Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

**Risco de mercado**

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

**Risco Financeiro**

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados a taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

| | Indexador | 01/2024 a 12/2024 | 12,5% | -12,5% | 25% | -25% | 50% | -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Passivo Financeiro*** | | **214.993** | **241.867** | **188.119** | **268.741** | **161.245** | **322.489** | **107.496** |
| CAIXA | UPR | 15.920 | 17.910 | 13.930 | 19.900 | 11.940 | 23.879 | 7.960 |
| BNDES | URTJLP | 210 | 237 | 184 | 263 | 158 | 316 | 105 |
| Debêntures | CDI | 173.563 | 195.258 | 151.868 | 216.954 | 130.172 | 260.345 | 86.782 |
| Banco Safra | CDI | 2.301 | 2.588 | 2.013 | 2.876 | 1.726 | 3.451 | 1.150 |
| Banco do Brasil | CDI | 14.708 | 16.547 | 12.870 | 18.386 | 11.031 | 22.063 | 7.354 |
| ABC | CDI | 8.290 | 9.327 | 7.254 | 10.363 | 6.218 | 12.436 | 4.145 |
| *CDI* | | *11,65* | *13,106* | *10,194* | *14,562* | *8,737* | *17,475* | *5,825* |
| *UPR* | | *22,5209* | *25,3360* | *19,7058* | *28,1511* | *16,8907* | *33,7814* | *11,2606* |
| *URTJLP* | | *2,0876* | *2,3486* | *1,8267* | *2,6095* | *1,5657* | *3,1314* | *1,0438* |

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

| | Moeda | 31/12/2023 | +12,5% | -12,5% | +25% | -25% | +50% | -50% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Passivo Financeiro*** | | **555.742** | **625.210** | **486.274** | **694.678** | **416.807** | **833.613** | **277.871** |
| AFD | Euro | 188.419 | 211.971 | 164.867 | 235.524 | 141.314 | 282.629 | 94.210 |
| JICA | Ien | 367.323 | 413.238 | 321.408 | 459.154 | 275.492 | 550.985 | 183.662 |
| *Euro* | | *5,3516* | *6,02055* | *4,68265* | *6,6895* | *4,0137* | *8,0274* | *2,6758* |
| *Ien* | | *0,03422* | *0,038497* | *0,029942* | *0,042775* | *0,025665* | *0,05133* | *0,01711* |

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

### 4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16) | 2.142.769 | 1.659.294 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7) | (46.907) | (351) |
| (-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8) | (408.875) | (51.989) |
| Dívida Líquida | 1.686.987 | 1.606.954 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **2.003.578** | **1.860.911** |
| Capital Total | 4.552.176 | 4.343.394 |
| Índice de Alavancagem | 37% | 37% |
| Participação de Capital Próprio | 44% | 43% |

### 4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

| | Valor Contábil = Valor Justo | |
|---|---|---|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 46.907 | 351 |
| Aplicações Financeiras e Títulos | 408.875 | 51.989 |
| Contas a Receber de clientes (líquido de PDD) | 306.231 | 299.552 |
| Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional | (1.587.027) | (1.056.380) |
| Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira | (555.742) | (602.914) |

**Considerações gerais:**

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

## 5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

### 5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

### 5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

### 5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

### 5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

### 5.5. Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão

Até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de saneamento e os contratos de programa, firmados com base na Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB nº 11.445/07, no Ativo Intangível.

A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato.
Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível dos Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato, conforme demonstrado a seguir:

| Ativo | 31/12/2022 Divulgado | 31/12/2022 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Ativo Não Circulante** | | |
| Ativo Financeiro de Contrato | - | 791.602 |
| Ativo Intangível | 2.381.893 | 1.590.291 |

As demais informações referentes ao Ativo Financeiro de Contrato estão nas Notas Explicativas nº 13.

## 6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações dos segmentos operacionais, definidos com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas e revisados pela Diretoria Executiva, são os seguintes:

| | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|
| | Água | Esgoto | Total DRE |
| Receita bruta das vendas e dos serviços prestados* | 1.423.904 | 277.837 | 1.324.120 |
| Deduções da receita bruta | (98.541) | (26.304) | (124.845) |
| **Receita líq. vendas e dos serviços prestados** | **1.290.452** | **343.649** | **1.634.101** |
| Amortização operacional | | | (120.610) |
| Custos dos serviços e dos produtos vendidos* | | | (830.466) |
| **Lucro bruto** | | | **683.025** |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | | | (429.734) |
| Outras receitas/despesas operacionais líquidas | | | 5.711 |
| **Lucro antes do resultado financeiro e impostos** | | | **259.002** |

| | 31/12/2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Água | Esgoto | Total DRE |
| Receita bruta das vendas e dos serviços prestados* | 1.233.445 | 322.291 | 1.555.736 |
| Deduções da receita bruta | (115.591) | (30.181) | (145.772) |
| **Receita líq. vendas e dos serviços prestados** | **1.117.854** | **292.110** | **1.409.964** |
| Amortização operacional | | | (101.810) |
| Custos dos serviços e dos produtos vendidos* | | | (682.532) |
| **Lucro bruto** | | | **625.622** |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | | | (405.731) |
| Outras receitas/despesas operacionais líquidas | | | 16.322 |
| **Lucro antes do resultado financeiro e impostos** | | | **236.213** |

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 Reclassificado |
|---|---|---|
| **Total do Ativo Circulante** | **917.694** | **532.122** |
| Contas a receber de clientes, líquido | 22.416 | 27.419 |
| Ativo financeiro municipalizado | 5.193 | 8.325 |
| Depósitos dados em garantia | 108.598 | 116.551 |
| Ativo fiscal diferido | 53.326 | 60.611 |
| Direito de uso de bem | 45.462 | 14.837 |
| **Total do ativo não circulante** | **234.995** | **227.743** |
| Investimentos | 34 | 34 |
| Imobilizado | 60.935 | 58.489 |
| Ativo de contrato | 1.298.677 | 1.143.113 |
| Ativo financeiro de contrato | 830.929 | 791.602 |
| Ativo intangível | 1.672.527 | 1.590.291 |
| **Ativos dos segmentos reportados** | **3.863.102** | **3.583.529** |
| **Ativo total, conforme balanço patrimonial** | **5.015.791** | **4.343.394** |

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

**Receita Operacional por Superintendência:**

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Água | Esgoto | Água | Esgoto |
| Metropolitana | 618.346 | 247.407 | 523.043 | 213.283 |
| Sul/Serra | 259.394 | 59.955 | 223.871 | 47.347 |
| Oeste | 309.314 | 51.968 | 267.606 | 44.269 |
| Norte/Vale | 236.850 | 20.142 | 218.925 | 17.392 |
| **Total** | **1.423.904** | **379.472** | **1.233.445** | **322.291** |

**Receita Operacional por Município:**

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Água | Esgoto | Água | Esgoto |
| Florianópolis | 324.103 | 183.691 | 285.395 | 159.470 |
| Chapecó | 85.780 | 35.155 | 74.166 | 30.433 |
| Criciúma | 102.378 | 43.114 | 89.371 | 33.380 |
| Rio do Sul | 38.076 | 654 | 33.146 | - |
| São José | 137.946 | 53.205 | 120.372 | 46.312 |
| Outros | 735.621 | 63.653 | 630.995 | 52.696 |
| **Total** | **1.423.904** | **379.472** | **1.233.445** | **232.621** |

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, como segue abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Bens numerários | - | - |
| Bancos | 46.907 | 351 |
| **Total Caixa e Equivalentes de Caixa** | **46.907** | **351** |

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$408.875 (R$51.989 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

**8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos**

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

**8.2. Reconhecimento de perda em investimento**

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R$14 mi, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020 e em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a ser titular do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, e encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o n° TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022-10, e se encontram em fase de apresentação de defesas. A empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios, é uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida atualmente pela CASAN. A Companhia deseja realizar a alienação da participação da CASAN, e está em tratativas para prosseguir com esse procedimento de venda.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Consumidores finais | 254.566 | 239.700 |
| Entidades públicas | 27.429 | 11.774 |
| Consumo a faturar | 75.521 | 79.837 |
| (-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD | (73.701) | (59.178) |
| **Total Circulante** | **283.815** | **272.133** |
| **Não circulante** | | |
| Consumidores finais | 14.924 | 18.711 |
| Entidades públicas | 7.492 | 8.708 |
| Créditos reconhecidos como perdas | 316.742 | 290.224 |
| (-) Perdas reconhecidas | (316.742) | (290.224) |
| **Total Não circulante** | **22.416** | **27.419** |
| **Total Contas a Receber de Clientes** | **306.231** | **299.552** |

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2023, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

| CATEGORIA | A vencer | < 90 dias | > 90 dias e < 180 dias | > 180 dias e < 720 dias | > 720 dias | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Comercial | 26.465 | 5.273 | 1.947 | 12.092 | 35.073 | 80.850 |
| Industrial | 4.032 | 643 | 214 | 1.022 | 5.799 | 11.710 |
| Pública | 19.345 | 5.517 | 3.182 | 16.286 | 104.586 | 148.916 |
| Residencial | 113.846 | 39.449 | 10.797 | 44.301 | 171.284 | 379.677 |
| Consumo a faturar | 75.521 | - | - | - | - | 75.521 |
| | 239.209 | 50.882 | 16.140 | 73.701 | 316.742 | 696.674 |
| PCLD | - | - | - | (73.701) | (316.742) | (390.443) |
| **Total Contas a Receber** | **239.209** | **50.882** | **16.140** | **-** | **-** | **306.231** |

## 10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Total Estoques, Materiais em almoxarifado** | **130.523** | **130.961** |

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Imposto de Renda a compensar | 16.441 | 38.222 |
| Contribuição Social a compensar | 6.132 | 14.174 |
| Impostos retidos a recuperar | 5.161 | 2.226 |
| Outros | 535 | 177 |
| **Total** | **28.269** | **54.799** |

## 12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Adiantamentos a fornecedores | 8.442 | 7.570 |
| Convênios com prefeituras | 638 | 4.545 |
| Adiantamentos a empregados | 2.066 | 2.147 |
| Pagamentos reembolsáveis | 1.342 | 1.288 |
| Outros créditos | 918 | 951 |
| **Total** | **13.406** | **16.501** |

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceirização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

## 13. ATIVOS FINANCEIROS

**13.1. Ativos Financeiros de Contrato**

A Companhia em 2023, (replicado para 2022 vide reclassificação das contas) iniciou o registro dos valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, R$830.929 (R$791.602 em 31 de dezembro de 2022) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Ajustes | Saldo em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Ativos Financeiros de Contrato | 791.602 | 69.739 | (30.412) | 830.929 |

**13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados**

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

| Ativos Financeiros | Saldo Contábil Inicial | 12,5% a.a. | Nº anos restantes | Ajustes até 2022 | Saldo Contábil 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Morro da Fumaça | 4.438 | 554 | 2 | 3.328 | 1.110 |
| Bombinhas | 6.933 | 883 | 1 | 6.050 | 883 |
| Ilhota | 1.498 | 188 | 1 | 1.310 | 188 |
| Princesa | 189 | 24 | 2 | 142 | 47 |
| Guabiruba | 2.062 | 258 | 2 | 1.547 | 515 |
| Videira | 9.798 | 1.225 | 2 | 7.348 | 2.450 |
| **Total** | **24.918** | **3.132** | | **19.725** | **5.193** |

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

| Prefeitura municipal de: | Ano saída | Valor inicial | Prefeitura municipal de: | Ano saída | Valor inicial |
|---|---|---|---|---|---|
| Tubarão | 2005 | 17.000 | Camboriú | 2005 | 7.000 |
| Balneário Gaivota | 2010 | 2.420 | Navegantes | 2005 | 6.000 |
| Campo Alegre | 2011 | 1.879 | Ilhota | 2017 | 2.215 |
| Canelinha | 2009 | 4.094 | Balneário Camboriú | 2005 | 40.000 |
| Capivari de Baixo | 2010 | 955 | Schroeder | 2007 | 2.000 |
| Corupá | 2010 | 3.982 | Sombrio | 2007 | 2.594 |
| Fraiburgo | 2005 | 2.200 | São Francisco do Sul | 2013 | 7.047 |
| Guaramirim | 2007 | 6.535 | Itajaí | 2005 | 30.000 |
| Itapoá | 2007 | 3.469 | Joinville | 2005 | 135.000 |
| Imbituba | 2014 | 25.037 | Papanduva | 2005 | 800 |
| Massaranduba | 2010 | 2.486 | Três Barras | 2011 | 2.281 |
| Meleiro | 2009 | 571 | Timbó | 2005 | 5.000 |
| Palhoça | 2007 | 10.000 | Itapema | 2005 | 4.000 |
| Penha | 2012 | 8.896 | São José do Cedro | 2014 | 3.584 |
| Praia Grande | 2013 | 1.078 | Lages | 2005 | 110.000 |
| Presidente Getúlio | 2010 | 4.536 | Garuva | 2012 | 475 |
| São João Batista | 2005 | 1.900 | Gravatal | 2015 | 8.308 |
| Bombinhas | 2017 | 7.100 | Videira | 2018 | 9.000 |
| Princesa | 2017 | 191 | Guabiruba | 2018 | 3.072 |
| **Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:** | | | | | **482.705** |

## 14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

| Natureza dos ativos: | 31/12/2023 | | | | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Base de cálculo | IRPJ | CSLL | Total | Total |
| Provisão crédit. liquid. duvidosa | 73.701 | 18.425 | 6.633 | 25.058 | 20.121 |
| Provisão contingências trabalhistas | 12.002 | 3.001 | 1.080 | 4.081 | 3.565 |
| Provisão contingências cíveis | 65.307 | 16.327 | 5.878 | 22.205 | 22.067 |
| Provisão contingências ambientais | - | - | - | - | 1.530 |
| Prejuízo Fiscal | 5.829 | 1.457 | 525 | 1.982 | 13.328 |
| **Total** | **156.839** | **39.210** | **14.116** | **53.326** | **60.611** |
| **Classificação do ativo diferido:** | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | **53.326** | **60.611** |

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

| Imposto de Renda Diferido Ativo | 01 de janeiro de 2022 | Creditado/ Debitado à DRE | 31 de dezembro de 2022 | Creditado/ Debitado à DRE | 31 de dezembro de 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Provisão para contingências | 26.562 | 601 | 27.163 | (877) | 26.286 |
| Provisão créd. deved. Duvidosa | 20.541 | (421) | 20.120 | 4.938 | 25.058 |
| Prejuízo Fiscal | 13.328 | - | 13.328 | (11.346) | 1.982 |
| Ajuste a Valor Justo | - | - | - | - | - |
| **Total** | **60.431** | **180** | **60.611** | **(7.285)** | **53.326** |

## 15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

**15.1. Ativos Intangíveis**

| | 31/12/2022 Líquido | Amortização | Baixas e Ajustes | Aquisições/ Transf. | 31/12/2023 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **Sistema de Água** | 532.938 | (87.572) | (244) | 154.382 | 599.504 |
| **Sistema de Esgoto** | 1.057.353 | (84.860) | (43) | 100.573 | 1.073.023 |
| **Total** | **1.590.291** | **(172.432)** | **(287)** | **254.955** | **1.672.527** |

**15.2. Ativos de Contrato**

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Produção | 341.365 | 277.166 |
| Distribuição | 75.787 | 59.492 |
| Projetos e obras de operação Imediata | 46.904 | 47.810 |
| **Total Água** | **464.056** | **384.468** |
| Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos | 800.651 | 698.927 |
| Projetos e obras de operação Imediata | 3.381 | 3.357 |
| **Total Esgoto** | **804.032** | **702.284** |
| Projetos e obras administrativas | 15.706 | 18.086 |
| Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais | 14.883 | 38.275 |
| **Total Obras Administrativas e Estoque de Obras** | **30.589** | **56.361** |
| **Total Ativos de Contrato** | **1.298.677** | **1.143.113** |

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

A movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Transferências | Saldo em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Ativos de Contrato | 1.143.113 | 354.850 | (199.286) | 1.298.677 |

**15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)**

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

| | 31/12/2022 Líquido | Depreciação | Baixas e Ajustes | Aquisições/ Transf. | 31/12/2023 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos Administrativos | 58.489 | (9.978) | (30) | 12.454 | 60.935 |

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Ativos reavaliados | 240.020 | 260.854 |
| Tributos sobre a reavaliação | (60.901) | (66.187) |
| **Saldo da reavaliação** | **179.119** | **194.667** |

**15.4. Investimentos no período**

De janeiro a dezembro de 2023, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R$462.053**. Abaixo, destacamos as maiores obras investidas durante o ano de 2023.

| Município | | Obra |
|---|---|---|
| Florianópolis | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F) |
| Florianópolis | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande |
| São José e Florianópolis | Esgoto | Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas |
| Florianópolis | Esgoto | Ações Complementares de Saneamento Básico e Proteção ao Meio Ambiente |
| Bal. Barra do Sul | Esgoto | Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| São Lourenço do Oeste | Esgoto | Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| Diversos | Água | Aquisição de tubulações |
| Xanxerê, Xaxim e Chapecó | Água | Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado) |
| Florianópolis | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses |
| Curitibanos | Esgoto | Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário |
| Mafra | Esgoto | Implantação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário |

**15.5. Depreciação e Amortização**

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

| Imobilizado e Intangível | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Construção civil | 4% | 4% |
| Equipamentos | 10% | 10% |
| Equipamentos de transporte | 20% | 20% |
| Móveis e utensílios | 10% | 10% |

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto à Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

| | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|
| | Dívida | (-) Juros a Apropriar | Dívida Líquida (AVP) |
| **Operações no exterior:** | | | |
| Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD | 203.915 | (15.496) | 188.419 |
| Japan International Cooperation Agency - JICA | 396.141 | (28.818) | 367.323 |
| **Total Operações líquidas no exterior** | **600.056** | **(44.314)** | **555.742** |
| **Operações no país:** | | | |
| Caixa Econômica Federal – CAIXA | 294.954 | (102.136) | 192.818 |
| Debêntures | 1.816.530 | (623.939) | 1.192.591 |
| Banco Safra | 33.053 | (5.545) | 27.508 |
| Banco do Brasil | 183.661 | (73.967) | 109.694 |
| Banco ABC | 85.912 | (21.496) | 64.416 |
| **Total Operações Líquidas no país** | **2.414.110** | **(827.083)** | **1.587.027** |
| **Total Empréstimos e Financiamentos** | **3.014.166** | **(871.397)** | **2.142.769** |

Abaixo a comparação com o ano de 2023 e 2022, pelos seus valores líquidos:

| | Passivo Circulante | | Passivo Não Circulante | | Encargos incidentes |
|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 | |
| **Operações no exterior:** | | | | | |
| Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD | 54.955 | 57.744 | 133.464 | 194.454 | Nota Exp. |
| Japan International Cooperation Agency - JICA | 34.542 | 39.910 | 332.781 | 310.806 | 1,20% a.a. |
| **Total Operações no exterior** | **89.497** | **97.654** | **466.245** | **505.260** | |
| **Operações no país:** | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 12.680 | 10.773 | 180.138 | 190.187 | Nota Exp. |
| Debêntures | 175.686 | 145.696 | 1.016.905 | 438.955 | Nota Exp. |
| Banco Safra | 23.591 | 25.271 | 3.917 | 27.417 | Nota Exp. |
| Banco ABC | 36.769 | 9.249 | 27.647 | 63.706 | Nota Exp. |
| Banco do Brasil | 527 | 9.127 | 109.167 | 38.187 | Nota Exp. |
| Banco Santander | - | 5.468 | - | 41.746 | Nota Exp. |
| Banco Votorantim | - | 2.681 | - | 47.917 | Nota Exp. |
| **Total Operações no país** | **249.253** | **208.265** | **1.337.774** | **848.115** | |
| **Total Empréstimos e Financiamentos** | **338.750** | **305.919** | **1.804.019** | **1.353.375** | |

**a.** Em 31 de dezembro de 2023 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2022).

**b.** As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

| | 31/12/2023 |
|---|---|
| Amortizações para 2023 | 327.588 |
| Amortizações para 2024 | 335.918 |
| Amortizações para 2025 | 477.479 |
| Amortizações para 2026 em diante | 1.001.784 |
| **Total** | **2.142.769** |

**c.** Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R$5,3516 em 31 de dezembro de 2023 e R$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e, 1 Iene equivalente a R$0,03422 em 31 de dezembro de 2023 e R$0,03957 em 31 de dezembro de 2022.

**Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3° aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$188.419 equivalente a €35.207.

**Japan International Cooperation Agency – JICA**

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R$384.761 (¥11.243.749) para as obras e de R$82.879 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$367.323 equivalente a ¥ 10.734.161.

**Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras**

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

| Ano dos contratos | Vencimentos finais | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| 2010 | 2032 | 16.866 | 17.956 |
| 2012 | 2034 a 2036 | 175.952 | 183.004 |
| **Total** | | **192.818** | **200.960** |

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

**Debêntures - 2ª Emissão**

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$449.606.

**Debêntures Simples e Incentivada - 3° Emissão**

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$480.655 das Debêntures Simples e de R$262.330 da Incentivada.

**Banco Safra**

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$27.508.

**Banco do Brasil**

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures foi amortizado o valor de R$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$22.363.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures foi amortizado o valor de R$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$36.044.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures foi amortizado o valor de R$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$51.287.

**Banco ABC**

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extragrupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$39.392.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R$25.000. (Vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extra grupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização ficou com vencimento único em 22 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R$25.024.

**Banco Santander**

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Em 20 de Janeiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R$50.000 (Cinquenta milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente,

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

acrescido da taxa de 3,96% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 22 de abril de 2024 e final em 20 de janeiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

**Banco Votorantim**

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

**Banco BBM**

Em 26 de Setembro de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM no valor de R$70.000 (Setenta milhões de reais), com juros de 100% da taxa DI, acrescido de spread de 5,5% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com vencimento único em dezembro de 2023. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

**European Investment Bank -BEI**

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

## 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Circulante:** | | |
| Provisão para férias | 43.892 | 39.167 |
| INSS | 8.221 | 7.415 |
| FGTS | 2.837 | 2.581 |
| IR s/folha de pagamento | 9.132 | 5.218 |
| Consignações | 2.568 | 4.110 |
| Salários | 14.461 | 2 |
| Outros | 767 | 598 |
| **Total Circulante** | **81.878** | **59.091** |
| **Não Circulante:** | | |
| Participação em resultados | 3.176 | 3.176 |
| **Total Não Circulante** | **3.176** | **3.176** |

Em 19 de setembro de 2023, foi aprovada a Resolução nº 312 da Diretoria Colegiada, alterando a data de pagamento da folha para o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, a conta Salários a pagar encontra-se com saldo em 31 de dezembro de R$14.461.

## 18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Circulante:** | | |
| REFIS | 4.367 | 8.418 |
| COFINS | 20.050 | 8.755 |
| COFINS PARCELAMENTO | 17.573 | - |
| PIS | 4.332 | 1.896 |
| PIS PARCELAMENTO | 3.803 | - |
| Imposto de Renda - retenções | 350 | 191 |
| Imposto de Renda sobre lucro real | 17.616 | 38.171 |
| PIS/COFINS/CSLL - retenções | 1.324 | 558 |
| INSS de terceiros | 949 | 1.189 |
| Contribuição social sobre lucro real | 6.806 | 14.289 |
| Outros | 703 | 851 |
| **Total circulante** | **77.873** | **74.318** |
| **Não circulante:** | | |
| REFIS | 577 | 4.755 |
| COFINS PARCELAMENTO | 62.966 | - |
| PIS PARCELAMENTO | 13.626 | - |
| **Total não circulante** | **77.169** | **4.755** |

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011. Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

| | Circulante | | Não Circulante | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldo anterior | 8.418 | 7.968 | 4.755 | 12.449 |
| Transferências | 4.455 | 8.646 | (4.455) | (8.646) |
| Atualizações (TJLP) | 186 | - | 277 | 952 |
| Amortizações | (8.692) | (8.196) | - | - |
| **Total** | **4.367** | **8.418** | **577** | **4.755** |

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R$60.901 em 31 de dezembro de 2023 (R$66.187 em 31 de dezembro de 2022), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

## 20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Provisão contingências cíveis | 65.307 | 64.905 |
| Provisão contingências trabalhistas | 12.002 | 10.486 |
| Provisão contingências ambientais | - | 4.500 |
| **Total Provisões** | **77.309** | **79.891** |
| **Total Depósitos dados em garantia** | **(108.598)** | **(116.551)** |
| **Insuficiência (Suficiência) da cobertura** | **(31.289)** | **(36.660)** |

Em 31 de dezembro de 2023 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R$718.700 (R$668.002 em 31 de dezembro de 2022), .

**20.1. Contingências cíveis**

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

**20.2. Contingências trabalhistas**

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

**20.3. Contingências ambientais**

Anteriormente, foram provisionados danos ambientais no montante de R$4.500, em conformidade com o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição.

Considerando que já ocorreram praticamente todas as indenizações cabíveis, tal provisão foi desfeita nesse ano e o valor de contingências ambientais encontra-se zerado.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

## 21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

**21.1. Plano CASANPREV**

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R$59.011 (R$25.125 em 31 de dezembro de 2022).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Os benefícios do Plano sob análise foram avaliados pelo Regime de Capitalização, que pressupõe o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros durante a vida ativa do participante. Para a distribuição desse custo ao longo dos anos de serviço do participante, adotou-se o Método da Unidade de Crédito Projetada, ou simplesmente, Crédito Unitário Projetado, e cumprimento ao estabelecido no item 67 do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Abaixo está demonstrada a posição do passivo atuarial referente ao plano de Previdência Complementar em 31/12/2023.

| Conciliação da obrigação de benefício definido | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Obrigação de Benefício Definido no início do ano | 321.981 | 329.818 |
| Custo do serviço corrente (parte patronal) | (1.042) | (724) |
| Custo dos juros | 36.525 | 34.380 |
| Contribuições de participantes do plano | 2.311 | 2.069 |
| Benefícios pagos | (23.285) | (20.781) |
| (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a | 21.247 | (22.781) |
| **Obrigação de Benefício Definido no final do ano** | **357.737** | **321.981** |

| Conciliação do valor justo dos ativos do Plano | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Valor justo dos Ativos do plano no início do ano | 296.856 | 284.576 |
| Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*) | (13.189) | (779) |
| Contribuições do empregador | 2.228 | 2.040 |
| Contribuições dos participantes | 2.311 | 2.069 |
| Benefícios pagos | (23.285) | (20.781) |
| Receita dos juros | 33.804 | 29.730 |
| **Valor justo dos ativos do plano no final do ano** | **298.726** | **296.856** |
| **Passivo reconhecido no Balanço** | **59.011** | **25.125** |

Montantes reconhecidos na Demonstração de Resultado:

| Componentes do custo / (receita) do exercício | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Custo do serviço corrente (parte patronal) | (1.042) | (724) |
| Custo líquido dos juros (1+2) | 2.722 | 4.650 |
| 1- Juros sobre a obrigação de benefício definido | 36.525 | 34.380 |
| 2- Juros (rendimento) sobre valor justo do ativo do plano | (33.804) | (29.730) |
| **Custo do benefício pós-emprego no período** | **1.679** | **3.926** |

A seguir demonstramos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

| Premissas adotadas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Taxa de desconto (nominal) | 9,14% | 11,81% |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 9,14% | 11,81% |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | N/A | N/A |
| Indexador do benefício (apenas inflação) | 3,50% | 5,31% |

| Base de dados da mensuração do passivo | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Data do Cadastro | 30/set/23 | 31/out/22 |
| Participantes ativos (passivo principal) | 1.114 | 1.129 |
| Participantes Assistidos / Beneficiários gozando de benefício | 812 | 792 |
| a. Aposentados | 777 | 758 |
| b. Pensionistas | 35 | 34 |
| Número total de participantes | 1.926 | 1.921 |

| Outras premissas atuariais materiais : | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Rotatividade projetada dos empregados | N/A | |
| Tábua de Mortalidade | Sexo Masculino: AT 2000 Básica F Sexo Feminino: AT 2000 F Desagravada em 10% | |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | Sexo Masculino: AT 2000 Básica F Sexo Feminino: AT 2000 F Desagravada em 10% | |
| Tábua Entrada em Invalidez | Grupo Americana | |
| Composição familiar | BaC - Família Média / BC - Família Real | |

Análise de Sensibilidade da taxa de juros:

| Análise de Sensibilidade - 2023 | Tábua biométrica Mortalidade | |
|---|---|---|
| | Agravada | Desagravada |
| **Montante do:** | **10%** | **10%** |
| Valor presente daobrigação atuarial do plano | (351.937) | (363.997) |
| Valor justo dos ativos do plano | 298.726 | 298.726 |
| **(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido** | **(53.211)** | **(65.271)** |
| Variações: | | |
| Aumento / redução da obrigação atuarial | -1,621% | 1,750% |
| Aumento / redução dos ativos do plano | - | - |
| Variação do (Passivo) / Ativo líquido a Reconhecer | -9,829% | 10,609% |
| | **Taxa de juros** | |
| **Montante do:** | **+ 0,5%** | **- 0,5%** |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano | (339.866) | (377.303) |
| Valor justo dos ativos do plano | 298.726 | 298.726 |
| **(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido** | **(41.140)** | **(78.577)** |
| Variações: | | |
| Aumento / redução da obrigação atuarial | -4,995% | 5,470% |
| Aumento / redução dos ativos do plano | - | - |
| Aumento/(redução) do (Passivo)/ Ativo líquido a ser Reconhecido | -30,283% | 33,158% |

A seguir demonstramos valor e percentuais de ativos no plano por tipos e categorias:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Principais Categorias de Ativos (%)** | | |
| a. Disponível | 0,10% | 0,013% |
| b. Realizável (Prev e Adm) | 0,65% | 0,76% |
| c. Títulos Públicos | 56,91% | 46,26% |
| d. Ativos Financeiros de Créditos Privados | 9,72% | 9,01% |
| e. Fundo Inv. - Renda Fixa | 5,90% | 5,72% |
| f. Fundo Inv. - Ações (Renda Variável) | 5,63% | 11,91% |
| g. Fundo Inv. - Multimercado | 5,77% | 9,22% |
| h. Fundo Inv. - No Exterior | 1,36% | 2,84% |
| i. Fundo Inv. - Direitos Creditórios | 0,04% | 0,01% |
| j. Fundo de Inv. em Participações - FIP | 1,43% | 1,47% |
| k. Investimentos em Imóveis | 5,56% | 6,09% |
| l. Operações com Participantes (empréstimos) | 6,94% | 6,69% |
| m. Outros - Depósitos Judiciários | 0,00% | 0,00% |
| **Total** | **100,00%** | **100,00%** |
| **Principais Categorias de Ativos (montante)** | | |
| a. Disponível | 342 | 46 |
| b. Realizável (Prev e Adm) | 2.334 | 2.6447 |
| c. Títulos Públicos | 203.303 | 161.243 |
| d. Ativos Financeiros de Créditos Privados | 34.719 | 31.394 |
| e. Fundo Inv. - Renda Fixa | 21.091 | 19.930 |
| f. Fundo Inv. - Ações (Renda Variável) | 20.105 | 41.522 |
| g. Fundo Inv. - Multimercado | 20.607 | 32.149 |
| h. Fundo Inv. - No Exterior | 4.841 | 9.899 |
| i. Fundo Inv. - Direitos Creditórios | 128 | 49 |
| j. Fundo de Inv. em Participações - FIP | 5.099 | 5.119 |
| k. Investimentos em Imóveis | 19.873 | 21.223 |
| l. Operações com Participantes (empréstimos) | 24.807 | 23.330 |
| m. Outros - Depósitos Judiciários | - | - |
| **= Total Ativo** | **357.249** | **348.548** |
| (+) Ajuste Valor de Mercado | - | - |
| (-) Recursos a Receber - Contrato Patrocinador | - | - |
| (-) Exigível Operacional | (395) | (159) |
| (-) Exigível Contingencial | (795) | - |
| (-) Fundo Previdencial | - | - |
| (-) Fundo de Investimento | (1.353) | (1.126) |
| (-) Fundo administrativo | (1.117) | (1.847) |
| **= Valor Justo dos Ativos Inicial** | **353.589** | **345.416** |
| Valor Justo dos Ativos - Parte CD | 56.193 | 48.560 |
| SD Contas Assistidos | - | - |
| SD Contas Ativos | 56.193 | 48.560 |
| Valor Justo dos Ativos - Parte BD | 297.397 | 296.856 |
| Rentabilidade projetada (até dezembro) | 2.469 | - |
| Saldo Previdencial projetado (até dezembro) | (1.140) | - |
| **Valor Justo dos Ativos** | **298.726** | **296.856** |

Montantes Reconhecidos em ORA – Outros reultados Abrangentes:

| Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Custo total reconhecido em ORA no início do ano | (8.543) | 13.460 |
| (Ganhos) / Perdas nas obrigações | 21.247 | (22.781) |
| (Ganhos) / Perdas nos ativos do planos | 13.189 | 779 |
| **Custo total reconhecido em ORA** | **25.892** | **(8.543)** |

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2024:

| Componentes do custo / (receita) próximo exercício | 31/12/2024 |
|---|---|
| Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2) | (1.122) |
| 1. Custo do serviço corrente bruto | 1.270 |
| 2. Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício | (2.392) |
| Custo líquido dos juros | 5.183 |
| **Custo do benefício pós-emprego no período** | **4.061** |

**21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)**

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi au-

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

torizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| PDVI 2017 – Passivo Circulante | 89.523 | 85.872 |
| PDVI 2017 – Passivo Não Circulante | 115.896 | 195.678 |
| **Total PDVI** | **205.419** | **281.550** |

## 22. PARTES RELACIONADAS

**22.1. Transação com Partes Relacionadas**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

| Descrição | Ativo | | Passivo | | Receita | | Despesa | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Gov. do Estado-SC (Precatórios)¹ | - | - | 24.612 | - | - | - | - | - |
| Secretaria do Estado da Fazenda | 5.839 | 5.344 | - | - | 39.187 | 33.709 | - | - |
| SEFAZ (BNDES)² | - | - | 6.798 | 18.268 | - | - | 210 | 1.408 |
| Celesc | 60 | 44 | 9.628 | 9.003 | 722 | 593 | 113.989 | 129.918 |
| **Total** | **5.899** | **5.388** | **41.038** | **27.271** | **39.909** | **34.302** | **114.199** | **131.326** |

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.
² Com a interveniência do Estado de Santa Catarina, em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, que está sendo amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2024. Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção destas obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES. Dessa forma, os valores devidos ao BNDES são, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

**22.2. Remuneração dos Administradores**

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovada pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2023, no montante global de até R$4.091. Em 2022 a aprovação se deu pela 52ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2022, no montante de R$3.950.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Salário ou Pró-labore | 2.520 | 2.588 |
| Benefícios diretos e indiretos | 1.283 | 1.047 |
| Representações | 85 | 123 |
| Diárias | 44 | 121 |
| **Total** | **3.932** | **3.879** |

## 23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R$18.266 em 31 de dezembro de 2023 (R$18.266 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**24.1. Capital Social**

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$1.224.547 em 31 de dezembro de 2023 (R$1.118.641 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.039.655.158 ações (949.739.585 ações em 31 de dezembro de 2022).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

| Acionistas | 31/12/2023 | | |
|---|---|---|---|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Governo do Estado de Santa Catarina | 460.598.011 | 465.460.017 | 926.058.028 |
| Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC | 56.713.251 | 56.778.178 | 113.491.429 |
| Demais Acionistas | 57.459 | 48.242 | 105.701 |
| **Total de ações** | **517.368.721** | **522.286.437** | **1.039.655.158** |

| Acionistas | 31/12/2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Governo do Estado de Santa Catarina | 415.125.668 | 419.284.388 | 834.410.056 |
| Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC | 56.713.251 | 56.778.178 | 113.491.429 |
| Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC | 1.733.389 | 2.185 | 1.735.574 |
| Demais Acionistas | 56.996 | 45.530 | 102.526 |
| **Total de ações** | **473.629.304** | **476.110.281** | **949.739.585** |

**24.2. Reserva de Lucros**

**Reserva Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. Saldo em 2023 é de R$37.425 (R$34.887 em 2022.)

**Reserva para Fundo de Investimentos**

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social. Em 2023 foi destinado de lucros acumulados para a Reserva de Investimentos o montante de R$ 46.492.

**24.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**

Ao longo de 2023, o Governo do Estado de Santa Catarina realizou 4 aportes de R$30.000, totalizando R$120.000 repassados para futuro aumento de capital (R$86.663 em 31 de dezembro de 2022).

**24.4. Destinação do Lucro do Exercício**

| | 2023 |
|---|---|
| **Lucro Exercício** | **50.743** |
| Reserva Legal (5%) | 2.537 |
| Reserva para Fundos de Investimentos | 36.154 |
| Dividendos Propostos (25%) | 12.051 |

**24.5. Dividendos Propostos**

Em dezembro de 2023 o saldo da conta dividendos propostos é de R$12.053 sendo R$2, referente a dividendos dos minoritários de anos anteriores não pagos em função de problemas com cadastro dos acionistas no Banco Escriturador.

**24.6. Resultado por Ação**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia | 50.743 | 91.990 |
| Quantidade total de ações | 1.039.655.158 | 949.739.585 |
| Lucro básico e diluído por ação (reais por ação) | 0,0488 | 0,0969 |

**24.7. Outros Resultados Abrangentes**

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.
Em 2023, a Companhia tem registrado como perdas em outros resultados abrangentes o montante de R$ 33.630 (R$1.422 em 2022).

## 25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Tarifas de água | 1.402.941 | 1.216.288 |
| Tarifas de esgoto | 379.373 | 322.193 |
| Outras receitas de serviços de água | 20.963 | 17.157 |
| Outras receitas de serviços de esgoto | 99 | 98 |
| **Total do faturamento** | **1.803.376** | **1.555.736** |
| Impostos sobre vendas e outras deduções | (169.275) | (145.772) |
| **Total receita líquida** | **1.634.101** | **1.409.964** |

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões, durante o exercício de 2023, no montante de R$354.850 (R$407.762 em 2022), ou seja, com margem nula.

## 26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Salários e encargos* | 492.956 | 472.538 |
| Materiais | 121.039 | 97.545 |
| Serviços de terceiros | 333.422 | 324.941 |
| Gerais e tributárias | 90.901 | 57.355 |
| Depreciações, amortizações e provisões | 172.495 | 109.706 |
| Amortização direito de uso de bem | 25.118 | 13.934 |
| Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos | 41.084 | 31.205 |
| Recomposição de pavimentação | 32.690 | 19.339 |
| Fundos para programas municipais** | 71.105 | 63.511 |
| **Total** | **1.380.810** | **1.190.074** |

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

** Conta Fundos para programas municipais obteve um incremento em função das revisões contratuais dos Contratos Programas. Estes estarão compondo os custos da próxima revisão tarifária da Companhia.

## 27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Salários | 189.809 | 169.658 |
| Férias, Abono e 13º Salário | 54.293 | 50.798 |
| Custos previdenciários | 88.373 | 82.290 |
| FGTS | 22.416 | 20.058 |
| Programa de alimentação | 41.899 | 40.000 |
| Programa de saúde | 36.308 | 30.637 |
| Gratificações | 33.894 | 30.057 |
| PDVI – Demissão voluntaria incentivada | 12.104 | 36.499 |
| Outros benefícios | 13.860 | 12.541 |
| **Total** | **492.956** | **472.538** |
| **Número de empregados** | **2.743** | **2.696** |

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado abaixo:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Descontos obtidos | 1.146 | 3.486 |
| Juros ativos | 2.933 | 7.469 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 10.129 | 8.788 |
| Acréscimos por inadimplências contratuais | 22.454 | 12.938 |
| Ganho com recuperação de crédito | 192 | 287 |
| **Total Receitas Financeiras** | **36.854** | **32.968** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (200.715) | (154.093) |
| Variações monetárias e cambiais (reversão) | 15.103 | 27.240 |
| Multas e juros* | (21.349) | - |
| Outras | (11.731) | (3.551) |
| **Total Despesas Financeiras** | **(218.692)** | **(130.404)** |
| **Resultado Financeiro Líquido** | **(181.838)** | **(97.436)** |

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

## 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2023, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Outras receitas operacionais** | | |
| Indenizações e ressarcimento de despesas | 243 | 11.883 |
| Comissão prestação de serviços/convênios | 1.082 | 995 |
| Reversão Causas trabalhistas | - | 2.076 |
| Reversão Causas cíveis | 1.170 | - |
| Reversão Causas ambientais | 4.500 | 2.531 |
| Vendas de bens do imobilizado | 993 | 2.676 |
| Contribuições e doações | 967 | 196 |
| Outras | 38 | - |
| **Total Outras Receitas Operacionais** | **8.993** | **20.357** |
| **Outras despesas operacionais** | | |
| Baixa de imobilizado | (1.158) | (351) |
| Fiscais e tributárias | (462) | (952) |
| Causas cíveis | (1.662) | (2.732) |
| **Total Outras Despesas Operacionais** | **(3.282)** | **(4.035)** |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas** | **5.711** | **16.322** |

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

### 30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia. A Companhia aluga 599 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

### 31. ROMPIMENTO DO RESERVATÓRIO NO MONTE CRISTO

Na madrugada do dia 06 de setembro de 2023 ocorreu o rompimento do reservatório R4 localizado no bairro Monte Cristo, em Florianópolis. Não houve feridos. Tal acontecimento causou danos em imóveis e veículos da localidade. Várias equipes foram mobilizadas para garantir pronto atendimento à população local, e desde então, a Companhia segue prestando auxílio constante aos atingidos, com enfoque nas pessoas, minimizando os impactos e ressarcindo os danos causados. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou R$9.517 em indenizações. A perda com o valor do investimento registrado no reservatório no montante de R$7.200 foi contabilizada como despesas no mês de outubro.

### 32. BALANÇO SOCIAL

A Companhia apresenta o Balanço Social referente ao ano de 2023, onde evidencia informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, acionistas e à comunidade. A CASAN adota o modelo conforme Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

| 1. BASE DE CÁLCULO | 2023 - Valores em R$ mil | 2022 - Valores em R$ mil |
|---|---|---|
| Receita Operacional Líquida (ROL) | 1.634.101 | 1.409.964 |
| Resultado Operacional (RO) | 259.002 | 236.213 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 528.613 | 414.834 |

| 2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS | Valor R$ mil | % sobre FBP | % sobre RL | Valor R$ mil | % sobre FBP | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentação | 52.931 | 10,01% | 3,24% | 50.307 | 12,13% | 3,57% |
| Encargos Sociais Compulsórios | 108.618 | 20,55% | 6,65% | 97.808 | 23,58% | 6,94% |
| Previdência Privada | 5.071 | 0,96% | 0,31% | 4.529 | 1,09% | 0,32% |
| Saúde | 31.689 | 5,99% | 1,94% | 26.408 | 6,37% | 1,87% |
| Segurança e Saúde no Trabalho | 2.422 | 0,46% | 0,15% | 1.440 | 0,35% | 0,10% |
| Educação | 14.733 | 2,79% | 0,90% | 458 | 0,11% | 0,03% |
| Cultura | 1.199 | 0,23% | 0,07% | 1.188 | 0,29% | 0,08% |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional | 745 | 0,14% | 0,05% | 785 | 0,19% | 0,06% |
| Creches ou Auxílio-Creche | 3.669 | 0,69% | 0,22% | 3.154 | 0,76% | 0,22% |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 14.355 | 2,72% | 0,88% | 36.499 | 8,80% | 2,59% |
| **Total dos Indicadores Sociais Internos** | **235.431** | **44,54%** | **14,41%** | **222.576** | **53,65%** | **15,79%** |

| 3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | Valor R$ mil | % sobre RO | % sobre RL | Valor R$ mil | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cultura | 541 | 0,21% | 0,03% | 650 | 0,28% | 0,05% |
| Saúde e Saneamento | 234 | 0,09% | 0,01% | 939 | 0,23% | 0,07% |
| Esporte | 90 | 0,03% | 0,01% | 110 | 0,05% | 0,01% |
| **Sub Total** | **866** | **0,33%** | **0,05%** | **1.699** | **0,56%** | **0,13%** |
| Tributos (excluídos os encargos sociais) | 211.462 | 40,00% | 12,94% | 232.184 | 55,97% | 16,47% |
| **Total dos Indicadores Sociais Externos** | **212.328** | **40,34%** | **12,99%** | **233.883** | **56,53%** | **16,60%** |

| 4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA | Valor R$ MIL | % sobre RO | % sobre RL | Valor R$ MIL | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa | 462.053 | 178% | 28,28% | 595.464 | 91% | 42,23% |
| Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos | 623 | 0,24% | 0,04% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| **Total dos Investimentos em Meio Ambiente** | **462.676** | **178,6%** | **28,31%** | **595.464** | **91,36%** | **42,23%** |
| Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa: | Não possui Metas | | | Não possui Metas | | |

| 5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Nº de Empregados(as) ao Final do Período | 2.743 | 2.696 |
| Nº de Admissões Durante o Período | 77 | 64 |
| Nº de Empregados(as) Terceirizados | 634 | 643 |
| Nº de Estagiários(as) | 96 | 156 |
| Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos | 1.250 | 1.173 |
| Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa | 550 | 543 |
| % de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres | 23,13% | 25,41% |
| Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa | 44 | 46 |
| % de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as) | 1,07% | 0,66% |
| Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais | 76 | 79 |

| 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | 2023 | Metas 2024 |
|---|---|---|
| Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa | 18,57 vezes | REDUZIR |
| Número Total de Acidentes de Trabalho | 124 | REDUZIR |
| Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por: | Direção e gerências | Direção e gerências |
| Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por: | Direção e gerências | Direção e gerências |
| Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as): | Segue normas OIT | Segue normas OIT |
| A Previdência Privada Contempla: | Todos os empregados | Todos os empregados |
| A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla: | Não se aplica | Não se aplica |
| Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa: | São exigidos | São exigidos |
| Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário: | Apoia | Apoiará |

| | Na Empresa | No Procon | Na Justiça | Na Empresa | No Procon | Na Justiça |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores | 34.094 | 694 | 562 | 0 | 0 | 0 |
| % de Reclamações e Críticas Solucionadas | 71,92% | 62,29% | 0,00% | 72,98% | 68,35% | 0,00% |

| | | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Distribuição do Valor Adicionado | Governo | 274.971 | 266.513 |
| | Colaboradores | 411.110 | 398.509 |
| | Acionistas | 12.051 | 21.848 |
| | Terceiros | 218.692 | 130.404 |
| | Retido | 38.692 | 70.142 |

**7. OUTRAS INFORMAÇÕES**

***"A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO. NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"***

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2023 até a data de publicação destas demonstrações, não ocorreram outros eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

EDSON MORITZ
**Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores**

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO
**Diretor Administrativo**

GIOVANI PICKLER
**Diretor Comercial**

PEDRO JOEL HORSTMANN
**Diretor de Operação e Expansão**

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente**
SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES

**Demais Membros**
ALEXANDREPEDERCINI ISSA

DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI

GABRIELA SOARES PEDERCINI

RICARDO EUCLIDE GRANDO

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**Coordenador**
CARLOS ROCHA VELLOSO
**Demais Membros**
CRISTIANE SCHOLZ FAISCA CARDOSO
EDUARDO PERSON PARDINI

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**
DÉCIO AUGUSTO BACEDO DE VARGAS
**Demais Membros**
DANIELLA GODINHO ABREU
EDUARDO FIRMINO GUEDES

**CONTADORA**

**Gerente de Controladoria Econômico-Financeira**
MARINA GODOY
Contadora CRC/SC 031470/O-0

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**
**Acionistas e aos Conselheiros da**
**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS**
**E SANEAMENTO – CASAN**
**Florianópolis – SC**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão (Nota Explicativa 5 e)**

Conforme apresentado em Nota Explicativa 5, letra "e", até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato. Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Teste de *Impairment* (Nota explicativa 3.8)**

Para apurar o valor recuperável dos Ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

• Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

• As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;

• A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

• As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

• O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada através da tarifa ou por indenização.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto**

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por impairment.

**Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3.9 e 21.1)**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R$ 59.011 mil (R$ 25.125 mil, em 2022). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e subjetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto**

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de descontos, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos.

Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstancias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 08 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

**Jorge Luiz Menezes Cereja**
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

**Rosangela Pereira Peixoto**
Contadora CRC RS 065932
Sócia Diretora Responsável

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023. Com base nos documentos examinados, na Proposta da Administração, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e no parecer emitido por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos podem ser divulgados.

Florianópolis, 25 de março de 2024.

**SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES**
Presidente do Conselho Fiscal

**ALEXANDRE PEDERCINI ISSA**
Conselheiro

**DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI**
Conselheira

**GABRIELA SOARES PEDERCINI**
Conselheira

**RICARDO EUCLIDES GRANDO**
Conselheiro

# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CNPJ.: 82.508.433/0001-17

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO- CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

### 1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Companhia"), regido pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia ("Regimento").

A Lei n°13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, desde 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso (Coordenador do Comitê), o Sr. Eduardo Person Pardini e a Sra. Cristiane Scholz Faísca Cardoso, os quais atendem os critérios de independência estabelecidos no artigo 22, da Lei n° 13.303. Em 01 de agosto de 2022, os membros do Comitê de Auditoria foram reconduzidos para o segundo mandato, conforme previsto na referida Lei nº 13.303.

### 2. Resumo das atividades em 2023

No período de janeiro a dezembro de 2023 o CAE da CASAN realizou 34 reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Procurador Geral, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme atas do CAE disponíveis no portal da CASAN sob a forma de extrato ou integral, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

Demonstrações Financeiras

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes aos quatro trimestres de 2023.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na supervisão das atividades desenvolvidas para a sua elaboração, por meio de reuniões frequentes com a área responsável pela contabilidade, reuniões de esclarecimentos com a Diretoria Financeira e os Auditores Independentes e participação em reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração, além da análise dos Relatórios da Companhia e do Relatório dos Auditores Independentes.

Não havendo sido encontrados óbices à aprovação das Demonstrações Financeiras trimestrais, foram então encaminhadas ao Conselho de Administração.

Como recomendação durante o exercício, o CAE recomendou a continuidade de uma permanente atenção ao perfil da dívida da Companhia aliada ao nível de geração de caixa para não dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou de investimentos que serão indispensáveis para atendimento ao novo marco regulatório de saneamento. E, ainda, que os saldos contábeis antigos continuassem a ser conciliados, tendo sido, os saldos mais relevantes neste exercício, ajustados na contabilidade.

Auditoria Interna

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) 2023.

Em função da renovação de alguns integrantes da Auditoria Interna, o CAE manteve a mentoria para a equipe durante todo o ano de 2023. Foram adotados novos métodos de trabalho para tornar a metodologia aplicada mais aderente às normas internacionais de Auditoria.

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2024.

Riscos e Controles Internos

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Em continuidade ao acompanhamento da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos e da implantação do Sistema SE Suite para disponibilização e gerenciamento das informações, orientou esta área para a adoção de diversos aprimoramentos na metodologia utilizada.

Como recomendações, solicitou que: a análise de riscos tenha como base o orçamento, de forma que possa ser quantificável; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objetivos empresariais; os processos-chave da CASAN devem ser mapeados; é indispensável o fomento de cultura de governança, riscos e controles internos.

O Programa de Integridade da CASAN foi revisado por Grupo de Trabalho coordenado pelo Assessor de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos. As recomendações para aprimoramento do Programa de Integridade constam no Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

CASANPREV

O CAE realizou reuniões de esclarecimentos com o Diretor Presidente da CASANPREV - Fundação CASAN de Previdência Complementar para obter informações sobre o desempenho dos seus investimentos durante o ano, tendo destacado o atingimento da meta atuarial no exercício de 2023. O novo Plano de Contribuição Definida (CD) segue em análise pela PREVIC.

Como a ocorrência de um déficit atuarial acima dos limites estabelecidos pela PREVIC acarreta obrigatoriamente a necessidade de definição de um Plano de Equacionamento do déficit acumulado com exercícios anteriores. Tal Plano deverá ser proposto pela Diretoria da CASANPREV ao seu Conselho Administrativo e para a Patrocinadora CASAN, para alinhamento da melhor alternativa de equacionamento para os empregados participantes e para a própria patrocinadora, uma vez que a legislação determina que no equacionamento de déficits as contribuições pelos participantes e pela patrocinadora sejam iguais. O equacionamento do déficit atuarial registrado no ano de 2022 deverá ser aprovado para ser implantado a partir de abril de 2024.

E em conformidade com procedimento já adotado em exercícios anteriores, o CAE reuniu-se com a consultoria contratada para avaliação atuarial da provisão contábil na CASAN em 2023 referente ao Plano Misto de Benefícios Previdenciários – PLANO CASANPREV, por ela patrocinado, para avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais para a constituição de tal provisão.

Outros temas relevantes

O CAE tomou conhecimento e participou de análises e discussões, apresentando recomendações sobre diversos temas relevantes para o desempenho de suas atribuições, relacionados à avaliação e monitoramento de exposições a riscos e a mecanismos de controle interno, como: evento ocorrido no Reservatório R4 em Florianópolis; Fundo de Investimento SM4; seguro D&O; adequação da Companhia à LGPD, canal de denúncias externo; imobilização de obras antigas já finalizadas; política de transação com partes relacionadas; Planos de Emergência e Contingência e inventário de barramentos de água; reforço da fiscalização das ligações à rede coletora de esgoto; substituição de hidrômetros; atividades relacionadas à agenda ASG; acompanhamento das ações de regionalização e o processo de contratação de Auditoria Independente.

### 3. Conclusão e Recomendação ao Conselho de Administração

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023 juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN, relatórios da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, somos de opinião de que não ocorreram divergências entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria Estatutário e de que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023, encaminhadas para aprovação pelo Conselho de Administração.

*Florianópolis, 15 de março de 2024.*

***Carlos Rocha Velloso***
*Coordenador do Comitê*

***Cristiane Scholz Faísca Cardoso***
*Membro do Comitê*

***Eduardo Person Pardini***
*Membro do Comitê*

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, SC, 18 de março de 2024.

EDSON MORITZ
**Diretor Presidente**
**Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores**

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO
**Diretor Administrativo**

GIOVANI PICKLER
**Diretor Comercial**

PEDRO JOEL HORSTMANN
**Diretor de Operação e Expansão**

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, SC, 18 de março de 2024.

EDSON MORITZ
**Diretor Presidente**
**Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores**

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO
**Diretor Administrativo**

GIOVANI PICKLER
**Diretor Comercial**

PEDRO JOEL HORSTMANN
**Diretor de Operação e Expansão**

*ETE Insular - Florianópolis. Foto: Acervo CASAN*

# ESTELA **BENETTI**

nsctotal.com.br/estela
estela.benetti@nsc.com.br
@estelab

## Universidade Gratuita começa a **impactar economia** de SC

Educação é um investimento de longo prazo, mas movimenta a economia desde o início. O programa Universidade Gratuita, que entrou em vigor em SC no segundo semestre de 2023 com o objetivo de pagar mensalidades de cursos superiores para estudantes de famílias de menor renda, conforme idealizou o governador Jorginho Mello (PL), começa a impactar a economia regional onde atuam universidades contempladas.

O Universidade Gratuita foi um dos temas da reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) realizado de segunda a quinta-feira em Florianópolis, tendo como anfitriões os dois conselheiros de SC, o secretário de Estado de Educação, Aristides Cimadon, e a presidente da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe) e reitora da Unesc, Luciane Bisognin Ceretta. O programa foi apresentado ao CNE como um novo modelo de universidade pública não estatal, que pode ser replicado em outros estados.

Na primeira fase de implantação do Universidade Gratuita, em 2023, foram beneficiados 4.445 alunos, com investimento de R$ 65,1 milhões. Para 2024, a estimativa é de que mais 47,7 mil estudantes sejam beneficiados e os investimentos deverão somar R$ 663,2 milhões.

O secretário Cimadon diz que os primeiros efeitos do programa na economia são o pagamento das mensalidades aos estudantes, o que tira essa despesa das famílias, e a contrapartida de trabalho exigida dos beneficiados. Ele acredita que os impactos econômicos positivos poderão ser maiores nas pequenas cidades, onde o número de estudantes de menor renda é maior. Sem ter que pagar para a universidade, a família pode investir em outras coisas, observa ele. Além disso, no primeiro semestre de 2024 mais de 5 mil alunos poderão participar prestando serviços para diversas secretarias de estado, instituições de saúde e empresas estatais.

O impacto esperado no longo prazo é maior desenvolvimento econômico e social graças à educação de qualidade nas regiões. O programa prevê beneficiar 75 mil estudantes no Estado até 2026.

AURORA COOP, DIVULGAÇÃO

## OESTE GANHA NOVA AGROINDÚSTRIA DE QUASE R$ 600 MILHÕES

Santa Catarina ganhou mais um complexo empresarial de ponta na agroindústria. A Aurora Coop inaugurou terça-feira (16) um segundo polo de industrialização de carnes em Chapecó, com tecnologia de ponta. Localizado no bairro Efapi, o complexo tem 31 mil metros quadrados em terreno de 241 hectares. O investimento somou R$ 587 milhões e a planta vai processar e produzir produtos de proteína de frango para os mercados interno e externo.

O presidente da Aurora Coop, Neivor Canton, disse no evento que essa inauguração é um testemunho do trunfo do cooperativismo como ideologia associativista e modelo de negócio fundado na ética e na sustentabilidade. A Aurora Coop reúne em 14 cooperativas 85 mil famílias associadas. Presente na inauguração, o governador Jorginho Mello afirmou que o sistema cooperativo catarinense se tornou um grande protagonista mundial. Em 2023, a Aurora Coop exportou 36,6% da produção para mais de 80 países.

## BRT E TÚNEL SUBAQUÁTICO

Na sexta-feira, 12 de abril, um dia antes de Santa Catarina enfrentar o fechamento total da BR-101 no Morro dos Cavalos devido à queda de barreiras, uma notícia animadora foi publicada no site do Banco Mundial (Bird). A instituição confirmou financiamento do projeto Promobis, de BRT e túnel subaquático para a região de Balneário Camboriú e Itajaí, no valor de US$ 90 milhões. O projeto é da Associação dos Municípios da Foz do Itajaí-Açu (Amfri), que reúne 11 cidades. Entre os que comemoram a decisão inédita do Bird para um conjunto de municípios está o presidente do conselho do InovAmfri, o ex-secretário de Desenvolvimento do Estado, Paulinho Bornhausen. Segundo ele, o projeto pode ser copiado por associações de outras regiões de SC, como as de Florianópolis, Blumenau, Joinville e Criciúma. É um exemplo de protagonismo regional.

## CELESC MAIS DIGITAL

Os mais de 3,5 milhões de clientes da Celesc contarão, a partir de 7 de maio, com um dos sistemas mais modernos do mundo para serviços digitais ao consumidor no aplicativo Minha Celesc e no site da companhia. A Celesc está implantando o novo sistema comercial, denominado Projeto Conecta, que vai oferecer mais de 80 serviços digitais, incluindo a opção de pagamento da fatura mensal de energia por Pix. De acordo com o presidente da empresa, Tarcísio Estefano Rosa, o Projeto Conecte será um divisor de águas para facilitar o relacionamento dos consumidores com a companhia. A Celesc está investindo R$ 100 milhões nessa transformação digital.

## NOVIDADE PARA PMES

Com o objetivo de apoiar investimentos para elevar a competitividade das micro e pequenas empresas, a Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual de Santa Catarina (Fampesc) e o Sebrae/SC lançaram um edital que prevê apoio para investimentos. É o Edital de Fomento às Ampes (Efampe 2024). A iniciativa consiste em programa que oferece subsídio de 50% do valor investido pelas micro e pequenas empresas para melhorar seus processos. Os outros 50% podem ser parcelados, destaca a presidente da Fampesc, Rosi Dedekind. Empresas interessadas em acessar esses recursos devem fazer o pedido junto a associação empresarial do seu município ou região. As inscrições abriram terça-feira (16) e vão até 16 de junho.

## NÃO À BUROCRACIA

Uma reunião na Assembleia Legislativa resolveu o impasse entre o setor produtivo do agronegócio e o governo estadual gerado por lei que exigia inscrição estadual individual para todas atividades de exploração em silvicultura (florestas), madeira, móveis e agronegócio. Pelo acordo, a lei de 2023 foi suspensa e a Secretaria de Estado da Fazenda vai apresentar um projeto de lei com nova proposta em 20 dias. Participaram da reunião representantes da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc), Secretaria da Fazenda, Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR). O presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar, afirmou que a atividade florestal foi a que mais sofreu impacto com a lei, que estava suspensa.

# CIDADES ATINGIDAS POR CHEIAS VÃO **RECEBER MORADIAS**

Unidades habitacionais serão construídas em seis municípios do Vale do Itajaí e em São João Batista, onde enchentes em outubro e novembro do ano passado castigaram a população

**TALITA CATIE**
talita.medeiros@nsc.com.br

Sete cidades de Santa Catarina vão receber 277 unidades habitacionais para famílias atingidas pelas enchentes entre outubro e novembro do ano passado. A maioria dos municípios beneficiados pelo governo federal (seis no total) fica no Vale do Itajaí. Com o anúncio, as prefeituras correm agora para entregar os documentos necessários e poder contratar a construção dos imóveis.

Conforme adiantou a colunista da NSC, Dagmara Spautz, as residências integram o FAR Calamidade, um tipo específico de financiamento habitacional do programa Minha Casa Minha Vida voltado a famílias que vivem em áreas de risco.

ADRIANO DE NAHAIA, NSC TV

Castigada pela enchente em 2023, Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, quer receber até 120 unidades habitacionais

## TAIÓ

Após enfrentar a pior enchente da história da cidade, Taió vai receber 50 casas. A prefeitura informou que o Condomínio Residencial Vale do Sol será no bairro Universitário. A seleção das famílias contempladas ainda não começou, mas serão priorizadas aquelas em situação de risco devido às enchentes de 2023. Dados divulgados na época apontaram que 34% das edificações foram atingidas pelas águas.

## TROMBUDO CENTRAL

A prefeitura pediu 100 casas ao governo federal e até o momento teve liberação de 50. As unidades serão construídas em um terreno comprado pelo município no fim de 2023. A assistência social vai chamar as famílias que já estão credenciadas. Ao menos 40 casas foram condenadas pela Defesa Civil e as famílias não puderam mais retornar. Além disso, cerca de 90% dos imóveis em Trombudo Central tiveram algum prejuízo.

## BRAÇO DO TROMBUDO

A cidade enfrentou em novembro do ano passado a pior enchente da história. A prefeitura recorreu ao governo federal e conseguiu 48 unidades habitacionais. O município ainda não definiu se serão casas ou apartamentos. A cidade tem cerca de 3,7 mil habitantes e, de acordo com a Defesa Civil, ao menos 130 famílias tiveram os imóveis atingidos pela água. A única régua de medição do nível do rio, que marcava até 4,1 metros, foi ultrapassada e a prefeitura estima que chegou a 4,5 metros.

## LONTRAS

Para Lontras foram liberadas 48 unidades habitacionais. De acordo com a prefeitura, os apartamentos serão construídos próximo ao Centro de Eventos de Lontras. O município ainda não abriu o cadastramento das famílias que poderão tentar uma das residências.

## RIO DO SUL

O governo federal liberou a construção de 40 moradias para Rio do Sul, uma das cidades mais castigadas do Alto Vale do Itajaí com a série de enchentes do ano passado. Serão selecionadas famílias que moram em imóveis em cotas mais baixas de inundação. O endereço para as construções ainda não está definido. O município espera conseguir pelo menos mais 120 moradias para os moradores. No ano passado, o pico da enchente em Rio do Sul foi de 13,04 metros.

## BLUMENAU

Blumenau vai receber 32 unidades habitacionais. Os apartamentos serão construídos em um terreno da prefeitura localizado no bairro Salto Weissbach. O próximo passo é chamar empresas interessadas em fazer a obra. Famílias que foram atingidas pelas enchentes e deslizamentos, que perderam as casas e possuem laudo da Defesa Civil poderão ser habilitadas. A prefeitura informou que o cadastro das famílias só poderá ser iniciado após 50% da obra estar concluída. Só no ano passado, Blumenau enfrentou sete enchentes.

## SÃO JOÃO BATISTA

São João Batista vai receber nove unidades habitacionais. Em novembro do ano passado, o Rio Tijucas atingiu 8,04 metros. Foi a segunda maior registrada na cidade desde 2011, atrás apenas da ocorrida em dezembro de 2022. Segundo o município, cerca de 350 de residências foram afetadas naquela inundação, sendo a maior parte nos bairros Tajuba I, Tajuba II, Ribanceira do Sul e Centro.

# JEFFERSON **SAAVEDRA**

**nsctotal.com.br/saavedra**
jefferson.saavedra@nsc.com.br
(47) 3419-2146

## **Obra inacabada** em Joinville

O trauma deixado pelos transtornos da macrodrenagem do rio Mathias é tamanho que praticamente inexistem cobranças pela retomada de uma obra inacabada, ainda que seja uma intervenção para a redução dos impactos de cheias. O tema é até lembrado quando ocorrem os alagamentos na área central, mas não há iniciativas para cobrar da prefeitura de Joinville a volta dos trabalhos paralisados desde 2020. O contrato foi rescindido pelo então prefeito Udo Döhler com a alegação de atrasos na execução. Desde o início do governo Adriano Silva, a definição sobre as obras é condicionada à realização de perícia para apontar as condições dos trabalhos realizados e o que é necessário para a conclusão.

A licitação para a perícia só foi lançada no final de 2022, com início dos trabalhos em abril do ano passado. Agora, o contrato foi prorrogado por mais dez meses, deixando para 2025 a decisão sobre a eventual retomada da macrodrenagem do rio Mathias. Se não há pressa do poder público, também não há aparente cobrança pela volta, ainda que tenham sido gastos mais de R$ 30 milhões (a maior parte por meio de repasse federal, a fundo perdido) nas obras. A macrodrenagem foi projetada para reduzir os impactos de alagamento no Centro de Joinville.

As obras do Mathias provocaram transtornos por causa dos atrasos, com interdições de trechos de ruas por longos períodos, como ocorreu na Jerônimo Coelho e Visconde de Taunay, por exemplo. O contrato previa execução entre 2014 e 2016 e, em 2020, quando houve a paralisação dos trabalhos, a execução estava em 70% do previsto. Há saldo de recursos ainda a ser usado no convênio com o governo federal, um dinheiro que levará muito tempo ainda para ser usado — se é que, em algum dia, as obras do Mathias vão voltar.

ARQUIVO NSC

### MAIS UM NA LISTA

Comprada por R$ 4 milhões em leilão, a sede do Ipreville (Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville) está entrando na lista de imóveis tradicionais do Centro de Joinville que passarão por restauração. Perto dali, o edifício do antigo Hotel Colon vai passar por reforma, com estudo de impacto de vizinhança em análise. O imóvel foi comprado por uma igreja. O antigo Cine Palácio, que foi utilizado por igreja até o ano passado, passa por reformas iniciais, enquanto prepara o projeto de restauração, a ser submetido à Comissão de Patrimônio Histórico por se tratar de imóvel tombado pelo patrimônio histórico.

### SERÁ RESTAURADO

A compra da sede do Ipreville por empresa de Joinville vai garantir a restauração e futura ocupação do prédio. O instituto de previdência havia tentado a venda em leilão em duas oportunidades, mas não apareceram interessados. Na terceira vez, a compra se confirmou. Se a venda não houvesse sido efetuada, o prédio da área central de Joinville ficaria desocupado, já que a sede do Ipreville vai se mudar para outro edifício, já comprado. Sem uso, o imóvel junto à praça Nereu Ramos correria risco de deterioração — a construção de 1937 é tombada pelo patrimônio histórico. A empresa pretende definir como será a reutilização do imóvel após a restauração.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

### OUTRO IMPACTO DO ATRASO

O atraso na conclusão das obras de duplicação da BR-280, iniciadas há dez anos, impacta também nos planos de concessão de rodovias no entorno. A estrada federal tinha cronograma inicial de estar duplicada em 2018, quando o segmento ampliado, os 76 quilômetros entre São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul, passaria para a iniciativa privada. Nessa concessão seriam incluídos dois trechos de rodovias estaduais: a Rodovia do Arroz (SC-108), entre Joinville e Guaramirim, e a Estrada da Serra Dona Francisca (SC-418), entre Joinville e São Bento do Sul. Nos dois casos, as rodovias fazem a ligação entre as BRs 101 e 280.

### NOVA QUALIFICAÇÃO

Na década passada, o governo do Estado fez estudos sobre a concessão integrada com as rodovias federais, afinal, havia a perspectiva de conclusão da duplicação da BR-280. As análises demonstraram que o custo da tarifa de pedágio seria inviável se fosse aplicada em rodovia ainda em obras, cabendo ao concessionário a conclusão. Em 2021, as estradas estaduais entraram em conjunto de vias a serem concedidas junto com rodovias federais. A qualificação para estudos de 3,1 mil km foi feita pelo governo federal. Em andamento, os levantamentos vão dividir o pacote em lotes. A partir de 2025, será possível estimar quando serão realizados os leilões. No entanto, a eventual concessão da BR-280 vai depender da conclusão da duplicação, o que ainda não tem prazo definido.

### OPERAÇÕES CONSORCIADAS

Apresentada em audiência pública nesta semana, o modelo de operação urbana consorciada para a construção do novo acesso ao Jardim Paraíso, em Joinville, deve ser utilizado em mais regiões da cidade, em outras obras. Na situação mostrada, prevista em projeto em tramitação na Câmara de Vereadores, os empreendedores doam a área e implantam a via, em contrapartida pela mudança do zoneamento de área em região rural, com permissão para mais usos residenciais e econômicos. A modalidade deve ser usada com frequência, com outros empreendedores, para bancar investimentos em áreas de expansão urbana.

# OPERAÇÃO APURA **SUSPEITA DE RACHADINHA** EM JOINVILLE

Vereador na maior cidade do Estado foi alvo de mandados de busca e apreensão na última quinta-feira (18), quando a polícia deflagrou a chamada "Operação Backbone" — espinha dorsal em inglês

**FERNANDA SILVA**
fernanda.silva@nsc.com.br

**LUCAS KOEHLER**
lucas.koehler@nsc.com.br

MAURO SCHLIECK, DIVULGAÇÃO

Vereador disse que operação é um "engano"

Um vereador de Joinville foi alvo de uma operação de combate à corrupção durante a manhã de quinta-feira (18). Ednaldo José Marcos (PSD), conhecido como Nado, é investigado pela suposta prática do crime popularmente conhecido como "rachadinha". Ao todo, foram cumpridos 26 mandados de busca e apreensão, inclusive na Câmara de Vereadores da cidade.

De acordo com a Polícia Civil, um esquema ilícito voltado ao recolhimento de parte das remunerações dos assessores do vereador foi implantado. O objetivo é gerar enriquecimento e vantagens políticas tanto em prol do legislador investigado quanto de seus aliados.

O esquema seria articulado por agentes de confiança do parlamentar, pessoas que atuam como intermediárias entre o recolhimento dos valores e sua destinação final. A atuação de intermediadores no esquema criminoso é o motivo pelo qual se denominou a operação policial como "backbone", ou seja, espinha dorsal.

Os 26 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Joinville e Palhoça, nas residências dos investigados e na Câmara de Vereadores da cidade do Norte catarinense. Foram apreendidos aparelhos eletrônicos, especialmente telefones celulares, e documentos relacionados aos fatos sob apuração.

A Operação Backbone foi deflagrada pela 3ª Delegacia de Polícia Especializada no Combate à Corrupção (Decor). Participaram das ações cerca de 80 policiais civis de diversas divisões, de delegacias de Blumenau, São Bento do Sul e Jaraguá do Sul e peritos da Polícia Científica, além do acompanhamento de membros da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em nota, a Câmara informou que a operação está sendo realizada em um único gabinete de vereador e não tem ligação com a estrutura do Poder Legislativo como um todo. À reportagem da CBN Joinville, o vereador Nado informou que a operação "não passa de um engano" e que está à disposição da polícia.

— Uma situação que você jamais imagina. O que eu acredito é que é ano eleitoral, nosso mandato está muito bem e sempre existem falsas denúncias. Vamos colaborar com a polícia. Abrimos a casa, dei a senha do meu celular, abrimos nosso gabinete, demos aparato total para investigar tudo. Agora, vamos esperar o desfecho. O problema vai ser reverter a situação porque acusar é fácil, agora dizer que era inocente — relatou o vereador.

Nado alega que é inocente e que ainda não tem mais informações sobre as denúncias. O vereador afirmou que só soube do teor da investigação, que seriam as rachadinhas, por meio da imprensa.

— Quando eles abrirem meu celular, vão ver quanto bem nós fazemos para as pessoas. Agora, muitos não fazem isso e querem passar a perna, quer derrubar aqueles que estão fazendo. Alguns para chegar ao sucesso passam a perna nos outros. Porque em seis meses a gente tem eleições municipais aqui em Joinville novamente — indicou Nado sobre o que teria motivado a investigação.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

# PORTONAVE S.A. - Terminais Portuários de Navegantes

**CNPJ/MF nº. 01.335.341/0001-80 - NIRE nº. 42.300.028.312**

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2024**

**DATA, HORA E LOCAL**: Ao 22 dia do mês de março de 2024, às 10h00 (dez horas) na sede social da Companhia localizada na Avenida Portuária Vicente Coelho, nº 1, São Domingos, na Cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, CEP 88.370-904. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a prévia convocação pelo comparecimento de todos os Senhores Conselheiros, os quais ao final assinam esta ata, e como convidados estiveram presentes os membros da Diretoria Executiva da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Sr. Antônio José de Mattos Patrício Júnior, Presidente, e Sr. Diego de Paula, Secretário. **ORDEM DO DIA: 1.** Aprovação da aplicação de incentivos fiscais. **DELIBERAÇÕES:** Aberta a reunião pelo Sr. Presidente, após a análise das demonstrações financeiras e parecer da auditoria independente, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições a ordem do dia: **1.** A Diretoria Executiva apresentou a proposta de aplicação direta dos valores de incentivos fiscais para projetos sociais e culturais dentro dos limites legais, de 5% do valor de imposto de renda apurado no exercício, totalizando o valor previsto para o exercício de 2024 de R$ 5.495.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e noventa e cinco mil reais), que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Administração, conforme material de apoio em anexo. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, o Sr. Presidente finalizou o conclave. O secretário lavrou a presente Ata que após lida, foi por todos os presentes aprovada e assinada. Assinaturas: Mesa: Antônio José de Mattos Patrício Júnior, Presidente e Diego de Paula, Secretário. Presentes: Antônio José de Mattos Patrício Júnior, Ana Teresa Teixeira Magalhães e Nikolaos Karavangelas. Convidados: Os Diretores da Companhia, os Srs. Osmari de Castilho Ribas e Renê Duarte e Silva Junior. Navegantes, 22 de março de 2024. **CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL À TRANSCRITA NO LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** Diego de Paula – Secretário. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certifico o Registro em 05/04/2024 Data dos Efeitos 25/03/2024 - Arquivamento 20244991979 Protocolo 244991979 de 28/03/2024 NIRE 42300028312. Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx - Chancela 80258533269184. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/04/2024LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral.

# ICEPORT – Terminal Frigorífico de Navegantes S/A

**CNPJ N° 05.907.238/0001-19 - NIRE 42300030899**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024 - DATA, HORA e LOCAL**: Aos vinte e oito dias do mês de março de 2024, às 11h00min (onze) horas, na Sede Social da Companhia, na Avenida Portuária Vicente Coelho, n° 55, São Domingos, Navegantes, Estado de Santa Catarina, CEP 88.370-906. **CONVOCAÇÃO**: A publicação dos avisos de que trata o caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, foi dispensada em razão da presença, previamente confirmada, da acionista titular das ações que representam a totalidade do capital social, conforme se verifica do Livro de Presença de Acionistas, que está assinado por todos os presentes. **PUBLICAÇÕES**: A publicação das demonstrações financeiras e notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023 foi realizada em 28/03/2024, no âmbito da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme disposição contida no Artigo 294, III da Lei 6404/1976 e Artigo 1º da Portaria ME 12071/2021. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a Presidência da Assembleia, o Sr. Osmari de Castilho Ribas, o qual convidou a mim, Diego de Paula, para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Foi lida a ordem do dia, com o seguinte teor: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como deliberar sobre a destinação do resultado. **DELIBERAÇÕES:** Colocados em votação os assuntos na ordem apresentada, a Acionista deliberou o seguinte: (a) Diante do resultado apresentado, relativo ao período encerrado de 2023, de lucro líquido no montante de **R$ 5.084.391,18** (cinco milhões e oitenta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e dezoito centavos), os Acionistas aprovaram, por unanimidade, as contas prestadas pelos administradores e as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O lucro do exercício será destinado à redução da conta de prejuízos acumulados. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DE ATA:** Por decisão da acionista, foi autorizada a lavratura da ata na forma sumária e, como nada mais houve a tratar, o Sr. Presidente suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura do ato, conforme estabelece o artigo 131 da Lei nº. 6.404/76. Concluída, a ata foi lida por mim, Diego de Paula, Secretário, tendo sido aprovada e assinada pela acionista e pelo Presidente, sendo declarado o encerramento da Assembleia Geral Ordinária. Navegantes, 28 de março de 2024. **CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL À TRANSCRITA NO LIVROS DE ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA COMPANHIA.** Diego de Paula – Secretário - OAB/SC 26.729. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certifico o Registro em 11/04/2024 Data dos Efeitos 04/04/2024 - Arquivamento 20244831424 Protocolo 244831424 de 08/04/2024 NIRE 42300030899. Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx - Chancela 186472676529307. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2024LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral.

# COMUNICADO DE FURTO

A Pessoa Jurídica, ESCOLA CENECISTA JOSÉ ELIAS MOREIRA, sob o CNPJ de n° 33.621.384/0955-86, Endereço Rua Coronel Francisco Gomes, n° 1290, Joinville- SC, CEP 89.211-595. Conforme relatado no Boletim de Ocorrência registrado sob o n° 0706330/2023-BO-00610.2023.0035190 teve uma impressora fiscal furtada e não se encontra mais em desfrute da Pessoa Jurídica acima informada. Informações do equipamento: Marca: Bematech Modelo MP-4000 TH FI Versão: 01.00.02 N° de fabricação: BE091110100011234792.

# PORTONAVE S/A – Terminais Portuários de Navegantes

**CNPJ N° 01.335.341/0001-80 - NIRE 42300028312**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024 - DATA, HORA E LOCAL:** Aos 27 dias do mês de março de 2024, às 14h00 (quatorze horas), na sede social da Companhia situada à Avenida Portuária Vicente Coelho nº 01, São Domingos, Navegantes, Estado de Santa Catarina, CEP 88370-904. **CONVOCAÇÃO:** A publicação dos avisos de que trata o *caput* do artigo 133 da Lei n. 6.404, de 15.12.1976, foi dispensada em razão da presença previamente confirmada dos acionistas titulares de ações que representam a totalidade do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas, que está assinado por todos os presentes. **PUBLICAÇÕES:** As demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de administração e parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social findo em 31/12/2023 foram publicadas no Jornal A Notícia, do dia 16 de março de 2024, na edição impressa nº 23.537, na página 14 e Edição Digital nº 1.339, nas páginas 2 à 4; e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, edição nº 22.225, no dia 15 de março de 2023, nas páginas 42 à 49. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a Presidência da Assembleia o Sr. Antônio José de Mattos Patrício Júnior, convidando a mim, Diego de Paula, para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 2023; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado da Companhia no exercício de 2023. **DELIBERAÇÕES:** Declarando abertos os trabalhos, o Sr. Presidente questionou os acionistas presentes se todos possuíam ciência do teor e se haviam recebido previamente as demonstrações financeiras, os relatórios da administração e os pareceres dos auditores independentes que serão objeto de deliberação, ao que todos os presentes responderam afirmativamente e declararam inexistir quaisquer inconformidades quanto aos referidos documentos. Em seguida, apresentadas uma a uma as matérias constantes da Ordem do Dia pelo Sr. Presidente, os acionistas, acolhendo integralmente o encaminhamento da Reunião do Conselho de Administração de 27 de março de 2024, deliberaram os assuntos enumerados da seguinte maneira: **1.** Apresentados o relatório da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram aprovadas, por unanimidade de votos, as contas dos administradores relativas ao referido exercício de 2023. **2.** Diante dos resultados apresentados, relativos ao período, no montante de **R$ 461.187.520,19** (quatrocentos e sessenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e dezenove centavos). Desse montante, foi constituída a reserva legal obrigatória no valor de R$ 23.059.376,01 (vinte e três milhões, cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e um centavo), perfazendo um total de R$ 438.128.144,18 (quatrocentos e trinta e oito milhões, cento e vinte e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e dezoito centavos) disponíveis para a distribuição. Considerando que 50% é dividendo mínimo legal obrigatório, no valor de R$ 219.064.072,09 (duzentos e dezenove milhões, sessenta e quatro mil, setenta e dois reais e nove centavos), a Diretoria Executiva propõe que os 50% excedentes ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 219.064.072,09 (duzentos e dezenove milhões, sessenta e quatro mil, setenta e dois reais e nove centavos) sejam distribuídos durante o exercício de 2024 a título de dividendos aos acionistas. **SUMÁRIO:** Por decisão dos acionistas presentes, foi autorizada a lavratura da ata na forma de sumário. **PUBLICAÇÃO DA ATA:** Foi aprovado, por unanimidade, a publicação desta ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 2°, da Lei n. 6.404, de 15.12.1976. **ENCERRAMENTO:** Ato seguinte, o Presidente suspendeu os trabalhos enquanto era minutada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais e na sequência assinada por todos os acionistas: Terminal Investment Limited S.À R.L., Bakmoon Investments Ltd. e Global Terminal Limited S.À R.L., por mim Diego de Paula, Secretário e pelo presidente Sr. Antônio José de Mattos Patrício Júnior. Navegantes, 27 de março de 2024. **CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL À TRANSCRITA NO LIVROS DE ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA COMPANHIA.** Diego de Paula - Secretário - OAB/SC 26.729. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Certifico o Registro em 10/04/2024 Data dos Efeitos 04/04/2024 - Arquivamento 20244830398 Protocolo 244830398 de 08/04/2024 NIRE 42300028312. Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx - Chancela 85791261728346. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/04/2024LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral.

# TURMA COM NOVE **ALUNOS NEGROS** SE FORMA NA UFSC

Com menos de 10% das 225 mil matrículas em cursos da área da Saúde em universidades públicas do país para autodeclarados pretos, formandos do curso de Psicologia celebram conquista

**KÁSSIA SALLES**
kassia.silva@nsc.com.br

"Eu sou a continuação de um sonho", diz a música de BK' e JXNV$. Para além da canção, a frase simboliza a conquista dos nove alunos negros prestes a se formar em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A colação de grau, na última quinta-feira (18), marca o fim da jornada universitária — e só o começo do sonho.

Letícia Duarte, de 28 anos, é uma das formandas. Futura psicóloga, ela reconhece o desafio da graduação. Não apenas entrar no curso, mas permanecer: uma pandemia no meio do trajeto e o conhecimento de que, na universidade, ela — mulher negra — era exceção. Com o acolhimento dos colegas também negros e o apoio de professores, se sentir pertencente ao espaço acadêmico se tornou mais fácil.

— Foi importante a gente se enxergar no "mar" de pessoas brancas que era o curso — menciona Caio Nex, outro formando.

Muitos são os primeiros de suas famílias a entrarem na universidade. A "continuação de um sonho", de mães, pais e avós que não tiveram as mesmas oportunidades. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2020, mostram que os cursos da área da Saúde das universidades públicas tiveram naquele ano mais de 225 mil matrículas. Destes, cerca de 21 mil se autodeclararam pretos, e 70 mil pardos. Já em 2023, segundo o IBGE, Santa Catarina tinha 1,039 milhão de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo. Destas, 906 mil eram brancas, e 126 mil eram negras.

### ACADÊMICOS RELATAM SENTIMENTO DE SOLIDÃO

Ser um dos poucos alunos negros em uma sala de universidade, segundo eles, pode ser solitário. Helena Lívia, de 24 anos, também futura psicóloga, cita momentos em que essa solidão era amplificada. Ela afirma não ser raro que pessoas brancas tenham mais afinidade entre si — vivências parecidas, por exemplo, colaboram para isso. Assim, se via "sobrando" quando o assunto era um trabalho em grupo, por exemplo.

— Quando a gente fala, é uma sala em silêncio — pontua Caio.

Leoni Rita Vitória, de 36 anos, conta como o curso de Psicologia é um dos mais concorridos da UFSC. No Vestibular Unificado 2024, a proporção candidato/vaga do curso era de 17,38, atrás apenas de Medicina (em Florianópolis, 79,34). Isso, segundo ela, acaba tornando o curso mais elitizado.

— A gente via uma divisão física na sala. De um lado, alunos brancos, que já se conheciam, seja de um cursinho, ou da escola. Do outro, nós, negros, pessoas com deficiência, alunos mais velhos. Ações afirmativas garantem a nossa entrada, mas não alteram a cultura acadêmica voltada para pessoas brancas — relata.

Agora, o desejo é abrir uma clínica multidisciplinar focada no atendimento de pessoas negras. Mas o próximo passo, mesmo, é a habilitação no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

"Ações afirmativas garantem a nossa entrada, mas não alteram a cultura acadêmica voltada para pessoas brancas

**LEONI RITA VITÓRIA,** formanda em Psicologia

ARQUIVO PESSOAL

Alunos da turma de formandos do curso de Psicologia da UFSC

## Pró-reitora avalia que políticas de permanência precisam de reforço

A pró-reitora de Ações Afirmativas e Equidade (Proafe) da UFSC, Leslie Sedrez Chaves, celebra a conquista.

— É muito gratificante para a Universidade e para nós, da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade, ver e presenciar a mudança de perfil dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, poder verificar uma universidade muito mais inclusiva e mais diversa — afirma.

Para ela, as ações afirmativas na universidade ajudam a concretizar isso. Ela ainda considera as ações afirmativas uma das políticas "mais revolucionárias no Brasil". No entanto, elas ainda precisam ser fortalecidas e com mais políticas de permanência para os estudantes que estão ingressando agora.

— Ainda precisamos melhorar como país para aumentar os investimentos nas políticas de permanência, aguardando a chegada cada vez maior do público de ações afirmativas, porque não basta só o ingresso, é necessário garantir a permanência desses estudantes.

Além de cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência, em breve a UFSC deve ter cotas para pessoas trans, o que, para a pró-reitora, vai contribuir para o enriquecimento da diversidade na universidade.

### QUEM SÃO OS FORMANDOS

Ao todo, são nove alunos negros na turma dos formandos:

- Letícia Duarte da Silva
- Letícia Lima da Silva
- Leoni Rita Vitória
- Helena Lívia de Souza
- Caio Julio de Almeida Lapa
- Guilherme Gomes Silva
- Mariana Portella Milan
- Milena Tarcisa Trindade
- Ruan Schardosim de Oliveira

# **UFSC E IFSC** ABREM INSCRIÇÕES PARA VESTIBULARES

Instituições têm mais de mil vagas disponíveis para o segundo semestre em Blumenau, Curitibanos, Florianópolis, Joinville, Chapecó, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Palhoça e São José

**SABRINA QUARINIRI**
sabrina.quariniri@nsc.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) abriram inscrições para o vestibular unificado. São mais de mil vagas disponíveis para o segundo semestre.

As inscrições abriram na última quinta-feira (18), podem ser feitas pela internet e custam R$ 100. As regras para solicitações de isenção da taxa de inscrição estão no edital, assim como outras informações sobre as provas, que ocorrem no dia 23 de junho, das 14h às 19h.

A UFSC tem 421 vagas disponíveis entre cursos de bacharelado e licenciatura dos campi de Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Já no IFSC estão disponíveis 655 vagas em cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo de oito municípios: Chapecó, Florianópolis, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Palhoça e São José.

A universidade também está com inscrições abertas para o processo seletivo de educação a distância em 2024, que poderão ser feitas até 14 de maio, pela internet. Serão ofertados quatro cursos de licenciatura: Ciências Biológicas, Filosofia, Letras (Língua Portuguesa), Matemática, além do curso de Administração Pública. A taxa de inscrição custa R$100 e há possibilidade de pedir isenção da mesma.

Os cinco cursos serão oferecidos em 17 municípios de Santa Catarina. O edital e o quadro geral de vagas estão disponíveis nesse mesmo endereço eletrônico. Os aprovados começarão a estudar no segundo semestre do ano letivo de 2024.

As provas serão feitas em 23 de junho, das 14h às 18h, nos municípios de Araranguá, Balneário Piçarras, Braço do Norte, Canelinha, Canoinhas, Criciúma, Indaial, Itaiópolis, Itapema, Joinville, Lages, Laguna, Otacílio Costa, Palhoça, Praia Grande, Tubarão e Videira.

## PROCESSO SELETIVO PARA REFUGIADOS

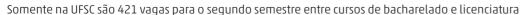
Pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio de baixa renda e portadoras de visto humanitário poderão concorrer a vagas remanescentes do Vestibular 2024 UFSC e/ou SiSU UFSC 2024 nos cursos de graduação da UFSC por meio de inscrição gratuita disponível no site.

As vagas serão preenchidas de acordo com a classificação geral desses candidatos, observado o limite máximo de uma vaga por curso. São oferecidas 10 vagas remanescentes do Vestibular UFSC/2024 para o segundo semestre letivo de 2024. A relação dos cursos pode ser consultada no edital.

As provas serão realizadas nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville.

**1.076**
É o número de vagas disponíveis para cursos na UFSC e no IFSC. Provas ocorrem em 23 de junho

LUCAS AMORELLI

Somente na UFSC são 421 vagas para o segundo semestre entre cursos de bacharelado e licenciatura

Aponte a câmera do seu celular e confira como se inscrever

# **CASAS DE MADEIRA** GANHARÃO INVENTÁRIO HISTÓRICO

Construções, que somam 67 na região central, lembram quando Balneário Camboriú era uma pacata cidade e inspiram estudos para preservar história

**BIANCA BERTOLI**
bianca.bertoli@nsc.com.br

A casa mais antiga da Avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, que estava sendo demolida desde a semana passada para dar lugar a um prédio de 12 andares, não é o único imóvel de madeira no Centro da Dubai brasileira. Um estudo comandado pelo Observatório de Interações no Ambiente (OiA) mostra que, em toda a cidade, restam 1.240 edificações do tipo, sendo que 67 estão na região central, praticamente em frente à praia. As residências "sobreviventes" são, na opinião do OiA, uma demonstração de como foi o começo da história balneocamboriuense.

— As arquiteturas de madeira foram determinantes na formação dos primeiros anos de Balneário Camboriú, quando a cidade surgia como um calmo balneário e apresentava esparsas casas de veraneio ao longo da costa. Hoje, a cidade assume uma identidade equivalente às grandes metrópoles com seus arranha-céus e testemunha o quase desaparecimento destas arquiteturas na paisagem urbana — diz o site do projeto, que recebeu recursos de prêmios da Fundação Catarinense de Cultura e Fundação Cultural de Balneário Camboriú.

O coordenador do levantamento, Gabriel Gallarza Rossi, explica que um catálogo com todas as localizações e imagens das mais de mil casas está sendo feito. Parte dele, que contempla as 67 edificações da área nobre, já foi finalizado. Os outros três volumes devem ser concluídos ainda neste ano. Eles serão impressos e distribuídos gratuitamente.

— É uma espécie de inventário, começamos no ano passado com a região central, junto à praia, que são as casas mais antigas da cidade e em menor quantidade — comenta Gabriel.

### ASSUNTO GANHOU ESPAÇO COM DEMOLIÇÃO NA BEIRA-MAR

Na opinião dele, a proposta é uma forma de contribuir para que os moradores conheçam, através da arquitetura, um pouco mais da história da cidade, já que os imóveis "representam todo o processo de evolução do município".

O assunto ganhou ainda mais espaço depois da informação trazida pela colunista da NSC Total, Dagmara Spautz, de que a mais antiga casa da Avenida Atlântica, o endereço mais caro de Balneário Camboriú, começara a ser demolida. Construída em 1956, a casa em frente ao mar foi comprada por uma família de Itajaí, na década de 1970, que pediu para ter o nome omitido. O patriarca, hoje já falecido, falou à coluna em 2012 sobre sua pequena joia à beira-mar. Saudoso, lembrou de quando a Avenida Atlântica não passava de uma estreita e esburacada estrada de terra, e os terrenos eram povoados de lagartos.

FOTOS GABRIEL GALLARZA, OIA, DIVULGAÇÃO

Nas imagens, fachadas e detalhes de alguns dos 67 imóveis de madeira inventariados na região central de Balneário Camboriú pelo Observatório de Interações no Ambiente

# ALUNOS DE SC DÃO EXEMPLO COM PROGRAMA **LIXO ZERO**

Localizada na Grande Florianópolis, Escola de Educação Básica Aldo Câmara da Silva envia 97% dos resíduos gerados na instituição para compostagem ou reciclagem

**JULIA VENÂNCIO**
julia.venancio@nsc.com.br

LUCAS AMORELLI

Projeto surgiu por interesse dos alunos depois de estudarem um texto sobre sacolas plásticas durante aula de Língua Portuguesa

Na Escola de Educação Básica Aldo Câmara da Silva, em São José, na Grande Florianópolis, os alunos aprendem de uma forma diferente das outras instituições. Isto porque o local é considerado a primeira escola lixo zero do Brasil a enviar 97% dos resíduos para compostagem ou reciclagem. Tudo com a ajuda dos 620 alunos que estudam na instituição.

A ideia de criar uma escola de lixo zero surgiu em 2019, em uma aula de Língua Portuguesa, quando a professora Fabiana Nogueira levou um texto sobre sacolas plásticas para a sala de aula. Segundo Daniela Lemos Polla, coordenadora responsável pelo projeto e também professora de ciências, após a leitura do material, a professora percebeu que os alunos se interessaram pelo assunto.

Mas o desafio de transformar a EEBA Aldo Câmara da Silva em uma escola lixo zero veio depois que Rodrigo Sabatini, presidente do Instituto Lixo Zero, palestrou para os alunos a pedido da professora Fabiana.

— A motivação dos alunos, na época do nono ano, foi essencial para que o projeto desse sequência. Em 2019, eles começaram a entender o que era o conceito de lixo zero — diz a coordenadora Daniela.

Ela explica que ser uma escola lixo zero engloba questões ambientais, sociais e econômicas. Ou seja, na teoria, é reduzir o máximo que puder de lixo.

— Vamos supor que na minha casa eu encaminhasse 100% do lixo para um aterro sanitário ou um lixão. Para você ter a certificação Lixo Zero, você tem que reduzir em 90% o que você envia para esse aterro. Ou seja, tem que encaminhar para compostagem e reciclagem — explica.

O desafio proposto por Sabatini foi cumprido com sucesso pelos alunos logo no primeiro ano de projeto. De acordo com Daniela, a instituição desviou 94% dos resíduos entre 2019 e 2020.

— O primeiro ano foi de teste porque a gente não tinha onde se basear. Tinham instituições, empresas, mas escolas não existiam. Fomos dos erros aos acertos até chegar em um modelo que fosse mais adequado para escola — continua Daniela.

Os resíduos gerados pela escola de São José são destinados para uma composteira da própria instituição, caso seja orgânico, ou para uma cooperativa de reciclagem, caso seja de material reciclável. A atitude, conforme a coordenadora, ajuda a promover empregos e valor para outras pessoas.

— A gente chama de lixo só aquilo que realmente não serve para nada. Se eu encaminho para ser reciclado, ele é resíduo reciclado ou resíduo orgânico — explica.

## ESTUDANTES ORGANIZAM COMPOSTAGEM E EVENTOS

Para o projeto acontecer, a escola conta com uma Comissão Lixo Zero formada somente por alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental. São eles que cuidam da horta, da compostagem, do residuário e dos eventos da escola sobre a temática.

— Os alunos participam ativamente. Eles fazem toda a parte de gravação, postagem, foto, edição. Eles também participam dentro das salas com várias temáticas sobre o lixo zero, que segue um calendário global. A comissão é uma forma mais ativa [do projeto], mas toda a escola participa de alguma forma — salienta a coordenadora.

Iago Ferreira, de 14 anos, é um dos estudantes que fazem parte da Comissão Lixo Zero da escola. O aluno do nono ano ajuda cuidando da composteira e na organização dos eventos promovidos pelo colégio.

— Eu sinto que eu faço bem para o meio ambiente e que eu posso ensinar outras pessoas a cuidarem do planeta. Eu acho muito bom fazer parte disso — diz.

De 2019 até agora, a Aldo Câmara da Silva continua sendo a única escola lixo zero do Estado. Mas segundo Daniela, outras instituições estão na busca pela certificação. Para isso, é preciso reduzir em 90% os resíduos enviados ao aterros e passar por uma avaliação na parte pedagógica da escola. No Brasil, há escolas lixo zero no Rio de Janeiro, Bahia e no Mato Grosso.

— Por um bom tempo fomos a única escola lixo zero e nosso interesse é não ser a única. O lixo é só um instrumento para falar de muitas outras coisas como respeito, alimentação de qualidade, acesso a locais e a ambientes e, principalmente, falar sobre uma educação de qualidade — avalia a coordenadora.

**Sob supervisão de Luana Amorim*

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

# DENTISTA CONQUISTA ÚNICA **VAGA DE DOUTORADO** NOS EUA

Bárbara Azevedo Machado, de 26 anos, se formou em Odontologia pela UFSC e obteve disputada vaga para ingressar em programa de PhD em universidade americana

**ANGELA BASTOS**
angela.bastos@nsc.com.br

O sorriso de Bárbara Azevedo Machado, 26 anos, está mais leve. Formada em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ela começa a organizar a mala para uma viagem que resulta de muita dedicação nos estudos. A manezinha conseguiu o feito de ingressar no Programa de PhD — o equivalente a um doutorado — em Biologia Oral na Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos.

Em julho, ela embarca para um período de estudos de quatro anos. Foram 100 inscritos, de diferentes países. Desses, sete chegaram à última fase para disputa de uma única vaga, a qual foi conquistada pela florianopolitana.

Bárbara ingressou na UFSC em 2017. Se por um lado, vivia a descoberta do ambiente universitário, na terceira fase precisou de coragem para vencer o luto da perda da mãe em consequência de câncer na mama. Apoiada pelo pai, o administrador aposentado Luiz Mário Machado, seguiu em frente. Envolveu-se em projetos de extensão, estágios no Hospital Universitário, liga acadêmica e atividades de iniciação científica. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o que segundo ela foi um diferencial no currículo.

— Eu tive a oportunidade de participar de diversos congressos no Brasil, apresentando trabalhos que, posteriormente, foram publicados até em revistas internacionais de grande prestígio. Um desses projetos de iniciação científica foi na área da pediatria e o outro na área da patologia bucal. Acredito que tudo isso contou pontos a meu favor — explica.

A jovem dentista conta que, além da avaliação do currículo, o candidato passa por uma avaliação pessoal, considerando se fez projeto voluntário, estágios, pesquisas, quais são as notas, como é o desempenho no inglês. Outro detalhe com muito peso são as cartas de recomendação, as quais são escritas por professores do Brasil que tiveram um contato próximo.

Bárbara conta que se inscreveu para vários processos de pós-graduação nos Estados Unidos. Além da bolsa integral, ela foi contemplada com um salário para trabalhar num laboratório de pesquisa.

— A minha área de estudo vai ser biologia oral. Vou focar na parte das doenças, principalmente no câncer de boca, que é algo que eu já me dediquei a pesquisar na graduação — conta.

Nos Estados Unidos, Bárbara observa que a doença não é tão comum quanto no Brasil. Mas ela vê isso como uma possibilidade de compensação.

— Eu penso que esse meu estudo seja uma recompensa para o meu país de origem, o qual me permitiu chegar tão longe. Também imagino um retorno para a nossa sociedade e para a UFSC, instituição pública da qual tenho muito orgulho — diz.

Apaixonada pelo que faz, Bárbara criou o perfil @odontonaciencia, dedicado a falar sobre sua pesquisa. Com mais de mil seguidores, ela abriu uma vaga de mentoria gratuita para ajudar estudantes com interesse em também estudar nos Estados Unidos. Uma seleção está sendo feita e ainda é possível se inscrever.

LUCAS AMORELLI

Dentista de Florianópolis pretende focar seus estudos na Universidade de Minnesota em doenças orais como o câncer de boca

## Trabalho de conclusão de curso foi sobre escovação em autistas

Em 2022, quando defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre patologia bucal, Bárbara recebeu muitos elogios pela qualidade apresentada que sugeria uma dissertação de mestrado.

— Os meus professores me apoiaram muito em continuar seguindo a carreira na área acadêmica. Prestei um processo seletivo para a Unicamp, onde passei e iniciei os meus estudos em Campinas. Naquele momento, eu não sabia se conseguiria ser aprovada para uma universidade dos Estados Unidos. Uma coisa tenho certeza: a universidade pública federal fez todo o diferencial para eu conseguir ser aprovada num processo tão concorrido fora do nosso país e que inclui também candidatos dos Estados Unidos — diz.

O projeto na odontopediatria foi pensado um pouco antes da pandemia. Porém, não conseguiu executar como pretendia devido ao impacto daquele período. Precisou mudar um pouco a metodologia e desenvolveu um questionário para crianças com o transtorno do espectro autista, enviando links para entidades que acolhiam as famílias. As perguntas versavam sobre alimentação e escovação durante a Covid.

Foi constatado o medo das crianças no atendimento (devido ao uso dos EPIS, como máscara, óculos, face Shield, capote). Além disso, o estudo apontou que o isolamento social levou a maioria das crianças a aumentar o consumo de doces e redução da escovação, especialmente em famílias de baixa renda.

# SÓ 22% DOS BRASILEIROS TÊM **ACESSO ADEQUADO** À INTERNET

Estudo divulgado na última semana revela disparidades regionais, econômicas e raciais na qualidade e efetividade de acesso da população brasileira à tecnologias digitais

**AGÊNCIA BRASIL**

Apenas 22% dos brasileiros com mais de 10 anos de idade têm condições satisfatórias de conectividade, apesar de o acesso à internet estar perto da universalização no país. Outros 33% da população estão no nível mais baixo do índice que mede a conectividade significativa no país (de 0 a 2 pontos) e 24% ocupam a faixa de 3 a 4 pontos. Os índices são mais baixos entre pretos e pardos, nas classes D e E, nas regiões Norte e Nordeste e nas cidades menores.

Os dados estão no estudo inédito "Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil", lançado essa semana pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O estudo mediu a qualidade e efetividade do acesso da população às tecnologias digitais a partir de variáveis como custo da conexão, uso diversificado de dispositivos, velocidade de conexão e frequência de uso da internet. A partir das variáveis, foram estabelecidos níveis de conectividade significativa, o que resultou numa escala de 0 a 9, na qual zero indica ausência de todas as características aferidas, enquanto o nove denota a presença de todas elas.

## SUL E SUDESTE TEM MELHORES ÍNDICES

Apesar de 84% da população do Brasil já ser usuária de internet, as condições desse acesso são bastante desiguais, na avaliação de Graziela Castello, coordenadora de estudos setoriais no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/NIC.br), e responsável pelo levantamento.

— Um jovem que tem acesso apenas pelo celular, com um pacote de dados que termina antes do final do mês e sem conexão em casa, de saída já tem barreiras muito maiores para o aproveitamento das oportunidades da internet para sua formação e desenvolvimento profissional, quando comparado a outro jovem que consegue se conectar quando e onde quiser — explica.

**NÍVEIS DE CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

INDICADORES

1. Custo de conexão familiar
2. Plano de celular
3. Dispositivo per capita
4. Computador no domicílio
5. Uso diversificado de dispositivos
6. Tipo de conexão domiciliar
7. Velocidade de conexão familiar
8. Frequência de uso da internet
9. Locais de uso diversificado

FONTE: CETIC.BR

A análise dos dados com base na autodeclaração de cor ou raça dos participantes mostra que, entre os brancos, 32% estão na faixa mais alta de conectividade significativa (entre 7 e 9 pontos). Já entre pretos e pardos, a porcentagem cai para 18%.

A distância também é verificada na comparação entre estratos sociais. Na classe A, a maioria (83%) está na melhor faixa de pontuação e apenas 1%, na pior. Por outro lado, entre as pessoas nas classes D e E, apenas 1% delas está na melhor faixa e a maioria (64%), na pior.

As regiões Norte e Nordeste têm as piores condições de conectividade significativa. No Norte, apenas 11% estão na faixa entre 7 e 9 pontos e 44% estão na faixa de 0 a 2 pontos. No Nordeste, os percentuais são de 10% e 48%, respectivamente. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste têm os melhores índices de usuários na faixa entre 7 e 9 pontos, com 27% e 31%, respectivamente. Nas cidades com até 50 mil habitantes, 44% da população encontram-se na pior faixa da escala e nas com mais de 500 mil habitantes, a proporção negativa cai quase pela metade (24%).

O estudo mostrou que os entrevistados do sexo masculino apresentaram melhores índices de conectividade significativa, com 28% na faixa entre 7 e 9 pontos e 31% entre 0 e 2 pontos. Já as mulheres tiveram 17% na melhor faixa e 35% na faixa mais baixa. No recorte de faixa etária, o levantamento confirma a maior vulnerabilidade à exclusão digital dos idosos: 61% dos brasileiros com 60 anos ou mais apresentam scores mais baixos (até 2 pontos) de conectividade significativa.

## JOVENS TAMBÉM ENFRENTAM GARGALO

Por outro lado, somente 16% e 24% dos usuários com idades entre 10 e 15 anos e 16 e 24 anos, respectivamente, estão na faixa mais alta, contrariando a ideia de que os mais jovens apresentariam melhores indicadores no mesmo quesito. Os níveis mais elevados ocorrem justamente entre os grupos etários de maior incidência no mercado de trabalho (entre 25 e 44 anos).

— O estudo questiona a ideia de que os gargalos para inclusão digital seriam sanados por uma transição geracional, uma vez que os jovens já seriam super conectados. Mas ao entendermos a conectividade como um todo, fica claro que uma parcela importante desse grupo possui condições precárias de conectividade e vai ingressar no mercado de trabalho com uma desvantagem grande — alerta Graziela Castello.

A ideia de "conectividade significativa" é um conceito em construção apoiado no entendimento de que a conexão deveria permitir utilização satisfatória de vários serviços na internet. De acordo com Graziela, as políticas públicas para resolver os gargalos desse setor devem ser orientadas pelas quatro dimensões utilizadas para medir a conectividade significativa: custo acessível, acesso a dispositivos, qualidade da conexão e ambientes de uso (frequência e locais de uso).

Somente 16% e 24% dos usuários com idades entre 10 e 15 anos e 16 e 24 anos, respectivamente, estão na faixa mais alta de conectividade

# IBGE COLOCA MAPA-MÚNDI COM **BRASIL NO CENTRO** À VENDA

Depois do sucesso e da polêmica nas redes sociais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística decidiu comercializar o produto, lançado junto ao Atlas Geográfico Escolar, em loja virtual

Em loja.ibge.gov.br é possível adquirir e baixar uma cópia em alta resolução para impressão do mapa-múndi, ao custo de R$ 10

**AGÊNCIA BRASIL**

O mapa-múndi produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE) que tem o Brasil no centro está disponível para venda desde a última terça-feira (16), no formato A3 (42,0 x 29,7cm), pelo valor de R$ 10. O mapa-múndi e a 9ª edição do Atlas Geográfico Escolar foram lançados na semana passada, em evento na Casa G20, no Rio de Janeiro.

Devido ao grande sucesso do lançamento, despertado pela curiosidade com o formato que causou uma enxurrada de comentários (favoráveis e desfavoráveis) nas redes sociais, o instituto vem recebendo pedidos e consultas sobre a disponibilidade do mapa. Para atender a essa demanda, o IBGE decidiu comercializar o produto por meio de sua loja virtual.

O mapa-múndi tem a marcação dos países que compõem o G20 e dos que têm representação diplomática brasileira, além de informações básicas sobre o país, como população e área, entre outros dados. A instituição pretende, depois, oferecer o mapa em tamanhos ampliados, como A0 (118,9 x 84,1cm) e A1 (84,1 x 59,4cm).

## NOVO ATLAS TERÁ VERSÃO DIGITAL

A nova edição do Atlas Geográfico Escolar, além de atualizada em seu volume impresso, contará com versão digital no portal do instituto, com inovações na forma de apresentação das informações. A publicação reúne dados sobre clima, vegetação, uso da terra, divisão política e regional, características demográficas, indicadores sociais, espaço econômico e das redes, além de diversidade ambiental do Brasil e de mais 180 países.

Com mais de 200 mapas, entre físicos, políticos e temáticos do Brasil e do mundo, a nova edição destaca aqueles que indicam territórios quilombolas e a distribuição de indígenas, além da cobertura e do uso da terra e de espécies ameaçadas de extinção.

Como todos os atlas produzidos pelo IBGE, a nona edição contempla a Base Nacional Comum Curricular do Ministério da Educação, e reúne, em um mesmo volume, dados geográficos, cartográficos e estatísticos, imprescindíveis ao estudo e à análise das dimensões sociopolítica, ambiental e econômica do Brasil e do mundo.

Outra novidade são QR codes disponíveis na publicação impressa, que levam a gráficos interativos na versão digital, além de vídeos e links com conteúdos complementares. Também será possível baixar o arquivo da versão impressa e realizar busca por temas e palavras-chave.

O presidente do IBGE, Marcio Pochmann, disse que com a nova edição do Atlas Geográfico Escolar , o IBGE espera "despertar o interesse do público jovem para a compreensão da nossa realidade e de outras tantas, tão diversas, que compõem o cenário mundial atual".

O presidente do IBGE, Márcio Portman, apresenta o novo mapa com Brasil no centro ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

PEDRO FRANÇA, AGÊNCIA SENADO, DIVULGAÇÃO

# DÍGITRO TECNOLOGIA S.A. CNPJ - 83.472.803/0004-19

## BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | 45.308 | 38.833 |
| Aplicação Financeira | 5 | 21.746.599 | 20.584.515 |
| Contas a Receber | 6 | 5.377.546 | 5.861.180 |
| Estoques | 7 | 3.873.106 | 4.784.604 |
| Impostos a Recuperar | 8 | 2.282.801 | 893.137 |
| Outros Créditos | 9 | 1.418.781 | 1.181.101 |
| Despesas Antecipadas | | 19.830 | 25.580 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **34.763.972** | **33.368.951** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **21.283.535** | **21.574.013** |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Imposto Diferidos | 10 | 843.027 | 423.167 |
| Outros Créditos | 9 | 1.448.341 | 1.270.462 |
| **Total do Realizável a Longo Prazo** | | **2.291.368** | **1.693.629** |
| **Investimentos** | 11 | **43.290** | **43.290** |
| **Imobilizado** | 12 | **4.127.900** | **4.735.326** |
| **Intangível** | 13 | **14.820.976** | **15.101.768** |
| **Total do Realizável a Longo Prazo** | | **21.283.535** | **21.574.013** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **56.047.507** | **54.942.964** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | 14 | 1.169.771 | 1.209.554 |
| Empréstimos e Financiamentos | 15 | 2.083.926 | 2.045.008 |
| Obrigações Trabalhistas | 16 | 3.447.077 | 3.220.074 |
| Obrigações Tributárias | 17 | 1.089.443 | 869.942 |
| Provisões Trabalhistas | 18 | 4.404.014 | 4.134.767 |
| Dividendos a Pagar | 20.2 | 1.270.028 | 1.438.598 |
| Adiantamentos de Clientes | | 103.545 | 115.680 |
| Outras Obrigações | | 65.088 | 61.314 |
| Subvenção Governamental a apropriar | | 7.155 | - |
| **Total do Passivo Circulante** | | **13.640.047** | **13.094.937** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 15 | 7.641.063 | 9.543.372 |
| Obrigações Tributárias | 17 | 851.825 | 930.846 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **8.492.888** | **10.474.217** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | 20 | | |
| Capital Social | | 20.500.000 | 20.500.000 |
| Reserva Legal | | 2.020.650 | 1.727.040 |
| Reserva de Lucros | | 10.389.099 | 8.640.417 |
| Reserva de Incentivo Fiscal | | 1.004.823 | 506.353 |
| **Total Patrimônio Líquido** | | **33.914.572** | **31.373.809** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **56.047.507** | **54.942.964** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em reais)

| | | | Reserva de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros a Destinar | Reserva de Incentivo Fiscal | Lucros e Prejuízos Acumulados | Patrimônio Líquido Total |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **20.500.000** | **1.397.527** | **5.824.624** | **-** | **-** | **27.722.151** |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 6.590.256 | 6.590.256 |
| **Total de Outros Resultados Abrangentes** | | | | | | **6.590.256** |
| Constituição Reserva Legal | - | 329.513 | - | - | (329.513) | - |
| Constituição Reserva de Incentivo Fiscal | - | - | - | 506.353 | (506.353) | - |
| Dividendos Provisionados | - | - | (1.438.598) | - | - | (1.438.598) |
| Distribuição de Dividendos | - | - | (1.500.000) | - | - | (1.500.000) |
| Transferência de Lucros a disposição da AGO | - | - | 5.754.391 | - | (5.754.391) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **20.500.000** | **1.727.040** | **8.640.417** | **506.353** | **-** | **31.373.810** |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | | - | 5.872.193 | 5.872.193 |
| **Total de Outros Resultados Abrangentes** | | | | | | **5.872.193** |
| Constituição Reserva Legal | - | 293.610 | | - | (293.610) | - |
| Constituição Reserva de Incentivo Fiscal | | | | 498.470 | (498.470) | - |
| Dividendos Provisionados | - | - | - | - | (1.270.028) | (1.270.028) |
| Distribuição de Dividendos | - | - | (2.061.402) | - | - | (2.061.402) |
| Transferência de Lucros a disposição da AGO | - | - | 3.810.085 | - | (3.810.085) | - |
| **Em 31 de Dezembro de 2023** | **20.500.000** | **2.020.650** | **10.389.099** | **1.004.823** | **-** | **33.914.572** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em reais)

| RESULTADO POR FUNÇÃO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 (Reclassificado) |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 21 | 82.169.524 | 79.413.447 |
| Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados | 22 | (15.165.233) | (17.869.526) |
| **Lucro Bruto** | | **67.004.291** | **61.543.921** |
| Despesas Comerciais | 23 | (21.852.609) | (20.247.884) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 23 | (40.675.244) | (35.231.276) |
| Outras Receitas Operacionais | 24 | 1.563.128 | 2.037.061 |
| Outras Despesas Operacionais | 25 | (1.466.134) | (2.498.184) |
| **Total das Receitas (Despesas) Operacionais** | | **(62.430.859)** | **(55.940.283)** |
| **Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras** | | **4.573.431** | **5.603.639** |
| Receitas financeiras | 26 | 2.608.086 | 3.501.940 |
| Despesas financeiras | 26 | (1.043.893) | (1.180.324) |
| **Lucro Antes dos Tributos** | | **6.137.624** | **7.925.254** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 419.859 | (1.334.998) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (685.290) | |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | **5.872.193** | **6.590.256** |
| Resultado por ação: | 26 | 0,2864 | 0,3215 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Lucro Líquido do Exercício** | **5.872.193** | **6.590.256** |
| **Total de Outros Resultados Abrangentes** | - | - |
| **Resultado Abrangente Total** | **5.872.193** | **6.590.256** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em reais)

| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Resultado do Exercício | 5.872.193 | 6.590.256 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação Imobilizado | 1.664.808 | 1.896.490 |
| Amortização Intangível | 2.887.471 | 1.694.800 |
| Juros sobre Empréstimos | 525.529 | 556.063 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 145.209 | 795.529 |
| | **11.095.210** | **11.533.138** |
| **Redução (aumento) nos ativos:** | | |
| Contas a Receber | 338.425 | 218.726 |
| Estoques | 911.498 | 165.921 |
| Impostos a Recuperar | (1.389.664) | 744.289 |
| Despesas Antecipadas | 5.750 | (7.602) |
| Outros Créditos | (835.420) | (601.569) |
| | **(969.411)** | **519.765** |
| **Aumento (redução) nos passivos:** | | |
| Fornecedores | (39.783) | (534.965) |
| Obrigações Trabalhistas | 227.003 | 156.036 |
| Obrigações Tributárias | 140.480 | (40.830) |
| Provisões Trabalhistas | 269.247 | (597) |
| Adiantamentos de Clientes | (12.135) | (26.721) |
| Outras Obrigações | 10.929 | 928.822 |
| | **595.741** | **481.746** |
| **Caixa Líquido das Atividades Operacionais** | **10.721.541** | **12.534.649** |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | |
| Aplicações financeiras | (1.162.084) | 292.438 |
| Adição de Ativo imobilizado | (1.310.274) | (1.913.403) |
| Adições ao intangível | (12.744.934) | (15.171.650) |
| Baixa Imobilizado | 252.893 | 250.850 |
| Baixa Intangível | 10.138.254 | 9.291.475 |
| **Caixa Líquido das Atividades de Investimento** | **(4.826.146)** | **(7.250.290)** |
| **FLUXO DE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | |
| Distribuição de Lucros | | |
| Amortização (Captação) Líquida de Empréstimos e Financiamentos | (2.388.920) | (2.404.055) |
| Dividendos | (3.500.000) | (2.938.598) |
| **Caixa Líquido das Atividades de Financiamento** | **(5.888.920)** | **(5.342.653)** |
| **VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **6.475** | **(58.294)** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício** | **38.833** | **97.127** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício** | **45.308** | **38.833** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em reais)

**1. Contexto operacional** • A Dígitro Tecnologia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Prof. Sofia Quint de Souza, 167, B, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A Companhia foi constituída em 1977, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de comunicação e inteligência para mercado público e privado. Foi a primeira empresa brasileira a desenvolver o conceito de *CTI - Computer Telephony Integration* em seus produtos de telecomunicações, implantando no mercado nacional, padrões de organizações de calsse mundial. Atualmente a Dígitro Tecnologia é referência no marcado nacional, atendendo grandes corporações e departamentos governamentais e está presente em mais de seis países. Para atender estes segmentos, a Companhia conta com um portfólio com soluções de Inteligência e Comunicação, o que lhe permite ofertar soluções concebidas sob medida para seus clientes. • **Inteligência:** soluções destinadas à instrumentalização dos processos de inteligência, investigação e operações. • **Comunicação:** soluções para comunicação corporativa multicanal, *call center* e *contact center*. • Os demais escritórios comerciais da Dígitro, situam-se em São Paulo/SP e Brasília/DF. **2. Base de preparação • 2.1. Declaração de conformidade** • As presentes demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2024. **3. Principais políticas contábeis** • As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo. **3.1. Estoques** • Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é baseado no preço médio e inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições. **3.2. Investimentos** • Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reduzido, quando aplicável, pela sua desvalorização (Impairment). Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição. **3.3. Ativos intangíveis • *(i) Programas de computador (softwares)*** • Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis estimada em cinco anos. **3.4. Imobilizado • *a. Reconhecimento e mensuração*** • Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. ***b. Custos subsequentes*** • Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***c. Depreciação*** • A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. **3.5. Redução ao valor recuperável - *Impairment* • *(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. ***(ii) Ativos não financeiros*** • Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **3.6. Provisões** • Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. ***(i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos*** • O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.7. Receita operacional** • A receita operacional compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços. A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. A receita de prestação de serviços é reconhecida conforme a execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa | 23.478 | 24.900 |
| Bancos conta movimento | 21.830 | 13.933 |
| **Total Caixa e Equivalentes de Caixa** | **45.308** | **38.833** |

**5. Aplicação financeira** • A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 95% a 103% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates. Segue abaixo a composição das aplicações financeiras:

| Instituição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Banco do Brasil S/A | 6.264.594 | 4.946.320 |
| Banco Bradesco S/A | 6.890.675 | 4.850.356 |
| Santander S/A | 2.796.996 | 1.881.171 |
| Safra | 424.002 | 3.807.461 |
| Banco Alfa S/A | 2.280.409 | 2.689.241 |
| Banco Banpara | 275 | 1.246 |
| Banco Santos S/A | 400.895 | 400.895 |
| (-) Provisão perdas Banco Santos S/A | (400.895) | (400.895) |
| Daycoval | 1.470.981 | - |
| **Total das Aplicações Financeiras (Não Vinculadas)** | **20.127.932** | **18.175.796** |
| **Vinculadas a Operações de Crédito** | | |

| Instituição | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Santander S/A | 506.142,22 | - |
| Banco Bradesco S/A | 1.112.525 | 1.262.456 |
| Safra | - | 599.984 |
| Banco Alfa S/A | - | 546.279 |
| **Total das Aplicações Financeiras (Vinculadas)** | **1.618.667** | **2.408.719** |
| **Total das Aplicações Financeiras** | **21.746.599** | **20.584.515** |

A Companhia possui o valor de R$ 1.618.667 de aplicações financeiras bloqueadas vinculadas às cartas fianças que se referem a garantia de empréstimo nº 0053/18 junto a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. **6. Contas a receber de clientes** • A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise individual dos saldos e considera títulos cuja Administração entende ser de difícil recebimento. Seu montante é considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Clientes nacionais | 13.757.088 | 14.098.084 |
| Clientes internacionais | 2.570 | - |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (8.382.113) | (8.236.904) |
| | **5.377.546** | **5.861.180** |

**7. Estoques**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matérias primas | 2.260.044 | 2.701.820 |
| Estoques em poder de terceiros | 388.454 | 881.172 |
| Produtos acabados | 375.224 | 209.927 |
| Produtos em elaboração | 353.362 | 308.717 |
| Produtos em Processo | 448.953 | 631.277 |
| Mercadoria para Revenda | 46.670 | 51.559 |
| Outros estoques | 400 | 133 |
| | **3.873.106** | **4.784.604** |

As matérias-primas são compostas de: gabinetes, cartões de processamento, cabos, telefones, entre outros, para produção das plataformas de computação Dígitro, necessárias para funcionamento das soluções de inteligência e comunição.

**8. Impostos a recuperar**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ICMS a Recuperar | - | 419 |
| ISS a Recuperar | 1.588 | - |
| PIS a compensar sobre faturamento | 19.919 | 18.110 |
| COFINS a compensar sobre faturamento | 91.928 | 83.581 |
| CS a recuperar sobre faturamento | 30.643 | 28.877 |
| IRRF a compensar sobre faturamento | 11.619 | 3.173 |
| IRRF a Recuperar 2019 - Não recebidas | 51.899 | 51.899 |
| IRPJ a recuperar | 1.852.654 | 634.889 |
| CSLL a recuperar | 222.550 | 72.188 |
| | **2.282.801** | **893.137** |

Refere-se ao Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins retidos na fonte no recebimento de valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas, e das antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro durante o exercício.

**9. Outros créditos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adiantamento a fornecedores | 1.162.113 | 880.809 |
| Adiantamento para funcionários | 256.668 | 300.293 |
| Mútuos | 309.501 | 280.232 |
| Depósitos em caução | 1.138.841 | 990.229 |
| | **2.867.122** | **2.451.272** |
| **Circulante** | **1.418.781** | **1.181.101** |
| **Não circulante** | **1.448.341** | **1.270.461** |

A rubrica depósitos em caução refere-se principalmente a depósitos judiciais de curto e longo prazo efetuados pela Companhia

**10. Impostos Diferidos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adições temporárias | 843.027 | 423.167 |
| | **843.027** | **423.167** |

| Conciliação da Despesa com IRPJ / CSLL | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Tributo IRPJ/CSLL - Corrente | (685.290) | (1.334.998) |
| Tributo IRPJ/CSLL - Diferido | 419.859 | - |
| | **(265.431)** | **(1.334.998)** |

**11. Investimentos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ***Avaliadas pelo método de custo*** | | |
| WBSA Sistemas Inteligentes S/A | 836.864 | 836.864 |
| Provisão Perdas Investimeno | (793.574) | (793.574) |
| | **43.290** | **43.290** |

**12. Imobilizado**

| | Custo | Depreciação acumulada | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Máquinas, equipamentos e aparelhos | 1.855.414 | (1.409.526) | 445.888 | 317.650 |
| Equipamentos processamento de dados | 6.258.892 | (5.605.156) | 653.735 | 625.831 |
| Máquinas - Locação | 9.766.315 | (6.919.282) | 2.847.032 | 3.495.259 |
| Máquinas - Demonstração | 197.258 | (188.046) | 9.213 | 13.515 |
| Máquinas - Comodato | 698.890 | (645.479) | 53.412 | 85.394 |
| Móveis e utensílios | 2.400.378 | (2.382.282) | 18.096 | 23.628 |
| Instalações | 1.401.855 | (1.367.155) | 34.700 | 42.565 |
| Transitória do Imobilizado | 65.824 | - | 65.824 | 131.486 |
| | **22.644.826** | **(18.516.926)** | **4.127.900** | **4.735.326** |

**13. Intangível**

| | Custo | Amortização | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Softwares de terceiros | 2.012.620 | (2.006.701) | 5.920 | 13.996 |
| Softwares novos produtos | 3.351.467 | - | 3.351.467 | 7.914.694 |
| Softwares concluídos | 23.928.227 | (12.735.928) | 11.192.299 | 6.815.940 |
| Transitória de Projetos | 271.291 | - | 271.291 | 357.138 |
| | **29.563.605** | **(14.742.628)** | **14.820.976** | **15.101.768** |

**14. Fornecedores**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Fornecedores nacionais | 1.168.286 | 1.207.798 |
| Fornecedores internacionais | - | 1.376 |
| Fornecedores Impostos | 1.485 | 380 |
| | **1.169.771** | **1.209.554** |

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Vencidos | 78.445 | 55.193 |
| A Vencer até 30 dias | 1.024.161 | 1.073.900 |
| A Vencer entre 31 e 90 dias | 54.030 | 55.260 |
| A Vencer entre 91 e 180 dias | 13.134 | 21.644 |
| A Vencer a mais de 181 dias | - | 3.558 |
| | **1.169.771** | **1.209.554** |

**15. Empréstimos e financiamentos**

| | 2023 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| FINEP - Funtel 0053/18 | 2.083.926 | 7.641.063 | 2.045.008 | 9.543.372 |
| | **2.083.926** | **7.641.063** | **2.045.008** | **9.543.372** |

**FINEP – Funtel – 0053/18** • Em julho de 2018 a Companhia assinou um novo contrato de financiamento junto a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no valor de R$ 15.283.873 que foram liberados em quatro parcelas. A primeira foi liberada em nov/2018, a segunda em abr/2019, a terceira em jan/2020 e a quarta parcela em ago/2020. O recurso será utilizado na evolução tecnológica e adequação ao mercado. O financiamento possui encargos de TR mais 3% de spread ao ano, carência é de 30 (trinta) meses, com vencimento em 15/02/2021 a 15/08/2028, os juros não possuem carência, totalizando um prazo de 120 (cento e vinte) meses, a garantia para liberação das parcelas são através de aquisição de cartas fianças, em 2023 as cartas fianças vigentes são com os bancos Bradesco, Santander e Daycoval.

**16. Obrigações trabalhistas**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Salários a pagar | 1.632.145 | 1.530.279 |
| FGTS a recolher | 270.780 | 262.018 |
| INSS a recolher | 551.306 | 473.361 |
| IRRF a recolher | 983.446 | 948.121 |
| Outros | 9.400 | 6.294 |
| | **3.447.077** | **3.220.074** |

**17. Obrigações tributárias**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ISS a recolher | 80.826 | 94.139 |
| ICMS a recolher | 27.696 | 7.827 |
| INSS sobre faturamento a recolher | 186.413 | 215.391 |
| IPI a reolher | 142.991 | 14.946 |
| PIS a recolher | 78.961 | 61.508 |
| COFINS a recolher | 365.595 | 285.593 |
| IRRF a recolher | 8.007 | 9.332 |
| PIS/COFINS/CSLL sobre serviços | 24.137 | 21.308 |
| INSS retido sobre serviços | 5.973 | 5.593 |
| ISS retido fornecedores | 1.272 | 1.290 |
| Parcelamentos REFIS /PERT | 1.019.397 | 1.083.861 |
| | **1.941.268** | **1.800.788** |
| **Circulante** | **1.089.443** | **869.942** |
| **Não circulante** | **851.825** | **930.846** |

**18. Provisões trabalhistas** • Referem-se a provisão de férias constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência e legislação trabalhista vigente, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores da Companhia, acrescidos dos respectivos encargos sociais. **19. Provisão para contingência** • Com base no relatório do consultor jurídico externo da Companhia, em 31/12/2023 não houve contingências com possibilidade de perda que tenha sido avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externos. A empresa possui ações classificadas como réu, envolvendo probabilidade de perda classificadas pela administração como "possíveis" com base na avaliação dos consultores jurídicos para o exercício de 2023 de R$ 540.775. **20. Patrimônio líquido • 20.1. Capital social** • O capital social da Companhia é composto por 20.500.000 (vinte milhões e quinhentos mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, com direito a voto, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país, distribuídos da seguinte forma:

| | Ações | Valor |
|---|---|---|
| JF4 Participações Ltda | 7.790.000 | 7.790.000 |
| F2MP Participações Ltda | 6.355.000 | 6.355.000 |
| Espíndola e Doctors Consultoria Empresarial Ltda | 6.355.000 | 6.355.000 |
| | **20.500.000** | **20.500.000** |

**20.2. Reserva de lucros a destinar** • Foi apropriado o valor da "Reserva de lucros a destinar" com saldo em 31 de dezembro 2023 no montante de R$ 1.748.683.

**a. Dividendos mínimos obrigatórios**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro/Prejuízo líquido do exercício | 5.872.193 | 6.590.256 |
| Constituição da reserva legal | (293.610) | (329.513) |
| Constituição da reserva incentivo fiscal | (498.470) | (506.353) |
| Lucro líquido após apropriação das reservas | **5.080.113** | **5.754.390** |
| Dividendos mínimos obrigatórios - 25% | 1.270.028 | 1.438.598 |

**b. Movimentação dividendos a pagar**

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31/12/2022** | **1.438.598** |
| Destinação de lucros de exercícios anteriores | 2.061.402 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 1.270.028 |
| Pagamentos de dividendos mínimos obrigatórios do exercício anterior | (3.500.000) |
| **Saldo em 31/12/2023** | **1.270.028** |

**20.3. Reserva de incentivo fiscal** • Foi apropriado o valor da "Reserva de incentivo fiscal" com saldo em 31 de dezembro 2023 no montante de R$ 498.470, referente a recebido como Subvenção Governantal. **20.4. Reserva legal** • A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal soma o montante de R$ 2.020.650, conforme previsto no artigo 193 da Lei das S.A.

**21. Receita operacional líquida**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita de produtos | 3.457.220 | 5.007.984 |
| Receita de mercadorias | 30.501 | 923.217 |
| Receita de serviços | 67.500.771 | 61.433.443 |
| Receita de locação | 23.015.392 | 22.792.897 |
| **Receita Bruta** | **94.003.883** | **90.157.541** |
| Deduções da receita | (11.834.360) | (10.744.094) |
| **Receita operacional líquida** | **82.169.524** | **79.413.447** |

**22. Custos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Custos Produtos Vendidos | 2.948.025 | 4.016.010 |
| Custos Serviços Prestados | 11.970.866 | 20.533.527 |
| Custo Mercadoria Revendida | 246.342 | 318.598 |
| **Total Custos** | **15.165.233** | **24.868.135** |

**23. Despesas operacionais**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Pessoal, encargos e benefícios | 9.620.145 | 9.945.342 |
| Viagens e estadias | 1.038.541 | 498.749 |
| Representações | 4.034.458 | 4.297.160 |
| Materiais diversos | 20.231 | 21.018 |
| Serviços de terceiros | 3.662.541 | 2.779.797 |
| Comunicações, água, energia | 47.933 | 52.650 |
| Aluguel, locação e condomínios | 1.371.447 | 1.384.830 |
| Impostos, taxas e contr. Legais | 337.983 | 120.603 |
| Manutenção | 47.699 | 29.672 |
| Marketing e eventos | 1.411.965 | 605.185 |
| Outras despesas | 259.666 | 512.878 |
| | **21.852.609** | **20.247.884** |

## DÍGITRO TECNOLOGIA S.A. CNPJ - 83.472.803/0004-19

**Despesas Administrativas**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Pessoal, encargos e benefícios | 19.426.841 | 18.778.450 |
| Viagens e estadias | 124.036 | 124.315 |
| Materiais diversos | 190.682 | 148.115 |
| Serviços de terceiros | 4.432.509 | 3.425.454 |
| Comunicações, água, energia | 737.582 | 778.783 |
| Aluguel, locação e condomínios | 2.459.761 | 474.119 |
| Impostos, taxas e contr. Legais | 628.328 | 618.810 |
| Manutenção | 213.117 | 16.924 |
| Marketing e eventos | 205.526 | 122.445 |
| Outras despesas | 12.256.863 | 3.645.253 |
| | **40.675.244** | **28.232.668** |

**24. Outras receitas operacionais**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Recuperação créditos a receber | 66.316 | 335.246 |
| Créditos Pis/Cofins não-cumulativo | 135.695 | 166.326 |
| Ganho na alienação de bens móveis | 360 | 240 |
| Venda de sucatas | - | 7.443 |
| Crédito Financeiro Lei da Informática | 296.430 | 351.317 |
| Subvenção Governamental | 498.470 | 506.353 |
| Outras receitas | 565.857 | 670.137 |
| | **1.563.128** | **2.037.062** |

**25. Outras despesas operacionais**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Outras despesas | 141.591 | 122.517 |
| Despesas indedutíveis | 186.373 | 123.236 |
| Perdas do contas a receber | 217.236 | 1.208.428 |
| ICMS e IPI sobre outras movimentações | 147.118 | 169.346 |
| Estorno de Crédito do Pis e Cofins | 319.173 | 361.406 |
| ISS sobre outras movimentações | 64.410 | 78.706 |
| ICMS DIFAL | 370.502 | 421.729 |
| Provisão FUMDES | 7.524 | 10.903 |
| Provisão FIA e FEI | 12.207 | 1.913 |
| | **1.466.134** | **2.498.184** |

**26. Resultado financeiro líquido**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Rendimentos de aplicações financeiras | 2.315.171 | 1.987.863 |
| Juros e descontos ativos | 292.280 | 1.496.051 |
| Variação cambial ativa | 634 | 17.758 |
| Descontos obtidos | - | 268 |
| **Receitas Financeiras** | **2.608.086** | **3.501.940** |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos | (525.529) | (596.407) |
| Comissões e despesas bancárias | (236.837) | (196.800) |
| Juros pagos | (99.010) | (137.491) |
| Variação cambial passiva | (38.703) | (44.111) |
| Outras despesas financeiras | (143.813) | (205.515) |
| **Despesas Financeiras** | **(1.043.893)** | **(1.180.324)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **1.564.193** | **2.321.615** |

**27. Resultado Por Ação** • O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitdas.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Numerador** | | |
| **Resultado do exercício atribuído aos acionista** | | |
| Resultado disponível aos acionistas | 5.872.193 | 6.590.256 |
| | **5.872.193** | **6.590.256** |
| **Denominador (ações)** | | |
| Quantidade de Ações | 20.500.000 | 20.500.000 |
| **Total** | **20.500.000** | **20.500.000** |
| **Resultado básico e diluído por ações (em Reais)** | | |
| Valor por ação | **0,2864** | **0,3215** |

**28. Benefícios fiscais** • A Companhia detém de benefícios fiscais concedidos pelo governo Federal, em função da atividade de serviços de Tecnologia da Informação (TI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), segue detalhamento: **Lei do bem** • Benefício baseado na Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, e regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, referente a incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Em 2023 houve a necessidade de utilização do benefício. **Lei da Informática** • A Lei n° 8.248/91 de Incentivos Fiscais em Informática surgiu com o intuito de dar suporte à indústria da informática, em virtude da participação do Brasil no mercado mundial. A premissa em que se baseou este plano de desenvolvimento tem por base que telecomunicações e computação sejam as mais importantes infra-estruturas de modernização dos setores produtivos, de tal forma que o pleno desenvolvimento dessas áreas permite um significativo incremento não apenas na oferta de serviços e empregos gerados especificamente para o setor, mas também resultante de uma alteração no quadro de crescimento dos demais setores. Assim, a nova estratégia de desenvolvimento consolidou uma redução significativa de alíquotas de importação para diversos itens. **Crédito Presumido de ICMS e Diferimento de ICMS nas Importações** • O RICMS/SC nos termos dos artigos 142 a 148 do Anexo 2, concede o deferimento do Regime Especial de ICMS referente ao crédito presumido, em substituição aos créditos efetivos do imposto, nas saídas de produtos de informática fabricados pela requerente, que não atendam as disposições contidas na Lei Federal nº 8248, de 23 de outubro de 1991, e crédito presumido, na saída de produtos de informática fabricados pela requerente, que atendam as disposições contidas na Lei Federal nº 8248, de 23 de outubro de 1991, inclusive diferimento do ICMS na importação de matéria-prima, material intermediário ou material secundário em processo de industrialização em território catarinense, a Companhia detém atualmente destes dois Regimes Especiais, concedidos pela Fazenda Estadual de SC, conforme TTD - Tratameto Tributário Diferenciado. **ISS - Lei Complementar 233/2006** • Aliq. 2% de ISS conforme Art.1º da Lei Complementar 233/2006 - Prefeitura Municipal de Florianópolis de 22/05/06 (DOE 01/06/06). **EED - Empresa Estratégica de Defesa** • O Decreto nº 7.970/13, que regulamentou a Lei nº 12.598/12, previu o procedimento para: (i) catalogação de PRODE, PED e SD; e (ii) credenciamento de empresa como Empresa de Defesa (ED) e Empresa Estratégica de Defesa (EED). Os atos referentes ao cadastro de PED e EED são de responsabilidade de ato do Ministro da Defesa, conforme parecer favorável da Comissão Mista da Indústria da Defesa (CMID). Os demais atos - cadastro de PRODE e ED - serão realizados apenas pela CMID. Para operacionalizar o credenciamento como EED, o Ministério da Defesa criou o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED), que coordenou os processos de: (i) credenciamento de ED e EED; e (ii) homologação de PRODE e de PED. A Dígitro cadastrou-se como Empresa com produtos direcionados à Defesa e obteve o credenciamento de EED - Empresa Estratégica da Defesa do Ministério da Defesa, conforme publicação no Diário Oficial da União - DOU de 28 de novembro de 2013, através da Portaria 3.228/MD, 3.229/MD de 27 de novembro de 2013 e 3896/MD de 21 de setembro de 2021. **29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros** • A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. **30. Informações complementares ao fluxo de caixa** • Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Dividendos não pagos | 1.270.028 | 1.438.598 |

**31. Seguros** • A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contrantando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a nutereza de sua ativadade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultres de seguros. (Informação não auditada).

**Diretoria Executiva: Milton João de Espíndola**
Presidente Executivo, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Tecnologia
**Octávio Henrique Porto Carradore** • Diretor de Relações com Mercado
**Contador**: Talita Ramiro Goulart Ribeiro - SC 036840/O-5

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
**DÍGITRO TECNOLOGIA S.A.**
Florianópolis - SC

**Opinião** • Examinamos as demonstrações financeiras da **Dígitro Tecnologia S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Dígitro Tecnologia S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** • Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos • Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2022** • As demonstrações financeiras da **Dígitro Tecnologia S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 15 de março de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** • A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** • A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** • Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 22 de março de 2024.

**MURILO CÉSAR KLEIN** | Contador CRC (SC) nº 030.755/O-5
**MARTINELLI AUDITORES** | CRC (SC) nº 001.132/O-9

# DÍGITRO TECNOLOGIA S.A

CNPJ: 83.472.803/0001-76 - NIRE: 42300044091

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 19 MARÇO DE 2024**

**DATA, HORA E LOCAL**: Aos 19 de março de 2024, às 14h00, na sede da **DÍGITRO TECNOLOGIA S.A. ("Companhia")**, localizada na Cidade de Florianópolis, na Rua Professora Sofia Quint de Souza, 167 – Capoeiras. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Convocação realizada nos termos do Artigo 13, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia e cumprindo o requisito do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e verificada a presença da totalidade dos acionistas, todos com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro de Atas das Assembleias Gerais Ordinárias, nominados a seguir: **JF4 PARTICIPAÇÕES LTDA.**, neste ato representado por **José Fernando** Xavier Faraco, **ESPÍNDOLA E DOCTORS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.**, neste ato representado por **Milton** João de Espíndola e **F2MP PARTICIPAÇÕES LTDA.**, neste ato representado por **Geraldo** Augusto Xavier Faraco. Face à presença da totalidade dos acionistas, fica dispensada a publicação dos anúncios, na forma do artigo 124, § 4º da Lei n. 6.404/76. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente **José Fernando** Xavier Faraco, Secretário **Ariel** Ricardo Melo. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **1.** Alteração e Consolidação do Estatuto Social para incluir novas regras assim como nova Diretoria de Operações e Serviços; **DELIBERAÇÕES**: Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram da seguinte forma; **1**. Por unanimidade, conforme protocolo de votos, os acionistas aprovaram a alteração e consolidação do Estatuto Social, considerando que: i) em 15/06/2023 através da AGE com registro na JUCESC sob nº 20236882430 foi deliberado acerca da inclusão de nova atividade de Serviços de Telefonia fixa comutada - STFC (CNAE 61.10.8-01). **4.1** Alteração do endereço da filial SP para Av. Angélica, 2071 – conj. 51, Consolação - SP - CEP: 01.227-200, conforme AGE com registro na JUCESC sob nº 20204002524. **4.2** a redação do art. **29º** para fazer constar**: Art. 29.** A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Presidente, 4 (quatro) Diretores, pessoas naturais, acionistas ou não, para tratar dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, representando-a nas suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele. **4.3** Alterar a redação dos art. 33 e 34 e Incluir o § 4º do art. 34 para constar a Diretoria de Operações e Serviços, nos seguintes termos**: Art. 33.** Compete ao **Presidente**: I – amplos poderes de administração de modo a representar a Companhia em juízo e na relação com terceiros, observados as limitações previstas neste Estatuto e na lei; II – constituir advogados ou procuradores com fins específicos de interesse da companhia; III – praticar os demais atos pertinentes à Presidência. IV - Coordenar a Diretoria, garantindo um trabalho harmônico dos seus membros; V - Representar institucionalmente a Companhia naquilo que for de caráter estratégico (foco de negócios, planejamento, relações com instituições); VI - Relacionar-se com o Conselho de Administração, funcionando como principal interlocutor da Diretoria junto ao mesmo; VIII - Direcionar a Empresa no cumprimento e manutenção da LGPD e segurança da informação, nos âmbitos interno e externo. **Art. 34.** Compete a cada um dos demais Diretores: § 1º - **Diretor Administrativo-Financeiro -** I – Coordenar as atividades administrativas da Companhia, definindo normas de funcionamento, responsabilizando-se pelos bens patrimoniais, estabelecendo métodos e procedimentos que facilitem o desenvolvimento de relações organizadas entre as diversas áreas da mesma, e conduzir todos os processos relativos aos recursos humanos da Companhia; II - Coordenar as atividades relativas à preservação e aprimoramento da qualidade dos processos e produtos da Companhia; III - o controle financeiro da Companhia mantendo sempre atualizado os movimentos de receitas e despesas, gerindo os recursos financeiros disponíveis, garantindo a sua aplicação segura e eficiente; IV – proporcionar ao Presidente um quadro diário de disponibilidades para investimento; V - exigir do departamento contábil que traga sempre atualizada a escrituração, permitindo assim análise sucinta do desenvolvimento da Companhia, garantindo o registro das informações em acordo com as práticas contábeis normalmente aceitas, gerando relatórios que permitam um perfeito acompanhamento da evolução da Companhia pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pelos Sócios, além de incentivar a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão; VI – igualmente trazer atualizadas a relação de devedores e credores de modo a permitir que não haja atrasos em recebimentos ou pagamentos; VII – coordenar o atendimento aos acionistas, mantendo atualizados todos os seus registros; VIII – providenciar a organização e equipamento do departamento contábil para que o mesmo possa atender às solicitações e manter as escriturações contábeis e fiscais rigorosamente em dia; IX – submeter ao Presidente as necessidades de sua área para o perfeito atendimento às suas atribuições; X – Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PLANED (Planejamento Estratégico da DÍGITRO) de cada período; XI - Coordenar as atividades relativas à administração financeira dos contratos estabelecidos com os clientes, inclusive aquelas que apontem para desdobramentos jurídicos; XII - outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente ou órgãos superiores da Companhia; XIII - Representar institucionalmente a Companhia, naquilo que for do âmbito específico de sua área de atuação. § 2º **- Diretor de Relações com Mercado -** I - Traçar diretrizes para a gestão de negócios, marketing e projetos, definindo a política de comercialização do portfólio de produtos no Brasil e no Exterior para clientes corporativos e de segurança pública. II - Representar a Dígitro nas negociações com os principais clientes. Avaliar o resultado comercial e promover ações para o cumprimento das metas. III - Definir as estratégias para atuação da força de vendas, bem como do suporte para os clientes e canais de venda indireta. IV - Exercer a gestão dos custos operacionais da venda e do sistema de gestão da Força de Vendas. V - Planejar, dirigir e traçar diretrizes das áreas de projetos técnicos e sucesso do cliente. Definir e direcionar estratégias de marketing e relações com o mercado. VI - Interagir com as demais Diretorias para alinhamento das ações estratégicas definidas pela Presidência**.** § 3º - **Diretor de Tecnologia -** I - Gerir os processos de desenvolvimento, manutenção e evolução dos produtos e sistemas criados pela Companhia; II - Definir tecnologias e acompanhar as equipes na projeção de sistemas, circuitos e testes, respondendo pela garantia dos equipamentos comercializados pela Sociedade; III - Coordenar as equipes de desenvolvimento de produtos para os diversos segmentos de mercado de atuação da Companhia, direcionando as melhores arquiteturas, interfaces e integração com sistemas da própria empresa e de parceiros e clientes; IV - Gerir as equipes de pesquisa, desenvolvimento e Inovação, desenvolvendo estratégias alinhadas com os objetivos comerciais da empresa; V - Analisar Tendências tecnológicas de mercado, com objetivo de propor melhorias/inovação no portfólio de soluções da empresa; VI - Exercer a gestão dos processos de desenvolvimento pessoal dos colaboradores da diretoria, definindo as melhores políticas para atração, retenção e motivação do quadro funcional; VII - Traçar diretrizes para os processos de teste e homologação, tanto junto às instituições credenciadas, no Brasil e no exterior, como junto a clientes especiais, além da homologação dos produtos e sistemas elaborados pela Companhia; VIII - Representar institucionalmente a Companhia, naquilo que for específico de sua área de atuação. IX - Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da DÍGITRO, de cada período. § 4º - **Diretor de Operação e Serviços -** I - Elaborar projetos e propostas técnicas para as necessidades apresentadas pelas equipes de negócios; II - Subsidiar o desenvolvimento de projetos através de consultoria técnica e contatos diretos com as partes envolvidas; III - Administrar a gestão dos projetos de implantação, serviços de suporte, monitoramento e assistência técnica; IV - Administrar os processos relacionados à fabricação e controle de qualidade dos produtos Dígitro, incluindo a gestão de estoque, montagem e teste de cartões e equipamentos, além da manutenção de peças e dispositivos; V - Elaborar as estruturas documentais associadas aos processos produtivos; VI - Suportar e manter a TI interna de operação da Companhia e filiais; VII -Desenvolver e traçar estratégias para a criação e sustentação de um portfólio de serviços, visando aumento da geração de receita e da carteira de negócios da empresa; VIII -Representar institucionalmente a empresa, naquilo que for do âmbito específico de sua área de atuação; IX - Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da DÍGITRO, de cada período. 3.4 Por unanimidade, conforme protocolo de votos, os acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social, na forma do Anexo I, o qual será arquivado junto à sede social e perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina com posterior publicação em jornal local, nos seguintes termos. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo secretário da mesa.

Florianópolis, 19 de março de 2024.

José Fernando Xavier Faraco – Presidente da Mesa

Ariel Ricardo Melo – Secretário da Mesa

**Acionistas:**

JF4 PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ: 28.391.655/0001-57

ESPÍNDOLA E DOCTORS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. CNPJ: 26.715.057/0001-60

F2MP PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ: 16.751.330/0001-59

## ESTATUTO SOCIAL

**DÍGITRO TECNOLOGIA S.A.**

**CNPJ Nº 83.472.803/0001-76 - NIRE: 42300044091**

### CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Art. 1º** - A **DÍGITRO TECNOLOGIA S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação própria. **Art. 2º** - A Companhia tem foro na cidade de Florianópolis - SC, com sede na Rua Professora Sofia Quint de Souza, 167 - Capoeiras - CEP: 88085-040, com filial e escritórios conforme discriminados na sequência: I - Filial em São Paulo, SP: Av. Angélica, 2071 – conj. 51, Consolação - SP - CEP: 01.227-200, registrada na JUCESP sob nº 35901968551, em 24/mar/1997, CNPJ: 83.472.803/0004-19, com destaque de capital de R$ 1.000,00 (um mil reais) para efeitos fiscais; II - Escritório em Brasília, DF: SHN quadra 02, Bloco "F", Sala 923, 924 e 925, Edifício Executive Office Tower – Asa Norte – Brasília/DF - CEP: 70702-000, registrado na JCDF sob nº 53900194603, em 19/jun/2002, CNPJ: 83.472.803/0008-42, com destaque de capital de R$ 1.000,00 (um mil reais) para efeitos fiscais. **Parágrafo único -** A Companhia poderá instalar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro, bem como fechá-las a qualquer tempo, inclusive podendo participar como quotista ou acionista em outras Sociedades. **Art. 3º** - A Companhia tem por objetivo: I - Desenvolvimento, Projeto, Fabricação, Comercialização, Instalação e Manutenção de Produtos Eletroeletrônicos, de Informática, Telecomunicação Analógica e Digital, próprios ou Integrados com Produtos de Terceiros, abrangendo 'Software' e 'Hardware'; II - Representação e Revenda de Produtos de Outras Empresas, Nacionais ou Estrangeiras; III - Prestação e Operação de Serviços Telemáticos e Informativos, Administrativos, de Treinamento e de Consultoria, inclusive aqueles vinculados à Internet; IV - Administração de serviços técnicos e de instalação prestados à cliente final por outras empresas (subcontratação de terceiros); V - Execução de Operações de Importação e Exportação; VI - Locação de Máquinas, Equipamentos e Acessórios; VII - Prestação de Serviços de Informática e Congêneres; VIII - Treinamento em Informática; IX - Serviço de transcrição de áudio; X - Serviço de Revisão Gramatical. A Filial e os Escritórios têm como objetivo: IX - Atividades de direção, apoio administrativo e de representação exercidas nas sedes centrais e unidades administrativas locais; X - Prestação e Operação de Serviços Telemáticos e Informativos, Administrativos e de Consultoria, inclusive aqueles vinculados à Internet; XI - Representação e Comercialização, Instalação e Manutenção de Produtos Eletroeletrônicos, de informática, Telecomunicação Analógica e Digital, Próprios ou Integrados com Produtos de Terceiros, abrangendo 'Software' e 'Hardware'. XI - Serviços de telefonia fixa comutada – STFC. **Art. 4º** - A Companhia iniciou suas atividades em 01/09/77 por sua antecessora DÍGITRO - SERVIÇOS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA, posteriormente DÍGITRO - SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA., DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA, e atualmente sendo DÍGITRO TECNOLOGIA S.A., e tem prazo indeterminado de duração.

### CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

**Art. 5º** - O capital social é de R$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais), dividido em 20.500.000 (vinte milhões e quintas mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscrito e integralizado. § 1º - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos por lei e nos estatutos para a sua espécie e terá, ainda, as seguintes vantagens: **(a)** fazer *jus* ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; **(b)** ser conversível em ação preferencial de classe "A", a qualquer tempo, à vontade de seu titular, respeitado o limite estabelecido no § 2º, do artigo 15 da Lei nº 6.404/76. § 2º - Às ações preferenciais de classe "A", acaso existentes, são atribuídos os seguintes direitos e vantagens: **(a)** fazem jus ao dividendo no mínimo 10% (dez por cento) superior ao dividendo atribuído às ações ordinárias, apurado nos termos do artigo 202 da Lei nº6.404/76; **(b)** têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade. § 3º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão o direito de preferência para subscrição de novas ações do capital social. Para o exercício de seu direito de preferência os acionistas terão um prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar a respeito do aumento de capital. § 4º - O valor das ações a serem subscritas será apurado mediante avaliação a ser realizada por empresa independente de renome nacional, nos termos do art. 45, §§ 3º e 4º da Lei 6.404/76, respeitado o critério estabelecido no artigo 9º deste estatuto. § 5º - O acionista que pretender subscrever as ações a que tem direito deverá manifestar-se por escrito, por meio de carta encaminhada ao Presidente da Companhia, até o término do prazo para exercício do direito de preferência. § 6º - Se alguns acionistas não subscreverem as ações às quais tinham direito a título irredutível, as ações assim tornadas disponíveis serão rateadas aos acionistas que solicitarem reserva de sobras no boletim de subscrição, na proporção dos valores subscritos. **Art. 6º** - A Companhia poderá emitir títulos múltiplos ou cautelas representativas das ações, que serão assinadas obrigatoriamente pelo Presidente e por mais um Diretor. Todas as despesas de desdobramento ou substituição de títulos ou certificados correrão por conta dos acionistas interessados. **Parágrafo único –** A Companhia poderá contratar com instituições financeiras a escrituração e guarda de registros e transferências de ações e emissão de certificados. **Art. 7º -** Por deliberação da Assembleia Geral dos acionistas, poderão ser criadas a qualquer tempo, novas espécies ou classes de ações, ou aumentadas as espécies e as classes já existentes, sendo o total de ações preferenciais, sem direito a voto, após o aumento de capital, limitado a ½ (metade) do capital social. § 1º - Ocorrendo a criação de ações preferenciais, as mesmas terão direito a voto nas Assembleias Gerais, e gozarão dos seguintes direitos e privilégios: a) prioridade na distribuição de dividendos; b) direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias; c) direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros; d) participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas, e na capitalização de todas as reservas. § 2º - Mediante deliberação da Assembleia, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão, dentro dos limites legais, para permanência em tesouraria ou posterior revenda e/ou cancelamento. § 3º - As conversões de ações de uma espécie em outra ou de uma classe em outra, prevista no caput deste artigo, serão sempre realizadas ao par. § 4º - Solicitada a conversão de ações deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, ser convocada a Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a respectiva alteração estatutária, devendo, na hipótese de pedidos simultâneos de conversão em ações preferenciais de classe "A" em montante superior ao limite máximo estabelecido no '§ 2º' do 'artigo 15' da Lei nº 6.404/76, ser realizado rateio entre os acionistas pretendentes, na proporção das quantidades de ações apresentadas para conversão. **Art. 8º.** A ação é indivisível em relação à Companhia, não podendo ser vendida, por qualquer dos acionistas, sem antes ofertá-las em primeiro lugar à Companhia, e, posteriormente, caso não haja interesse desta, aos demais acionistas, em igualdade de condições, e respeitado o percentual de participação de cada acionista no capital social. § 1º - A oferta será realizada por meio de notificação enviada à Companhia, dirigida ao seu Presidente, que convocará uma Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, para deliberar sobre o interesse da companhia na compra das ações. § 2º - Não havendo interesse da Companhia na compra das ações, terão os acionistas, independente de intimação, prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data em que foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, para manifestarem-se acerca do exercício do direito de preferência, podendo, inclusive, cedê-lo a terceiros, desde que dado direito de preferência aos demais acionistas. § 3º - Na hipótese do parágrafo segundo o Presidente da Companhia convocará Assembleia Geral para o último dia do prazo acima mencionado, sendo que a manifestação acerca do exercício ou não do direito de preferência pelos acionistas deverá ocorrer na própria Assembleia. § 4º - O acionista que pretender ceder o direito de preferência deverá, antes, ofertar aos demais acionistas, em igualdade de condições, e respeitado o percentual de participação de cada acionista no capital social. A oferta será realizada a todos os acionistas presentes, ou representado por procurador com poderes específicos para este fim, na Assembleia descrita no parágrafo anterior. Neste caso, o exercício do direito de preferência deverá ser manifestado de imediato, sob pena de decadência do mesmo. **Art. 9º**. Poderá o acionista dissidente, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei 6.404/76, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações, que será apurado mediante avaliação a ser realizada por empresa independente, de renome nacional, nos termos do art. 45, §§ 3º e 4º da referida Lei. O valor das ações e quotas das sociedades em que a Companhia participe como sócia serão igualmente apurados da forma acima descrita. Referida avaliação deverá observar o valor patrimonial devidamente ajustado pelo valor real de mercado dos bens móveis e imóveis da Companhia e das sociedades por ela controladas. **Parágrafo único –** O pagamento do reembolso será efetuado em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente atualizado pela variação do índice da poupança.

### CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

**Art. 10** - São órgãos da Companhia: I - a Assembleia Geral dos Acionistas; II - o Conselho de Administração; III - a Diretoria; IV - o Conselho Fiscal.

#### SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS

**Art. 11 –** A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar conveniente à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **Art. 12** - Compete privativamente à Assembleia Geral: I – reformar o Estatuto Social; II – eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal; III – fixar a remuneração global ou individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; IV – tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; V – autorizar a emissão de debêntures e de debêntures conversíveis em ações ou vendê-las, se em tesouraria, bem como autorizar a venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas; VI – autorizar a emissão de partes beneficiárias e bônus de subscrição; VII – deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; VIII – autorizar a alienação ou permuta, no todo ou em parte, das ações ou cotas de sociedade em que participe como sócia, acionista ou cotista, bem como a alienação ou permuta de ações da própria Companhia mantidas em tesouraria; IX – autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; X – autorizar aquisição de participação em outras sociedades; XI – deliberar sobre o aumento do capital social da companhia nos casos de emissão, distribuição e subscrição de ações dentro do limite autorizado no estatuto, se for o caso; XII – fixar o voto a ser dado pela Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das Sociedades em que participe como sócia, acionista ou cotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores e conselheiros de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; XIII – autorizar a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão de sociedades controladas ou coligadas; § 1º - É necessário a aprovação de no mínimo dois terços das ações com direito a voto para deliberação sobre as matérias constantes dos incisos I, V, VI, VIII, X e XI deste artigo. § 2º - As matérias constantes do inciso XII deste artigo serão deliberadas com número de votos mínimos correspondentes ao percentual exigido pela sociedade a que o voto se destina, em relação à matéria objeto da votação, salvo previsão em contrário. § 3º - A renúncia ou destituição de qualquer membro do Conselho de Administração implicará em nova eleição para preenchimento do cargo vago, a ser realizada na primeira assembleia geral seguinte ou, especialmente convocada com essa finalidade, se assim entender o próprio Conselho de Administração. § 4º - É necessário a aprovação de no mínimo dois terços das ações com direito a voto para aprovar aumento de capital das sociedades por ela controladas ou coligadas, mesmo estando dentro do limite autorizado no estatuto. Este procedimento também será necessário para criação e emissão de debêntures conversíveis em ações, partes beneficiárias e bônus de subscrição, quando for o caso. **Art. 13** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato, podendo ser convocada na forma prevista no parágrafo único do artigo 123 da Lei 6.404/76. **Parágrafo único** - Nas hipóteses do artigo 136 da Lei 6.404/76, a primeira convocação da Assembleia Geral será feita com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, e com antecedência mínima de 08 (oito) dias, em segunda convocação. **Art. 14** - A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por um procurador expressamente por ele designado, com poderes específicos, o qual procederá à eleição de quem irá presidi-la, cabendo ao eleito designar o secretário, que poderá ser acionista ou não. § 1º. Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração e, não estando presente o procurador por ele designado, a Assembleia Geral será instalada pelo acionista com maior número de ações e, em caso de empate, pelo acionista mais velho presente, conforme estabelece o "Parágrafo único do Artigo 13". **Art. 15** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. § 1º - A ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos. **Art. 16** - Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, para: I – tomar as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III – eleger os membros do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, quando for o caso; IV – aprovar a correção da expressão monetária do capital social. **Art. 17 -** A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem, podendo ser convocada concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

### CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

#### SEÇÃO I - NORMAS GERAIS

**Art. 18.** A administração da Companhia é exercida pelo **Conselho de Administração** e pela **Diretoria**. § 1º - O **Conselho de Administração**, órgão de deliberação colegiada, exerce a administração superior da Companhia. § 2º - A **Diretoria** é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia, atuando, cada um de seus membros, segundo a respectiva competência, observadas as limitações estabelecidas nos artigos 12, 24 e 32 deste Estatuto. § 3º - As atribuições e poderes conferidos por lei a cada um dos órgãos da administração não podem ser outorgados a outro órgão. § 4º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Art. 19.** Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração. **Art. 20.** No ato da posse, os administradores da Companhia firmarão, além do termo de posse, declaração através da qual aderirão aos termos do código de ética da Companhia e do manual de política de divulgação e uso de informações contábeis da Companhia. **Art. 21.** Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo quando o Conselheiro deixar de assinar o termo de investidura no prazo de 30 (trinta) dias da eleição ou deixar de comparecer a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou 8 (oito) reuniões alternadas, durante o prazo do mandato, sem justa causa, a juízo do próprio conselho. § **1º** - A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir desse momento, perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no registro do comércio e sua publicação. **Art. 22.** É de 2 (dois) anos o mandato dos Diretores e de 3 (três) anos o mandato dos Conselheiros, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro –** Elege-se o mês de abril do ano eleitoral o marco para a escolha dos administradores. Assim sendo, poderá haver mandato de algum administrador nomeado posteriormente à data fixada ser inferior à vigência total do mandato. **Parágrafo Segundo –** Os mandatos dos administradores reputam-se prorrogados até a posse de seus sucessores eleitos. **Art. 23** - Pelos serviços que prestarem à Sociedade, perceberão: I - Os membros do Conselho de Administração: "jeton" por participação em cada uma das reuniões ordinárias mensais e extraordinárias ou "pro labore"; II - Os membros da Diretoria: "pró-labore" ou "salário". § 1º - Os valores dos "jetons" ou "pro labore" atribuídos aos membros do Conselho de Administração serão fixados em Assembleia Geral, e serão de igual valor para todos. § 2º - Os valores dos "pró-labores" atribuídos aos membros da Diretoria, excetuado o do Presidente, serão propostos pelo próprio Presidente, e homologados/definidos periodicamente pelo Conselho de Administração, podendo ser diferentes para cada um dos Diretores. § 3º - A Assembleia Geral poderá definir o pagamento de "pró-labore" por tempo determinado para membros do Conselho de Administração que vierem a executar ações e trabalhos em favor da Companhia de frequência muito superior àquelas normais a tal órgão. § 4º - A Assembleia Geral poderá definir a participação dos Diretores e Conselheiros em "programas de bonificação" instituídos especialmente para os executivos da Companhia.

#### SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 24.** Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: I - estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Sociedade; II - eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Sociedade, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições, remunerações e os limites de autoridade específicos, observadas as disposições deste Estatuto, bem como aprovar a atribuição de novas funções aos Diretores e qualquer alteração na composição e nas atribuições dos membros da Diretoria; III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV – autorizar compra, venda e oneração de imóveis; V – fixar o valor máximo da obrigação dentro do qual os Diretores poderão prestar garantias pela Companhia em relação a obrigações de sociedades controladas; e autorizar a prestação de garantias pela Companhia em relação a obrigações de sociedades controladas cujo valor seja superior ao limite autorizado; VI – escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; VII – fixar o valor máximo dentro do qual os Diretores poderão realizar a transação ou acordo em processos administrativos ou judiciais, ações ou litígios relacionados à Companhia; e autorizar a realização de transação ou acordo em processos administrativos ou judiciais, ações ou litígios relacionados à Companhia cujo valor seja superior ao limite autorizado; VIII – executar outras atividades que lhe sejam delegadas pela Assembleia Geral; IX – resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a Lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia. X - convocar Assembleia Geral dos acionistas quando julgar conveniente ou necessário; XI - manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício; XII - submeter à Assembleia Geral, a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício da Sociedade; XIII - autorizar a compra de ações da Sociedade, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor; XIV - deliberar sobre a criação e extinção de filiais, agências e escritórios de representação em qualquer ponto do território nacional ou no exterior; XV - Definir o processo sucessório dos membros da **Diretoria.** XVI - Aprovar o planejamento estratégico, bem como os planejamentos de longo prazo e anuais da Sociedade; XVII - Estabelecer critérios para o controle do desempenho empresarial da Sociedade; XVIII - Aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas; XIX - Fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade; **Parágrafo único -** É necessário a aprovação de no mínimo dois terços dos membros do Conselho de Administração para deliberação sobre as matérias constantes dos incisos IV e V deste artigo. **Art. 25.** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **Art. 26.** Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral que escolherá, dentre eles, o Presidente do próprio Conselho de Administração. § 1º - Ao Presidente do Conselho de Administração, em especial, caberá: I - Estabelecer objetivos e programas do Conselho; II - Organizar e coordenar as reuniões do Órgão, presidindo-as; III - Coordenar e supervisionar as atividades dos demais Conselheiros, atribuindo-lhes responsabilidades e prazos; IV - Monitorar o processo de avaliação do Conselho; V - Assegurar-se de que os Conselheiros recebam informações completas e tempestivas para o exercício de seus mandatos; § 2º - No caso de morte, incapacidade ou renúncia do Presidente do Conselho de Administração, deverá o Conselho de Administração nomear um substituto, a título provisório, e convocar Assembleia Geral Extraordinária, em um prazo máximo de 15 dias em primeira convocação e de 10 dias em segunda convocação, para eleição do seu novo Presidente efetivo. **Art. 27.** O Conselho de Administração se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros, ou pelo Presidente da Companhia. § 1º - As convocações extraordinárias se fazem por carta ou mensagem eletrônica (e-mail), com antecedência mínima de 3 (três) dias, a critério do Presidente do Conselho de Administração, devendo a convocação conter local, dia, hora e ordem do dia da reunião. § 2º - O Presidente do Conselho de Administração poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas pelo Conselho de Administração. Os indivíduos convidados a participar das reuniões do Conselho de Administração não terão direito de voto. § 3º - Os Conselheiros se comprometem a praticar todos os atos exigidos em razão do exercício da função, comprometendo-se a entregar documentação solicitada pela Companhia, instituições financeiras, etc. e a assinar quaisquer documentos necessários ao bom andamento dos negócios sociais. **Art. 28.** O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho, no caso de empate, além do seu voto, o voto adicional de desempate. **Parágrafo único** - Em qualquer hipótese, das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos presentes.

#### SEÇÃO III - DA DIRETORIA

**Art. 29.** A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Presidente, 4 (quatro) Diretores, pessoas naturais, acionistas ou não, para tratar dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, representando-a nas suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele. § 1º - O Presidente será eleito pelo Conselho de Administração e poderá ser por ele destituído a qualquer tempo. § 2º - O Conselho de Administração deverá homologar os demais Diretores, escolhidos pelo Presidente, com direito de vetar qualquer dos membros. § 3º - O Diretor permanecerá no desempenho de suas funções até a posse de seu substituto, sendo dispensado de apresentar caução. **Art. 30** – A Diretoria terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere para assegurar o funcionamento regular da Companhia, podendo assumir obrigações em nome desta, contrair empréstimos e/ou financiamentos, podendo dar as garantias necessárias. **Art. 31.** Compete à Diretoria: I - todos os poderes de administração da sociedade, obedecendo e fazendo obedecer ao que determinam os estatutos, as Assembleias Gerais e o Conselho de Administração; II - propor ao Conselho de Administração e a Assembleia Geral, planos para o desenvolvimento da companhia bem como a orientação geral dos negócios; III - elaborar o relatório anual das atividades da Companhia, o balanço e as respectivas demonstrações financeiras, para serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas. IV – elaborar relatório mensal das atividades da Companhia, o balanço e as respectivas demonstrações financeiras, para serem submetidos ao Conselho de Administração; V – assinar ações, certificados, cautelas, recursos ou declarações de qualquer espécie e demais títulos representativos do capital social; VI – abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques; VII – aceitar emitir e endossar duplicatas e outros títulos de crédito; VIII – assinar contratos firmados pela Companhia. **Art. 32 -** Os atos previstos no inciso IV, V do **art. 24** deste estatuto trarão obrigatoriamente a assinatura de dois membros da Diretoria, sendo um deles obrigatoriamente o Presidente, e os atos previstos

nos incisos V, VI e VII e VIII do **art. 31** deste estatuto trarão obrigatoriamente a assinatura de dois membros da Diretoria, ou o Presidente isoladamente. **Art. 33.** Compete ao **Presidente**: I – amplos poderes de administração de modo a representar a Companhia em juízo e na relação com terceiros, observados as limitações previstas neste Estatuto e na lei; II – constituir advogados ou procuradores com fins específicos de interesse da companhia; III – praticar os demais atos pertinentes à Presidência. IV - Coordenar a Diretoria, garantindo um trabalho harmônico dos seus membros; V - Representar institucionalmente a Companhia naquilo que for de caráter estratégico (foco de negócios, planejamento, relações com instituições); VI - Relacionar-se com o Conselho de Administração, funcionando como principal interlocutor da Diretoria junto ao mesmo; VIII - Direcionar a Empresa no cumprimento e manutenção da LGPD e segurança da informação, nos âmbitos interno e externo. **Art. 34.** Compete a cada um dos demais Diretores: § 1º - **Diretor Administrativo-Financeiro -** I – Coordenar as atividades administrativas da Companhia, definindo normas de funcionamento, responsabilizando-se pelos bens patrimoniais, estabelecendo métodos e procedimentos que facilitem o desenvolvimento de relações organizadas entre as diversas áreas da mesma, e conduzir todos os processos relativos aos recursos humanos da Companhia; II - Coordenar as atividades relativas à preservação e aprimoramento da qualidade dos processos e produtos da Companhia; III - o controle financeiro da Companhia mantendo sempre atualizado os movimentos de receitas e despesas, gerindo os recursos financeiros disponíveis, garantindo a sua aplicação segura e eficiente; IV – proporcionar ao Presidente um quadro diário de disponibilidades para investimento; V - exigir do departamento contábil que traga sempre atualizada a escrituração, permitindo assim análise sucinta do desenvolvimento da Companhia, garantindo o registro das informações em acordo com as práticas contábeis normalmente aceitas, gerando relatórios que permitam um perfeito acompanhamento da evolução da Companhia pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pelos Sócios, além de incentivar a utilização da contabilidade como ferramenta de gestão; VI – igualmente trazer atualizadas a relação de devedores e credores de modo a permitir que não haja atrasos em recebimentos ou pagamentos; VII – coordenar o atendimento aos acionistas, mantendo atualizados todos os seus registros; VIII – providenciar a organização e equipamento do departamento contábil para que o mesmo possa atender às solicitações e manter as escriturações contábeis e fiscais rigorosamente em dia; IX – submeter ao Presidente as necessidades de sua área para o perfeito atendimento às suas atribuições; X – Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PLANED (Planejamento Estratégico da DÍGITRO) de cada período; XI - Coordenar as atividades relativas à administração financeira dos contratos estabelecidos com os clientes, inclusive aquelas que apontem para desdobramentos jurídicos; XII - outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente ou órgãos superiores da Companhia; XIII - Representar institucionalmente a Companhia, naquilo que for do âmbito específico de sua área de atuação. § 2º - **Diretor de Relações com Mercado -** I - Traçar diretrizes para a gestão de negócios, marketing e projetos, definindo a política de comercialização do portfólio de produtos no Brasil e no Exterior para clientes corporativos e de segurança pública. II - Representar a Dígitro nas negociações com os principais clientes. Avaliar o resultado comercial e promover ações para o cumprimento das metas. III - Definir as estratégias para atuação da força de vendas, bem como do suporte para os clientes e canais de venda indireta. IV - Exercer a gestão dos custos operacionais da venda e do sistema de gestão da Força de Vendas. V - Planejar, dirigir e traçar diretrizes das áreas de projetos técnicos e sucesso do cliente. Definir e direcionar estratégias de marketing e relações com o mercado. VI - Interagir com as demais Diretorias para alinhamento das ações estratégicas definidas pela Presidência**.** § 3º - **Diretor de Tecnologia -** I - Gerir os processos de desenvolvimento, manutenção e evolução dos produtos e sistemas criados pela Companhia; II - Definir tecnologias e acompanhar as equipes na projeção de sistemas, circuitos e testes, respondendo pela garantia dos equipamentos comercializados pela Sociedade; III - Coordenar as equipes de desenvolvimento de produtos para os diversos segmentos de mercado de atuação da Companhia, direcionando as melhores arquiteturas, interfaces e integração com sistemas da própria empresa e de parceiros e clientes; IV - Gerir as equipes de pesquisa, desenvolvimento e Inovação, desenvolvendo estratégias alinhadas com os objetivos comerciais da empresa; V - Analisar Tendências tecnológicas de mercado, com objetivo de propor melhorias/inovação no portfólio de soluções da empresa; VI - Exercer a gestão dos processos de desenvolvimento pessoal dos colaboradores da diretoria, definindo as melhores políticas para atração, retenção e motivação do quadro funcional; VII - Traçar diretrizes para os processos de teste e homologação, tanto junto às instituições credenciadas, no Brasil e no exterior, como junto a clientes especiais, além da homologação dos produtos e sistemas elaborados pela Companhia; VIII - Representar institucionalmente a Companhia, naquilo que for específico de sua área de atuação. IX - Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da DÍGITRO, de cada período. § 4º - **Diretor de Operação e Serviços -** I - Elaborar projetos e propostas técnicas para as necessidades apresentadas pelas equipes de negócios; II - Subsidiar o desenvolvimento de projetos através de consultoria técnica e contatos diretos com as partes envolvidas; III - Administrar a gestão dos projetos de implantação, serviços de suporte, monitoramento e assistência técnica; IV - Administrar os processos relacionados à fabricação e controle de qualidade dos produtos Dígitro, incluindo a gestão de estoque, montagem e teste de cartões e equipamentos, além da manutenção de peças e dispositivos; V - Elaborar as estruturas documentais associadas aos processos produtivos; VI - Suportar e manter a TI interna de operação da Companhia e filiais; VII -Desenvolver e traçar estratégias para a criação e sustentação de um portfólio de serviços, visando aumento da geração de receita e da carteira de negócios da empresa; VIII -Representar institucionalmente a empresa, naquilo que for do âmbito específico de sua área de atuação; IX - Planejar e executar o Orçamento Anual, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da DÍGITRO, de cada período. **Art. 35.** A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, sendo vedado a seus integrantes, em conjunto ou isoladamente, a prática de atos estranhos aos objetivos sociais da Companhia. § 1º - A Companhia será representada na prática de todo e qualquer ato necessário ao seu funcionamento regular, e que envolva obrigações de responsabilidade, pelo Presidente. § 2º - A Diretoria poderá, a qualquer tempo, constituir um ou mais procuradores para fins específicos, devendo ser especificados os atos de operações que poderão praticar e a duração de mandato, que não poderá ser superior a 1 (um) ano, exceto o judicial que poderá ser por prazo indeterminado. 3º - A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste Artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal. § 4º - Compete à Diretoria cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e a legislação em vigor, praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as limitações previstas neste estatuto e na legislação vigente.

**SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 36.** O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, e funcionará somente no exercício em que for solicitado de acordo com o que preceitua o Art. 161 da Lei nº. 6.404/76. § único – o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos os quais terão iguais números de suplentes, acionistas ou não, com titulação de nível superior (Contabilistas, Administradores, Economistas, Advogados). **Art. 37**. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal determinará o seu tempo de duração e suas atribuições, respeitadas as determinações da Lei nº. 6.404/76 em seus artigos 161 a 165.

**CAPÍTULO V**
**EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**Art. 38** - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 39** - Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76, as quais deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, as quais serão submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral, juntamente com os demais documentos exigidos por Lei. § único - A Diretoria poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores, observadas as disposições legais. **Art. 40** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Art. 41** - Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 193, da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. § único - A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 42** – Com o objetivo de compensar eventual diminuição do lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral poderá, mediante deliberação qualificada, por proposta da Diretoria, constituir reservas nos termos do artigo 195 e parágrafos da Lei n.º 6.404/76, assim como a reserva de que trata o artigo 197 da mesma Lei. **Artigo 43** - Do saldo restante do lucro, feitas as deduções e destinações referidas nos Artigos antecedentes, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma dos artigos 201 e 202 da Lei n.º 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado. § único - A Companhia poderá levantar balanços trimestrais ou semestrais para a distribuição de dividendos, com observância da Lei. Os dividendos assim distribuídos serão deduzidos no cálculo do dividendo obrigatório do exercício. **Artigo 44** - O destino do saldo remanescente dos lucros será integralmente decidido pela Assembleia Geral, o qual poderá ser total ou parcialmente distribuído como dividendo aos acionistas ou destinado à formação de Reserva para Futuro Aumento de Capital ou para outros tipos de reserva. § único – A constituição da reserva acima mencionada não poderá ultrapassar, em cada ano, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido e terá por limite o capital social. **Artigo 45** – A Assembleia Geral poderá determinar a distribuição de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral nos termos do artigo 204, parágrafo 2º da Lei n.º 6.404/76. § único – Os dividendos não reclamados não renderão juros e, no prazo de 3 (três) anos, prescreverão em favor da Companhia.

**CAPÍTULO VI - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Art. 46** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus integrantes e fixando-lhes as respectivas remunerações. § único – Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante no caso de liquidação.

**CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 47.** Havendo necessidade, a Sociedade será representada perante as entidades de classe reguladoras das atividades profissionais atinentes à Companhia, por seu Presidente ou outro Diretor com qualificação para tal, ou ainda por um profissional contratado. **Art. 48.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer sócio, diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando se tratar de negócios das empresas controladas ou coligadas, observado o disposto no art. 24, inciso V deste estatuto. **Art. 49.** Este Estatuto deverá ser interpretado de boa-fé. Os acionistas e a Companhia deverão atuar, em suas relações, guardando a mais estrita boa-fé, subjetiva e objetiva. **Art. 50**– Para os casos omissos neste Estatuto serão aplicadas as Disposições da Lei 6.404/76 e outras leis em vigor, pertinentes à matéria. Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral da Dígitro Tecnologia S.A., realizada em 07 de maio de 2016 e consolidado em 19 de março de 2024.

José Fernando Xavier Faraco — Presidente da Mesa
Ariel Ricardo Melo — Secretário da Mesa

# ESTADO DE SANTA CATARINA
# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.807.586/0001-28

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023

Apresentamos aos Senhores Conselheiros, aos Clientes, aos Fornecedores e à Sociedade em Geral, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

**1. A CIDASC**

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC é a empresa pública de Santa Catarina responsável pelas ações de defesa agropecuária, consequentemente é responsável pela manutenção de importantes status sanitários, como como, por exemplo, área livre febre aftosa sem vacinação e zona livre de peste suína clássica. Somos referência nacional e internacional quando o assunto é sanidade agropecuária.

A CIDASC fundada em 27 de novembro de 1979, tem personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, com sede em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina, por meio de 19 Departamentos Regionais e diversos Escritórios Locais e postos fixos de fiscalização localizados em vários municípios catarinenses.

**ATIVIDADES**

Por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, compete à CIDASC:

- Defesa Sanitária Animal;
- Defesa Sanitária Vegetal;
- Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIE);
- Serviços de Fiscalização, Padronização, Certificação e Classificação de Produtos de Origem Vegetal;
- Serviços Laboratoriais para análise de resíduos tóxicos de origem animal e vegetal.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Contamos com 1 Escritório Central, 19 Departamentos Regionais, 147 Unidades Veterinárias Locais, 2 Laboratórios e 57 Postos Fixos de Fiscalização ao longo do território catarinense.

**2. DESTAQUES DO ANO**

**DEFESA SANITÁRIA ANIMAL**

A CIDASC é o órgão do qual compete a defesa sanitária animal no Estado de Santa Catarina. Executamos diversos programas sanitários com o objetivo de monitorar, controlar e erradicar doenças, preservando a produção pecuária e a saúde pública.

Os programas executados pela Defesa Sanitária Animal compreendem:

- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Sanitária Animal e Trânsito;
- Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares;
- Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis;
- Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovinas;
- Rastreabilidade Bovina e Bubalina;
- Sanidade Suídea;
- Sanidade Avícola;
- Sanidade de Caprinos e Ovinos;
- Sanidade dos Animais Aquáticos;
- Sanidade Equídea;
- Sanidade das Abelhas.

Em 2023, registramos as seguintes marcas: 436.165 fiscalizações de Defesa Animal, 1.409.558 Guias de Trânsito Animal emitidas, 1.294.603 brincos de identificação individual distribuídos, 1.322.823 exames de Brucelose e Tuberculose e 3.227 propriedades rurais certificadas livre de Brucelose e Tuberculose

O principal desafio foi a prevenção e combate à Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), cujo vírus está em circulação na América do Sul desde o fim de 2022. A Influenza Aviária ameaça a produção comercial de aves, já que somos o segundo maior produtor e exportador de carne de aves do país, com um plantel de mais de 132,3 milhões de frangos, o que pode atingir 200 mil famílias catarinenses. Para tanto, diversas estratégias foram aplicadas a fim de prevenir que o vírus chegue nos plantéis comerciais em Santa Catarina. Realizamos 490 investigações de casos suspeitos, com 111 colheitas de amostras para diagnóstico em laboratório. Dos 21 focos registrados em Santa Catarina, 20 foram de animais de vida livre e 1 de ave de fundo de quintal, em Maracajá, no sul do Estado.

Inúmeras campanhas de prevenção foram realizadas, tendo como destaque a "Operação Agro Seguro", que tinha como objetivo conscientizar os visitantes do Estado sobre as exigências sanitárias para a entrada de produtos de origem animal ou vegetal, com ênfase na prevenção da Influenza Aviária.

Além da conscientização da população para a prevenção da Influenza Aviária, os médicos veterinários da CIDASC estão em constante atualização profissional, e este ano participaram de 11 edições do Curso de Necropsia em Aves no campus do Centro de Ciências Agro veterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em Lages. A reciclagem em necropsia e colheita de material, por meio de cursos e treinamentos, faz parte da rotina do serviço veterinário oficial, proporcionando a adequada preparação ao enfrentamento das doenças, especialmente neste momento de combate à Influenza Aviária.

Em 2023, alcançamos a marca histórica de mais de 3 mil propriedades rurais certificadas livres de Brucelose e Tuberculose. O documento valida a sanidade dos animais, agrega valor aos produtos da propriedade e é essencial para a manutenção da saúde pública, já que são doenças que podem ser transmitidas ao ser humano. A cadeia produtiva do leite teve papel fundamental nesse processo, pois estimulou os produtores rurais a buscarem a certificação. Santa Catarina é o 4º maior produtor de leite no país e erradicar as doenças será mais um diferencial competitivo do agronegócio catarinense.

A CIDASC recebeu, em 2023, cinco missões técnicas internacionais. Os representantes da República Dominicana, Coreia do Sul (2 missões), Rússia e República Filipina auditaram os trabalhos relacionados à defesa sanitária animal, com o objetivo de verificar a possibilidade de manutenção ou incremento de importação de produtos de origem animal catarinenses. A CIDASC já é reconhecida internacionalmente pelo trabalho desenvolvido na área de defesa agropecuária, e essas missões representam o reconhecimento da qualidade e segurança dos produtos agropecuários produzidos em Santa Catarina.

Além do reconhecimento internacional, a CIDASC teve um desempenho exemplar durante a auditoria do Programa de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento do Serviço Veterinário (Quali-SV), promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). O Quali-SV tem como principal objetivo avaliar e aprimorar o Serviço Veterinário Oficial. Os auditores federais ressaltaram a eficiência dos processos adotados pela companhia, bem como a alta qualidade do Serviço Veterinário Oficial.

**DEFESA SANITÁRIA VEGETAL**

O Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal é o responsável pelo trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado de Santa Catarina.

Santa Catarina se destaca na fruticultura, e com a erradicação de pragas que afetam a produção de maçã e banana, abriu-se outras possibilidades de comercialização tanto no próprio país quanto para a exportação. O impedimento da entrada de pragas ou mantê-las sob controle é uma das funções da Defesa Vegetal. Por exemplo, uma das ações colocadas em pratica é o vazio sanitário do maracujá realizado anualmente. A CIDASC, além de fiscalizar, realiza palestras e reuniões com os produtores a fim de sensibilizar e orientar os produtores rurais na prescrição e uso correto dos agrotóxicos.

Os números da Defesa Vegetal demonstram a responsabilidade que a CIDASC tem em proteger a saúde pública, o meio ambiente e os interesses econômicos do produtor rural.

Em 2023, foram realizados: 3.420 fiscalizações do comércio de insumos agrícolas, 443 amostras coletadas para controle de sementes, 887 amostras analisadas do Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, 3.416 inspeções de pragas e 2.016 Fiscalizações em sanidade vegetal

Este ano lançamos o livro "Catálogo de Pragas - Conheça as ameaças para a produção agrícola de Santa Catarina". A obra servirá como um guia para agricultores, estudantes e profissionais do setor agropecuário, com o objetivo de melhorar o reconhecimento e detecção de plantas daninhas, insetos e sintomas de doenças em plantas, que não chegaram ao território catarinense ou as que existem, encontram-se em baixos níveis.

Ainda na área de defesa vegetal, ofertamos cursos aos profissionais da área com o intuito de atualizar e capacitar estes técnicos, colaborando com a reciclagem profissional e beneficiando indiretamente o produtor rural catarinense. Foi ofertado o Curso online de Receituário Agronômico e Curso de Habilitação de Responsável Técnico para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado.

**INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

O registro e a fiscalização de estabelecimentos inscritos no Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e a concessão dos registros federais, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e Selo ARTE, competem ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da CIDASC. São mais de 600 estabelecimentos entre SIE, SISBI, Selo Arte em Santa Catarina.

O maior número de cobertura de municípios com inspeção no Brasil é em Santa Catarina, graças ao trabalho realizado pelos técnicos que garantem a inocuidade dos alimentos, que não prejudiquem a saúde do consumidor, além de agregar valor à produção catarinense. Cerca de 52% dos municípios catarinenses têm estabelecimentos fiscalizados pela CIDASC.

Neste ano, 24 novas empresas se inscreveram no Serviço de Inspeção Estadual e 21 estabelecimentos catarinenses aderiram ao SISBI por meio da CIDASC, o que possibilita comercializar a produção em todo território nacional. Atualmente, 123 agroindústrias de Santa Catarina possuem registro no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI).

Encerramos o ano com a concessão de mais 49 novos Selo ARTE, atingindo o total de 111 certificações de produtos artesanais feitos em Santa Catarina.

A capacitação do setor produtivo faz parte da estratégia da CIDASC que tem como objetivo qualificar as cadeias produtivas. Ofertamos 26 cursos diferentes na área de inspeção sanitária de produtos de origem animal, que já beneficiaram mais de 12 mil profissionais ligados à agroindústria.

Finalizamos o ano de 2023, com: 24 novas inscrições no SISBI, 49 novos Selos ARTE, 7.057 atividades fiscalizatórias, 26 cursos de Inspeção oferecidos.

**CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL**

A CIDASC executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e esta atividade tem como meta padronizar os produtos e assim garantir maior segurança alimentar, além de preservar a economia catarinense e nacional dos riscos de importação de produtos impróprios ao consumo, com padrões de qualidade inferiores ao praticado no mercado interno.

Em relação ao ano passado, aumentamos a quantidade de produtos classificados: em 2022 classificamos 271 mil toneladas e em 2023 superamos a marca de 293 mil toneladas de produtos classificados com os padrões oficiais estabelecidos pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA). Ao total, emitimos 2.197 certificados de produtos que atestam a qualidade do produto vegetal analisado. Dentre os produtos classificados, certificamos principalmente arroz, cebola e feijão.

Renovamos o contrato com a AFUBRA - Associação de Fumicultores do Brasil para acompanhar a comercialização de Tabaco em folha Curado, cujo objetivo é verificar a qualidade e sanidade do produto comercializado, acompanhar nos pontos de comercialização e atuar como mediador entre indústria e produtor.

Foram 928 plantões de acompanhamento e 9 mil atendimentos a produtores, em todos os pontos de comercialização no Estado de Santa Catarina.

O Programa Selo de Conformidade CIDASC (SCC) também obteve êxito em 2023. A certificação é emitida para empresas que recebem a consultoria para implantação de aproximadamente 300 requisitos de qualidade de processo e produto. Podem aderir ao programa empresas de produção, beneficiamento, processamento e comercialização de produtos de origem vegetal. Após a certificação, as empresas continuam passando por auditorias periódicas a fim de garantir a manutenção da qualidade já certificada pela CIDASC.

Os produtos certificados com o SCC se tornam um diferencial competitivo, que atesta ao consumidor que o fabricante oferece um produto de qualidade, seguro para o consumo. Em 2023, a Cidasc conta com 16 agroindústrias certificadas e 12 estão em processo de certificação. Mais de 40% do arroz beneficiado em Santa Catarina está em processo de certificação, e a meta é certificar 100% do arroz catarinense.

Nossos números em 2023: 293.136.929,36 Quilos de produtos classificados, 2.197 Certificados de classificação emitidos, 9.000 Atendimentos a produtores de tabaco e 28 Empresas certificadas ou em certificação com o SCC

**EDUCAÇÃO SANITÁRIA**

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária é uma atividade estratégica que visa promover a mudança de comportamento e atitudes, por meio da sensibilização e do compartilhamento das responsabilidades às ações de defesa agropecuária. O programa possui dois projetos: Projeto Sanitarista Junior e Projeto Sanitarista Acadêmico, além das ações realizadas pelas áreas técnicas.

O Projeto Sanitarista Junior, que atua em 162 escolas em Santa Catarina, capacitou 567 professores e formou 5.287 estudantes. Já o Programa Sanitarista Acadêmico, que busca aproximar da educação técnica superior, difundir os valores, a cultura e o papel da agricultura catarinense, bem como o seu potencial para gerar qualidade de vida, com a preservação, equilíbrio ambiental e produção de alimentos seguros, em 2023 levou conhecimento a 5 Universidades no Estado, capacitou 16 professores acadêmicos e levou aprendizado a 345 estudantes de nível superior.

**LABORATÓRIO**

O Laboratório Regional de Diagnóstico Animal da CIDASC, localizado em Chapecó, foi acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). A acreditação representa que a CIDASC cumpre normas de qualidade laboratoriais e demonstra a credibilidade pelos serviços prestados pela CIDASC. O laboratório de Chapecó é o único laboratório credenciado em Santa Catarina para o ensaio de Polarização Fluorescente, teste confirmatório para Brucelose Bovina e Bubalina. A realização periódica de exames de diagnóstico no rebanho é uma das estratégias para a erradicação da doença.

**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Em 2023 avançamos nos serviços digitais com a plataforma eletrônica "Conecta CIDASC", que trouxe evolução tecnológica para a emissão de Guia de Trânsito Animal por meio de dispositivos móveis. A ferramenta facilita o trabalho dos produtores rurais catarinenses para a emissão do e-GTA sem a necessidade de comparecer aos escritórios da CIDASC ou do ICASA.

Adquirimos 180 tablets, para agilizar o registro das ações realizadas no campo, possibilitando o preenchimento dos dados que pode ser feito mesmo sem o aparelho estar conectado à internet.

Qualificamos nossos profissionais na pilotagem de drones que serão utilizados nas atividades de defesa agropecuária. Estes equipamentos facilitam o monitoramento e investigação da ocorrência de doenças e pragas e ações de fiscalização. Inicialmente estão sendo utilizados nos sítios de aves migratórias, principalmente para prevenção da Influenza Aviária e nos monitoramentos de plantações.

**GESTÃO DE PESSOAS**

Ao longo de 2023, colhemos conquistas quanto à gestão de pessoas. Admitimos 45 aprovados no Concurso Público nº 001/2022 realizado em 2023. O concurso classificou profissionais para cargos de grande relevância, como 10 técnicos agrícolas, 15 engenheiros agrônomos, 19 assistentes administrativos e 1 analista de tecnologia da informação. Essa decisão de contratação pelo Governo do Estado veio em resposta a necessidades de recomposição do quadro funcional e à emergência zoosanitária, devido ao vírus da Influenza Aviária.

Realizamos atividades importantes visando à saúde e à segurança dos colaboradores, e dentre elas destacam-se os eventos "Outubro Rosa" e "Novembro Azul" de conscientização quanto aos cânceres de mama e próstata.

Ainda foram realizados SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes) em diversas Unidades da CIDASC, que visa a conscientização dos colaboradores quanto à importância de atitudes seguras dentro e fora do ambiente de trabalho. Uma das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) trouxe uma série de atividades voltadas para a segurança no trânsito e situações de emergência.

**INVESTIMENTOS**

Por meio de aproximadamente 3,7 milhões de reais investidos, revitalizamos a infraestrutura necessária para continuarmos a desempenhar a excelência em sanidade agropecuária. O maior investimento foi na renovação da frota veicular, com 15 novos veículos, sendo 10 caminhonetes de grande porte e 5 de porte menor. Os veículos foram destinados aos Departamentos Regionais que superaram as metas na defesa sanitária da avicultura. A entrega foi realizada na cerimônia em homenagem aos 44 anos da empresa, com a presença do Governador Jorginho Mello, o secretário Valdir Colatto e diversas autoridades.

Além dos veículos, houveram investimentos principalmente em: ares-condicionados, tablets e televisores.

**CANAIS DE INFORMAÇÃO**

A CIDASC levou informações do seu trabalho em mais de 2.240 matérias veiculadas em diversos e relevantes veículos de comunicação. Através da divulgação espontânea e com transparência, mostrou o compromisso da companhia com a defesa agropecuária e a promoção da saúde única, sempre na intenção de estar fazendo educação sanitária.

Presente em diversas mídias, fechamos o ano com mais de 16 mil seguidores no Facebook e mais de 22 mil no Instagram. A divulgação dos trabalhos realizados pela CIDASC contribuiu para manter os aviários comerciais de Santa Catarina livres do vírus da Influenza Aviária.

A CIDASC também divulga no Portal de Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina informações de cunho orçamentário, financeiro e de serviços de gestão estadual.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Alinhada à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, que define que a empresa pública terá função social de realização do interesse coletivo para alcançar o bem-estar econômico e a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos, propagamos diversas atividades de cunho social no ano de 2023, dentre elas, destacamos:

**Auxílio das vítimas de intempéries em Santa Catarina**

Realizamos campanhas de incentivo junto aos colaboradores de todos Departamentos Regionais para auxiliarem a Defesa Civil de Santa Catarina nos municípios atingidos pelas enchentes.

Foram oferecidos o depósito da CIDASC para guarda de doações, auxílio aos moradores na retiradas de móveis e pertences das casas em áreas de risco, plantões com a equipe técnica para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) e alerta à equipe para retirada dos animais em situação de perigo ou morte. Também foi disponibilizado aos órgãos de defesa os profissionais para auxiliar na dragagem e abertura de canais e automóveis para entrega de donativos e socorro aos atingidos.

**Programa Penso, Logo Destino (PLD)**

A CIDASC firmou um Termo de Cooperação para o Programa Penso, Logo Destino juntamente com o Instituto do meio Ambiente (IMA), Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR), Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA).

O programa tem como foco a gestão de resíduos sólidos no Estado. Propõe o envolvimento e a conscientização das pessoas sobre a correta disposição dos resíduos sólidos e tem como objetivo tornar Santa Catarina o estado brasileiro que mais recicla, reutiliza e produz menos resíduos sólidos.

**3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**Dados Econômico Financeiros**

| | 2023 | 2022 | Análise Horizontal |
|---|---|---|---|
| Receita Operacional Bruta | R$ 7.346.626 | R$ 6.659.660 | +10% |
| Receita Operacional Líquida | R$ 7.207.053 | R$ 6.534.199 | +10% |
| Resultado Financeiro | R$ 253.637 | R$ 178.216 | +42% |
| Ativo Total | R$ 201.506.302 | R$ 239.242.224 | -16% |
| Patrimônio Líquido | (R$ 19.347.393) | (R$ 18.072.802) | -7% |
| Resultado do Exercício | 1.548.245 | (R$ 15.059.502) | +110% |

A redução no Ativo Total se dá principalmente pela redução dos valores registrados em Partes Relacionadas, que basicamente representam valores a serem pagos aos ex-empregados que aderiram ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), em 2009 e que tem duração de 13 anos. A expectativa é de uma redução de até 125 milhões de reais até 2030.

Índices de Liquidez

Representam a capacidade da empresa em cumprir com seus compromissos, no longo, curto prazo e prazo imediato.

| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Liquidez Corrente | 0,81 | 1,00 | 0,88 | 0,84 | 0,87 |
| Liquidez Geral | 0,73 | 0,76 | 0,91 | 0,91 | 0,94 |
| Liquidez Seca | 0,78 | 0,82 | 0,86 | 0,82 | 0,68 |

Índices Patrimoniais e Estruturais

O índice de imobilização demonstra o quanto do patrimônio líquido está investido em imobilizado. Já o índice de endividamento demonstra a proporção do endividamento em relação ao ativo total.

| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Imobilização Técnica | (2,10) | (2,44) | 15,08 | (30,49) | 4,04 |
| Endividamento Geral | 1,10 | 1,08 | 0,99 | 1,00 | 0,98 |

Índices de Rentabilidade

Mede se a empresa está sendo lucrativa através dos capitais investidos, o quanto renderam os investimentos e qual o resultado econômico da empresa.

| | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Margem Líquida | 1% | (6%) | 0% | (3%) | (4%) |
| Margem Bruta | 2% | 2% | 2% | 1% | 8% |
| Margem Operacional Líquida | 27% | (233%) | 8% | (139%) | (40%) |

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo o trabalho realizado em 2023 nos levou aos resultados e às conquistas apresentadas e foram frutos da dedicação de nossos colaboradores. A CIDASC agradece ao Governo do Estado de Santa Catarina, aos clientes, aos fornecedores, aos colaboradores, aos parceiros, enfim à sociedade catarinense pela confiança que contribuíram mais uma vez para que os objetivos fossem alcançados.

Florianópolis, 04 de março de 2023.

A Administração

# ESTADO DE SANTA CATARINA
# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.807.586/0001-28

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em Reais)

| Ativo | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7 | 20.671.916 | 18.063.676 |
| Contas a Receber de Clientes | 8 | 3.316.662 | 3.360.306 |
| Partes Relacionadas | 9 | 32.470.678 | 41.616.039 |
| Estoques | 10 | 2.512.810 | 2.461.481 |
| Tributos a Recuperar | 11 | 1.543.936 | 1.471.550 |
| Despesas Antecipadas | 12 | 37.500 | 25.929 |
| Outros | 13 | 3.367.866 | 3.299.872 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **63.921.369** | **70.298.853** |
| **Não Circulante** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | **96.793.846** | **124.541.406** |
| Partes Relacionadas | 9 | 92.749.398 | 120.601.155 |
| Depósitos Judiciais | 14 | 4.044.448 | 3.940.251 |
| **Investimentos** | 15 | 30.996 | 30.996 |
| **Imobilizado** | 16 | 40.657.663 | 44.088.353 |
| **Intangível** | 17 | 102.428 | 282.616 |
| **Total do Ativo Não Circulante** | | **137.584.933** | **168.943.371** |
| **Total do Ativo** | | **201.506.302** | **239.242.224** |

| Passivo | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 18 | 96.859 | 873.385 |
| Tributos a Recolher | 19 | 8.237.660 | 5.615.532 |
| Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias | 20 | 33.001.951 | 31.565.222 |
| Partes Relacionadas | 21 | 32.534.024 | 41.780.103 |
| Convênios | 22 | 4.039.897 | 1.984.226 |
| Outros | 23 | 961.049 | 711.165 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **78.871.440** | **82.529.633** |
| **Não Circulante** | | | |
| Partes Relacionadas | 9 | 92.749.398 | 120.601.155 |
| Convênios | 24 | 19.041.823 | 24.106.312 |
| Provisão para Contigências | 25 | 13.452.216 | 13.147.596 |
| Outros | 27 | 16.738.818 | 16.930.330 |
| **Total do Passivo Não Circulante** | | **141.982.255** | **174.785.393** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital Social | 28 | 49.208.424 | 49.208.424 |
| Capital Subscrito | | 42.408.424 | 42.408.424 |
| Capital a Integralizar | | 6.800.000 | 6.800.000 |
| Reserva de Reavaliação | 28 | 4.761.800 | 4.761.800 |
| Reserva de Capital | 28 | 13.953.092 | 13.953.092 |
| Prejuízos Acumulados | | (87.270.709) | (85.996.118) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **(19.347.393)** | **(18.072.802)** |
| **Total do Passivo** | | **201.506.302** | **239.242.224** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em Reais)

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 29 | **7.207.053** | **6.534.199** |
| Receitas de Vendas | | 338 | 525 |
| Receitas de Serviços | | 839.897 | 756.351 |
| Receitas Tributárias | | 6.366.818 | 5.777.322 |
| **Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados** | 30 | **(2.742.281)** | **(2.426.927)** |
| Custo das Mercadorias Vendidas | | (1.355.077) | (860.732) |
| Custo dos Serviços Prestados | | (1.387.204) | (1.566.195) |
| **Lucro Bruto** | | **4.464.772** | **4.107.272** |
| **Despesas Operacionais** | | **(2.504.192)** | **(19.344.990)** |
| Gerais e Administrativas | 30 | (267.654.606) | (258.337.008) |
| Outras Receitas | 32 | 269.695.822 | 244.874.641 |
| Outras Despesas | 33 | (4.545.409) | (5.882.623) |
| **Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro** | | **1.960.579** | **(15.237.719)** |
| **Resultado Financeiro** | 34 | **253.637** | **178.216** |
| Receitas Financeiras | | 425.941 | 358.020 |
| Despesas Financeiras | | (172.304) | (179.804) |
| **Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | | **2.214.216** | **(15.059.502)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 35 | (665.971) | - |
| **Resultado Líquido do Exercício** | | **1.548.245** | **(15.059.502)** |
| Número de ações | | 42.408.424 | 42.408.424 |
| Lucro por ação (em reais) | | 0,04 | (0,36) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em Reais)

| | Capital Social | Reserva Capital | Reserva Reavaliação | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **42.408.424** | **25.134.178** | **4.833.755** | **(70.990.409)** | **1.385.948** |
| **Transações de Capital com Sócios** | | | | | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 6.800.000 | - | - | 0 | 6.800.000 |
| **Resultado Abrangente Total** | | | | | 0 |
| Prejuízo Líquido do Exercício | - | - | - | (15.363.764) | (15.363.764) |
| Baixas de Ativos Reavaliados | - | - | (71.955) | - | (71.955) |
| Transferência para Passivo (ajuste) | - | (11.181.086) | - | - | (11.181.086) |
| **Mutações Internas do Patrimônio Líquido** | | | | | 0 |
| Absorção do Prejuízo | - | - | - | 358.054 | 358.054 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **49.208.424** | **13.953.092** | **4.761.800** | **(85.996.118)** | **(18.072.802)** |
| **Resultado Abrangente Total** | | | | | 0 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | 1.548.245 | 1.548.245 |
| **Mutações Internas do Patrimônio Líquido** | | | | | 0 |
| Absorção do Prejuízo | - | - | - | (2.822.836) | (2.822.836) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **49.208.424** | **13.953.092** | **4.761.800** | **(87.270.709)** | **(19.347.393)** |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em Reais)

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | **2.214.216** | **(15.059.502)** |
| Ajuste por: | **3.790.529** | **3.782.137** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | (665.973) | - |
| Depreciação | 7.279.338 | 3.728.344 |
| Ajustes Exercícios Anteriores | (2.822.836) | 53.793 |
| Aumento ou Redução nos Ativos | **36.733.284** | **10.497.345** |
| Aumento ou Redução de Clientes | 43.644 | (955) |
| Redução de Outros Créditos | 8.904.263 | 490.697 |
| Aumento ou Redução de Convênios Concedidos | 100.718 | (164.064) |
| Aumento de Estoques | (51.330) | (658.172) |
| Aumento de Despesas do Exercício Seguinte | (11.571) | 17.852 |
| Redução de Realizável a Longo Prazo | 27.747.560 | 10.811.987 |
| Aumento ou Redução nos Passivos | **(36.461.328)** | **18.297.959** |
| Aumento ou Redução de Obrigações a Pagar Circulante | (3.658.190) | 383.973 |
| Aumento ou Redução de Passivo Não Circulante | (32.803.138) | 17.913.987 |
| **Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais** | **6.276.700** | **17.517.939** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | |
| Variação Imobilizado | (3.848.648) | (26.987.343) |
| Variação Intangível | 180.189 | 215.802 |
| **Caixa Líquido consumido pelas Atividades de Investimento** | **(3.668.460)** | **(26.771.541)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | |
| Aporte para Aumento do Capital Social | - | 6.800.000 |
| **Caixa Líquido gerado pelas Atividades de Financiamento** | **-** | **6.800.000** |
| **Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **2.608.240** | **(2.453.602)** |
| **Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **2.608.240** | **(2.453.602)** |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício | 18.063.676 | 20.517.277 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício | 20.671.916 | 18.063.676 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Valores expressos em Reais)

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas** | **13.400.177** | **14.433.579** |
| Venda de Mercadorias e Serviços | 7.346.626 | 6.659.660 |
| Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa | 3.055 | 5.364 |
| Outras Receitas | 6.050.495 | 7.768.555 |
| **Insumos Adquiridos de Terceiros** | **24.939.922** | **25.042.567** |
| Custo das Mercadorias e dos Serviços Vendidos | 2.742.281 | 2.426.927 |
| Materiais, Energia e Serviços de Terceiros | 17.652.232 | 16.733.017 |
| Outros Custos e Despesas | 4.545.409 | 5.882.623 |
| **Valor Adicionado Bruto** | **(11.539.745)** | **(10.608.988)** |
| **Depreciação e Amortização** | **6.819.924** | **3.545.667** |
| **Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade** | **(18.359.669)** | **(14.154.655)** |
| **Valor Adicionado Recebido em Transferência** | **264.065.173** | **237.457.507** |
| Receitas Financeiras | 425.941 | 358.020 |
| Receitas de Subvenção | 260.190.377 | 235.592.376 |
| Outras Receitas | 3.448.855 | 1.507.112 |
| **Valor Adicionado Total a Distribuir** | **245.705.503** | **223.302.852** |
| **Distribuição do Valor Adicionado** | | |
| **Pessoal** | | |
| Remuneração Direta | 212.756.128 | 210.337.787 |
| Benefícios | 20.815.925 | 19.129.810 |
| FGTS | 9.286.417 | 8.267.973 |
| **Plano Demissão Voluntária Incentivada** | - | - |
| **Impostos, Taxas e Contribuições** | | |
| Federais | 773.734 | 87.839 |
| Estaduais | 89.262 | 98.506 |
| Municipais | 262.041 | 244.516 |
| **Remuneração de Capital de Terceiros** | | |
| Juros | 173.753 | 195.924 |
| **Lucro/ Prejuízos Retidos do Exercício** | **1.548.243** | **(15.059.502)** |
| **Valor Adicionado Distribuído** | **245.705.503** | **223.302.852** |

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1588 – Bairro Itacorubi – em Florianópolis/SC, Brasil, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, criada conforme a Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979 e fundada em 27 de novembro de 1979.

A Companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

**2. BASE DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2024.

**3. MOEDA FUNCIONAL**

As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa.

**4. USO DE ESTIMATIVAS**

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem divergir dessas estimativas. As avaliações levaram em conta experiências de eventos passados, pressupostos relativos a eventos futuros, dentre outros fatores. Os itens sujeitos a estas estimativas são:

- Análise do risco de perdas de crédito de liquidação duvidosa;
- Provisões para contingências.

**5. BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**a) Caixas e Equivalentes de Caixa**

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo e se encontram centralizadas em instituição financeira autorizada pelo estado, conforme Decreto Estadual nº 1.073 de 23 de fevereiro de 2017.

**b) Contas a Receber de Clientes**

São registrados pelos valores de notas fiscais de venda e prestação de serviços. São inicialmente registradas pelo valor justo e deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborada com base na inadimplência ocorrida no passado.

**c) Partes Relacionadas**

O Governo do Estado de Santa Catarina como sendo o ente controlador da CIDASC é classificado como parte relacionada de acordo com a NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

O Programa de Demissão Incentivada é pago com recursos provenientes do ente controlador, e representa contabilmente os valores provisionados com base no valor do abono do funcionário que aderiu ao programa de demissão incentivada. Os abonos são pagos aos ex-empregados no prazo de 156 meses. Os valores foram contabilizados no momento do desligamento do funcionário, e sofrem reajustes monetários anualmente, conforme reajustes dos acordos coletivos e estão classificados no circulante e não circulante.

**d) Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis e são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos.

**e) Investimentos**

A empresa possui terrenos que são classificados como propriedade para investimento e estão contabilizados pelo custo histórico.

**f) Imobilizado**

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 como estabeleceu a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, deduzidas conforme o caso, a depreciação ou a amortização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade dos seus ativos.

Ganhos e perdas na alienação são determinados pela comparação entre o valor da alienação e o valor contábil e são registrados no resultado do exercício.

As depreciações são calculadas pelo método linear com base nas taxas determinadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700, de 16 de março de 2017, exceto os bens imóveis que foram avaliados ao valor de mercado e foram depreciados conforme laudo de reavaliação de 31 de dezembro de 1999. Os terrenos não são depreciados.

**g) Intangível**

A CIDASC possui classificados como intangíveis o seguinte bem incorpóreo com vida útil definida: direitos de uso de software. O direito de uso de telefone está contabilizado pelo custo de aquisição, calculado pelo método linear. Não foi realizado *impairment test* nos ativos intangíveis.

**h) Obrigações e Provisões Trabalhistas**

As obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor nominal e apropriadas pelo regime de competência.

As provisões trabalhistas são reconhecidas já que a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor estimado com segurança. As provisões são quantificadas pelo presente do desembolso que se espera para liquidar a obrigação. São reconhecidas mensalmente, conforme período aquisitivo.

**i) Provisão de Contingências**

A provisão de contingência trabalhista e cível foi constituída com base nos riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é provável ou praticamente certa na opinião dos nossos assessores legais.

**j) Convênios**

As receitas provenientes de convênios são reconhecidas como receitas de subvenções quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no convênio. As receitas são reconhecidas no resultado e confrontadas com as despesas que pretendem compensar. A contrapartida da subvenção é reconhecida no passivo, enquanto não são atendidos os requisitos para o reconhecimento.

**k) Convênios Longo Prazo**

São apresentados no Balanço Patrimonial como receita diferida no passivo. São aquisições de bens do ativo imobilizado ou intangível e as receitas são reconhecidas ao longo da vida útil do bem, conforme sua depreciação.

**l) Receitas**

As receitas de vendas são reconhecidas no momento da transferência para o comprador dos riscos e benefícios e quando é provável que benefícios econômicos fluirão para a CIDASC.

As receitas de prestação de serviço são reconhecidas na efetiva realização do serviço e quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação.

As receitas tributárias são provenientes de arrecadações de taxas da Defesa Sanitária Animal Vegetal e Animal, multas aplicadas pela Inspeção de Produtos de Origem Animal e de inscrições em dívida ativa.

**m) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

**n) Tributos sobre o Lucro**

A empresa é tributada pelo Lucro Real, e provisiona valores para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, quando da existência de base positiva. A base de cálculo é o lucro ajustado pelas adições e exclusões legais e sobre esta base aplica a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% no cálculo do imposto de renda e 9% de contribuição social.

**7. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Conta Corrente | 2.357 | 21.952 |
| Conta única (a) | 17.845.486 | 17.935.844 |
| Aplicações Financeiras (b) | 2.824.073 | 105.880 |
| Total | **20.671.916** | **18.063.676** |

**(a)** Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.

**(b)** As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM. A variação na conta Aplicações Financeiras ocorreu pelo ingresso de recursos recebidos do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA firmado em 2023, com o objetivo de atender ao Estado de Santa Catarina emergência zoossanitária em função da detecção da infecção pelo vírus Influenza Aviária H5N1.

**8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

**Composição do Saldo**

Os Créditos a Receber oriundos da conta clientes são recursos a receber pela venda de mercadorias e prestação de serviços a clientes, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Duplicatas a receber | 4.087.710 | 4.134.410 |
| (-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa | (771.048) | (774.103) |
| Total | **3.316.662** | **3.360.306** |

# ESTADO DE SANTA CATARINA
# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.807.586/0001-28

GOVSC

**Vencimento das Duplicatas**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| A vencer | 3.512 | 5.502 |
| Vencidas em até 30 dias | 4.947 | 1.565 |
| Vencidas há mais de 30 dias e em até 5 anos (1) | 3.089.574 | 3.135.502 |
| Vencidas há mais de 5 anos | 989.677 | 991.841 |
| Total | **4.087.710** | **4.134.410** |

(1) Dentre as duplicatas vencidas em até 5 anos, o montante de R$ 3.090.634,42 está em litígio judicial e consideramos provável o recebimento.

**Movimentação de Perdas Estimadas de Créditos Liquidação Duvidosa**

| | 2023 |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 774.103 |
| Adições | 3.040 |
| Reversões | (6.096) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | **771.048** |

## 9. PARTES RELACIONADAS – ATIVO

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Programa de Demissão Incentivada | 32.470.678 | 41.616.039 |
| Total | **32.470.678** | **41.616.039** |

A CIDASC recebe do seu ente controlador, o Governo do Estado de Santa Catarina, recursos para pagamento do Programa de Demissão Incentivada.

O Programa de Demissão Incentivada (PDI), aprovado em 12 de setembro de 2008, buscou a otimização dos recursos financeiros despendidos com a folha de pagamento de pessoal, mediante redução e renovação de seu quadro funcional.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de treze anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Foram demitidos pelo programa 577 empregados.

**Composição do PDI:**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Circulante | 32.470.678 | 41.616.039 |
| Não Circulante | 92.749.398 | 120.601.155 |
| Total | **125.220.076** | **162.217.193** |

A composição de pagamento por ano até o final do programa está classificada conforme a Tabela abaixo:

| | Em Reais | % do total |
|---|---|---|
| 2024 | 33.143.327 | 26% |
| 2025 | 26.503.783 | 21% |
| 2026 | 21.571.586 | 17% |
| 2027 | 18.002.195 | 14% |
| 2028 | 16.221.978 | 13% |
| 2029 | 9.638.879 | 8% |
| 2030 | 138.329 | 0,11% |
| Total | **125.220.076** | **100%** |

## 10. ESTOQUES

Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido de impostos recuperáveis.

| | 2023 | 2024 |
|---|---|---|
| Estoques para Revenda | 9.596 | 4.118 |
| Estoques em Trânsito | 1.048 | -- |
| Estoques de Almoxarifado | 2.502.167 | 2.457.363 |
| Total | **2.512.810** | **2.461.481** |

## 11. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo é composto por direitos da empresa junto a união, estado e municípios. Os créditos relativos aos tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar.

Deste total, R$ 264.623,02 estão em análise na Receita Federal do Brasil para restituição aos cofres da CIDASC.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| IRPJ | 419.708 | 678.533 |
| CSLL | 69.423 | 158.789 |
| PIS | 195.113 | 119.013 |
| COFINS | 888.163 | 541.927 |
| INSS | 7.557 | 9.213 |
| ISS | 49.426 | 49.528 |
| (-) Provisão Ajuste Valor Recuperável | (85.453) | (85.453) |
| Total | **1.543.936** | **1.471.550** |

A variação da conta se deu principalmente a restituições recebidas em 2023 no total de R$ 351.307,33 aos cofres da empresa. As restituições recebidas em anos anteriores eram compensadas com o parcelamento da Receita Federal.

## 12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O saldo da conta Despesas Pagas Antecipadamente refere-se principalmente ao pagamento antecipado de despesas cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro e despesas que serão apropriadas conforme a competência, como o licenciamento de veículos, IPTU, ITR e seguros.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prêmios de Seguros | 1.610 | 2.391 |
| Licenciamento de Veículos | 32.650 | 19.326 |
| Imposto Predial Territorial Urbano | 2.769 | 3.131 |
| Imposto Territorial Rural | 471 | 431 |
| Assinaturas de Anuidades | – | 650 |
| Total | **37.500** | **25.929** |

A variação da conta Licenciamento de Veículos ocorreu pela aquisição dos novos veículos em 2023.

## 13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se, principalmente, a Adiantamentos de 13º salário, de Fornecedores, e de Viagens a colaboradores, bem como outros créditos.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adiantamento de 13º salário | 560.310 | 472.824 |
| Adiantamento de diárias | 40.993 | 29.148 |
| Adiantamento a fornecedores | 10.693 | 1.611 |
| Créditos por dano ao erário | 32.226 | 13.620 |
| Convênios concedidos | 63.346 | 164.064 |
| Ressarcimento empregados cedidos (1) | 2.647.469 | 2.560.940 |
| Outros créditos | 12.830 | 57.665 |
| Total | **3.367.866** | **3.299.872** |

(1). Os valores registrados na conta Ressarcimento de empregados cedidos tratam-se de direito ao reembolso da folha de pagamento de empregados cedidos a outros órgãos. Referem-se principalmente à folha de dezembro e 13º salário/2023, que correspondem a R$ 2.627.254,58.

## 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem ao total de recursos depositados em juízo e de processos que não foram encerrados até o final do exercício, na opinião dos nossos assessores jurídicos.

A CIDASC não sofre mais bloqueios judiciais por conta da apreciação pelo Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamento (ADPF) 542 que resultou nos pagamentos dos débitos trabalhistas que agora ocorrem pela sistemática dos precatórios conforme artigo 100 da Constituição Federal.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Depósitos Recursais | 2.594.169 | 2.884.421 |
| Bloqueios Judiciais (1) | 1.450.279 | 1.055.830 |
| Total | **4.044.448** | **3.940.251** |

(1) A variação ocorrida na conta Bloqueios Judiciais se deu pela conciliação contábil realizada, onde foram estornados lançamentos de encerramento de processos, em que os processos continuam ativos.

## 15. INVESTIMENTOS

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito na NBC TG 27(R4) – Imobilizado. Para reconhecimento foi utilizado método de custo. Como tratam-se de terrenos, não há depreciação para estes bens.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Propriedades para Investimento | 30.996 | 30.996 |
| Total | **30.996** | **30.996** |

## 16. IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado da empresa são avaliados pelo valor de custo de aquisição. No ano de 1999 a empresa reavaliou os seus imóveis.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. Não foi realizado teste de recuperabilidade desses ativos.

É composto pelos saldos de imobilizados em operação e imobilizados em andamento:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Imobilizados em operação (a) | 40.463.616 | 43.894.306 |
| Imobilizados em andamento (b) | 194.047 | 194.047 |
| Total | **40.657.663** | **44.088.353** |

(a) Imobilizados em operação

**Valor Contábil Bruto 2023**

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Máquinas | 45.620.259 | 172.817 | 159.196 | 45.633.879 |
| Veículos | 39.114.010 | 2.889.457 | 2.982.838 | 39.020.629 |
| Obras | 14.544.011 | -- | -- | 14.544.011 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 14.762.572 | -- | 12.358 | 14.750.215 |
| Equip. Computação | 11.679.559 | 580.484 | 1.184.904 | 11.075.138 |
| Correias Transport. | 8.294.610 | -- | -- | 8.294.610 |
| Terrenos | 6.116.960 | -- | -- | 6.116.960 |
| Tratores | 3.849.053 | -- | 12.901 | 3.836.153 |
| Móveis | 4.857.831 | 54.732 | 192.776 | 4.719.787 |
| Outros | 1.437.659 | -- | 436 | 1.437.223 |
| Ferrovias | 1.050.784 | -- | -- | 1.050.784 |
| Total | **151.327.309** | **3.697.489** | **4.545.409** | **150.479.389** |

**Valor Contábil Bruto 2022**

| | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| Máquinas | 45.176.966 | 1.044.355 | 601.062 | 45.620.259 |
| Veículos | 20.352.177 | 20.778.832 | 2.016.999 | 39.114.010 |
| Obras | 14.689.309 | -- | 145.298 | 14.544.011 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 14.774.887 | -- | 12.315 | 14.762.572 |
| Equip. Computação | 10.367.930 | 3.689.553 | 2.377.924 | 11.679.559 |
| Correias Transport. | 8.294.610 | -- | -- | 8.294.610 |
| Terrenos | 6.198.964 | -- | 82.005 | 6.116.960 |
| Tratores | 4.400.097 | -- | 551.043 | 3.849.053 |
| Móveis | 3.781.281 | 1.292.915 | 216.365 | 4.857.831 |
| Outros | 1.445.291 | 5.100 | 12.732 | 1.437.659 |
| Ferrovias | 1.050.784 | -- | -- | 1.050.784 |
| Total | **130.532.298** | **26.810.755** | **6.015.744** | **151.327.309** |

**Depreciação 2023**

| | Depreciação do Período | Baixa | Depreciação Acumulada |
|---|---|---|---|
| Máquinas | 537.379 | 151.245 | 43.497.212 |
| Veículos | 4.345.300 | 2.982.838 | 20.516.311 |
| Obras | 58.992 | -- | 14.348.709 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 552.291 | 10.419 | 6.537.100 |
| Equip. Computação | 1.245.254 | 1.175.536 | 7.291.793 |
| Correias Transport. | -- | -- | 8.294.610 |
| Terrenos | -- | -- | -- |
| Tratores | -- | 12.901 | 3.836.153 |
| Móveis | 337.938 | 180.052 | 3.307.860 |
| Outros | 18.997 | 390 | 1.335.241 |
| Ferrovias | -- | -- | 1.050.784 |
| Total | **7.096.151** | **4.513.381** | **110.015.773** |

**Depreciação 2022**

| | Depreciação do Período | Baixa | Depreciação Acumulada |
|---|---|---|---|
| Máquinas | 486.321 | 589.301 | 43.111.078 |
| Veículos | 1.109.417 | 2.016.999 | 19.153.849 |
| Obras | 59.107 | 141.103 | 14.289.717 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 553.611 | 1.441 | 5.963.629 |
| Equip. Computação | 1.020.439 | 2.377.455 | 7.222.075 |
| Correias Transport. | -- | -- | 8.294.610 |
| Terrenos | -- | -- | -- |
| Tratores | -- | 551.043 | 3.849.053 |
| Móveis | 264.127 | 203.109 | 3.149.974 |
| Outros | 19.520 | 11.077 | 1.348.233 |
| Ferrovias | -- | -- | 1.050.784 |
| Total | **3.512.542** | **5.891.529** | **107.433.003** |

**Vida útil estimada – Taxa de Depreciação**

| | |
|---|---|
| Máquinas | 10% |
| Veículos | 20% |
| Obras | 4% |
| Benfeitorias em Prop. Terceiros | 4% |
| Equipamentos de Computação | 20% |
| Correias Transportadoras | 50% |
| Tratores | 20% |
| Móveis | 10% |
| Ferrovias | 4% |
| Outros | 4% a 20% |

**Valor Contábil Líquido 2023**

| | Valor Contábil Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido |
|---|---|---|---|
| Máquinas | 45.633.879 | 43.497.212 | 2.136.667 |
| Veículos | 39.020.629 | 20.516.311 | 18.504.318 |
| Obras | 14.544.011 | 14.348.709 | 195.301 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 14.750.215 | 6.537.100 | 8.213.115 |
| Equip. Computação | 11.075.138 | 7.291.793 | 3.783.346 |
| Correias Transport. | 8.294.610 | 8.294.610 | -- |
| Terrenos | 6.116.960 | -- | 6.116.960 |
| Tratores | 3.836.153 | 3.836.153 | -- |
| Móveis | 4.719.787 | 3.307.860 | 1.411.927 |
| Outros | 1.437.223 | 1.335.241 | 101.982 |
| Ferrovias | 1.050.784 | 1.050.784 | -- |
| Total | **150.479.389** | **110.015.773** | **40.463.616** |

**Valor Contábil Líquido 2022**

| | Valor Contábil Bruto | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido |
|---|---|---|---|
| Máquinas | 45.620.259 | 43.111.078 | 2.509.181 |
| Veículos | 39.114.010 | 19.153.849 | 19.960.162 |
| Obras | 14.544.011 | 14.289.717 | 254.293 |
| Benfeit. Prop. Terceiros | 14.762.572 | 5.963.629 | 8.798.943 |
| Equip. Computação | 11.679.559 | 7.222.075 | 4.457.484 |
| Correias Transport. | 8.294.610 | 8.294.610 | -- |
| Terrenos | 6.116.960 | -- | 6.116.960 |
| Tratores | 6.116.960 | 3.849.053 | -- |
| Móveis | 4.857.831 | 3.149.974 | 1.707.858 |
| Outros | 1.437.659 | 1.348.233 | 89.426 |
| Ferrovias | 1.050.784 | 1.050.784 | -- |
| Total | **151.327.309** | **107.433.003** | **43.894.306** |

**(b) Imobilizado em Andamento**

As Imobilizações em Andamento apresentam saldo de R$ 194.047,00, referente a obras nos Departamentos Regionais de Campos Novos e de Joinville.

## 17. INTANGÍVEIS

Os bens do Ativo Intangível são avaliados pelo valor de custo de aquisição. A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação destes bens.

Não foi realizado *impairment test* para os ativos intangíveis.

**Valor Contábil Bruto 2023**

| | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | 2.365 | -- | -- | 2.365 |
| Softwares | 4.265.171 | 2.998 | -- | 4.268.169 |
| Marcas | 1.397 | -- | -- | 1.397 |
| Total | **4.268.934** | **2.998** | **--** | **4.271.932** |

**Valor Contábil Bruto 2022**

| | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Baixas | Saldo em 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | 2.365 | -- | -- | 2.365 |
| Softwares | 4.265.171 | -- | -- | 4.265.171 |
| Marcas | 1.397 | -- | -- | 1.397 |
| Total | **4.268.934** | **--** | **--** | **4.268.934** |

**Amortização 2023**

| | Amortização do Período | Baixa | Amortização Acumulada |
|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | -- | -- | -- |
| Softwares | 183.187 | -- | 4.169.504 |
| Marcas | -- | -- | -- |
| Total | **183.187** | **--** | **4.169.504** |

**Amortização 2022**

| | Amortização do Período | Baixa | Amortização Acumulada |
|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | -- | -- | -- |
| Softwares | 215.802 | -- | 3.986.317 |
| Marcas | -- | -- | -- |
| Total | **215.802** | **--** | **3.986.317** |

**Vida útil estimada – Taxa de Amortização**

| | |
|---|---|
| Direito de uso de telefone | Indefinida |
| Softwares | 20% |
| Marcas | Indefinida |

**Valor Contábil Líquido 2023**

| | Valor Contábil Bruto | Amortização Acumulada | Valor Contábil Líquido |
|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | 2.365 | -- | 2.365 |
| Softwares | 4.268.169 | 4.169.504 | 98.665 |
| Marcas | 1.397 | -- | 1.397 |
| Total | **4.271.932** | **4.169.504** | **102.428** |

**Valor Contábil Líquido 2022**

| | Valor Contábil Bruto | Amortização Acumulada | Valor Contábil Líquido |
|---|---|---|---|
| Direito de uso - telefone | 2.365 | -- | 2.365 |
| Softwares | 4.265.171 | 3.986.317 | 278.854 |
| Marcas | 1.397 | -- | 1.397 |
| Total | **4.268.934** | **3.986.317** | **282.616** |

## 18. FORNECEDORES

A rubrica contábil Fornecedores é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores de diversos bens e serviços.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Fornecedores de bens e serviços | 96.859 | 873.385 |

## 19. TRIBUTOS A RECOLHER

As Obrigações Tributárias e Sociais têm seu saldo vinculado aos tributos e contribuições sociais incidentes sobre as receitas auferidas, encargos da folha de pagamento e retenções de serviços terceirizados.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| ISS | 21.498 | 15.884 |
| ICMS | 2.760 | 36.647 |
| PIS | 6.734 | 5.826 |
| COFINS | 31.081 | 26.890 |
| IR | 3.889.794 | 1.680.422 |
| CSLL | 159.237 | 8.963 |
| INSS | 3.935.044 | 3.649.387 |
| Parcelamento Receita Federal do Brasil (1) | 191.512 | 191.512 |
| Total | **8.237.660** | **5.615.532** |

(1) Vide Nota 27(a)

## 20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Correspondem aos valores de obrigações com consignações de folha de pagamento, férias e licenças com encargos provisionados.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Provisão de Férias e encargos sociais | 16.373.301 | 15.607.778 |
| Provisão de Licença Especial e encargos sociais | 14.440.907 | 13.980.823 |
| Consignações de folha em favor de terceiros | 2.187.743 | 1.976.621 |
| Total | **33.001.951** | **31.565.222** |

## 21. PARTES RELACIONADAS – PASSIVO

Composto pelos valores destinado aos Programas de Demissão Incentivada (vide Nota 9) e por valores concedidos pelo sócio, que foram transferidos a municípios, por meio do Programa de SC Transferências, com o objetivo de erradicação da brucelose e tuberculose no Estado de Santa Catarina.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Programa de Demissão Incentivada | 32.470.678 | 41.616.039 |
| Recursos do sócio a transferir | 63.346 | 164.064 |
| Total | **32.534.024** | **41.780.103** |

## 22. CONVÊNIOS

Valores correspondentes a Convênios firmados com outras entidades, para desenvolver projetos de interesse da CIDASC. Os valores registrados nesta rubrica correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cujo reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| MAPA 945531/2023 – Influenza Aviária | 2.055.671 | -- |
| Corredor de Exportação Terminal Graneleiro | 1.984.226 | 1.984.226 |
| Total | **4.039.897** | **1.984.226** |

O Convênio MAPA 945531/2023 firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, tem o objetivo de atender ao Estado de Santa Catarina emergência zoossanitária em função da detecção da infecção pelo vírus Influenza Aviária H5N1.

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações exigíveis até o final do exercício

# ESTADO DE SANTA CATARINA
# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.807.586/0001-28

seguinte.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adiantamento de clientes | 2.024 | 3.087 |
| Créditos não identificados (1) | 900 | -- |
| Caução de contratos com fornecedores | 710.004 | 656.542 |
| Pagamentos devolvidos a regularizar (2) | 244.060 | -- |
| Alvarás judiciais a identificar (3) | 4.062 | 7.436 |
| Outras obrigações (4) | -- | 44.100 |
| Total | **961.049** | **711.165** |

(1) Valores recebidos, contudo, não foram identificados a origem do crédito bancário.
(2) Pagamentos efetuados, mas que por algum motivo impossibilitou a efetivação do pagamento, por exemplo, domicilio bancário incorreto, (Orientação Técnica GEFTE/DITE nº 002/2010).
(3) Valor correspondente a alvarás judicias recebidos que não foram identificados a que processo se referem.
(4) Valor de R$ 44.100,00 do ano de 2021 que corresponde ao título emitido no Leilão realizado em 2021 mas que até o encerramento do exercício de 2022não havia sido transferido o bem e nem recebido o título.

**24. CONVÊNIOS LONGO PRAZO**

A conta Recursos de Convênios Aplicados a Realizar é utilizada para contabilizar a aquisição de imobilizado/intangível através de convênios ou de descentralizações financeiras oriundas de outros órgãos do estado, cuja receita irá ser reconhecida mediante o reconhecimento da depreciação/amortização destes bens.

A conta Descentralizações a realizar representa o grande investimento realizado na Defesa Agropecuária com fontes de recursos descentralizados, principalmente, da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDERURAL.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Sapiens Park | -- | 2.929 |
| MAPA 755855/2011 | -- | 1.419 |
| MAPA 756431/2011 | -- | 23.528 |
| MAPA 762788/2011 | 11.081 | 23.240 |
| MAPA 794620/2013 | 293.618 | 532.303 |
| MPSC FRBL 9/2015 | 16.014 | 22.250 |
| Descentralizações a realizar | 18.721.110 | 23.500.643 |
| Total | **19.041.823** | **24.106.312** |

**25. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS**

Valores provisionados decorrentes de processos judiciais vigentes em que há probabilidade de perda com base na opinião dos nossos assessores legais.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Provisão Trabalhista | 11.532.035 | 11.250.821 |
| Provisão Cível | 1.920.181 | 1.896.775 |
| Total | **13.452.216** | **13.147.596** |

A movimentação durante o exercício ocorreu como segue:

| | 2023 |
|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | **13.147.596** |
| Adições | 429.761 |
| Reversões | 125.142 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | **13.452.216** |

Atualmente os débitos trabalhistas decorrentes de ações judiciais são pagos através de precatórios, de acordo com o art. 100 da Constituição Federal, resultado da liminar ADPF nº 542 deferida pelo Supremo Tribunal Federal. Contudo é possível que haja posterior cobrança destes valores pelo Estado.

**26. PASSIVOS CONTINGENTES**

Os passivos contingentes trabalhistas e cíveis foram constituídos com base em riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores legais.

A entidade não reconhece contabilmente um passivo contingente, apenas divulga em notas explicativas, conforme exposto na NBC TG 25 (R2), que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Trabalhista | 16.574.404 | 12.361.117 |
| Cível | 126.016.883 | 125.756.189 |
| Total | **142.591.287** | **138.117.306** |

**27. OUTRAS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO**

São compostas por parcelamento junto à Receita Federal do Brasil e por valores de convênios e contratos que estão em discussão judicial.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Parcelamento RFB Lei nº 12.996/2014 (a) | 779.873 | 971.385 |
| Convênios e contratos em discussão judicial (b) | 15.958.944 | 15.958.944 |
| Total | **16.738.818** | **16.930.330** |

**(a) Parcelamento RFB Lei nº 12.966, de 18 de junho de 2014**

A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, conhecida como REFIS DA COPA.

Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento dos valores devidos a "Outras Entidades" incidente sobre a folha de pagamento, durante os meses de maio/2011 a dezembro/2011. O valor do montante não recolhido foi de R$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a pertinência da adesão e esta, em 21/08/2014, emitiu parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

Composição total da obrigação:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Circulante | 191.512 | 191.512 |
| Não Circulante | 779.873 | 971.385 |
| Total | **971.385** | **1.162.897** |

**(b) Convênios e Contratos em Discussão Judicial**

Referem-se a valores que ingressaram na companhia por meio de convênios e/ou contratos firmados, contudo estão em litígio judicial.

Em 2022, o valor registrado nesta rubrica é referente a um único processo judicial, cuja decisão foi desfavorável em primeira instância. A CIDASC já ingressou com recurso em instância superior.

O valor de R$ 15.958.944 é oriundo de uma Parceria Público-Privada firmada em 2004, cujo objetivo era a melhoria da estrutura do corredor de exportação do Terminal Graneleiro.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Convênios e contratos em discussão judicial | 15.958.944 | 15.958.944 |
| Total | **15.985.944** | **15.985.944** |

**28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Capital Social (a) | 49.208.424 | 49.208.424 |
| Reserva de Reavaliações (b) | 4.761.800 | 4.761.800 |
| Reserva de Capital (c) | 13.953.092 | 13.953.092 |
| Lucro/ Prejuízo do Exercício | 1.548.245 | (15.059.502) |
| Prejuízos Acumulados | (88.818.954) | (70.936.616) |
| Total | **(19.347.393)** | **(18.072.802)** |

**(a) Capital Social**

O Capital Social Subscrito apresenta um montante de R$ 42.408.423,68, cujas ações nominais estão integralizadas pelo único acionista – o Governo de Estado de Santa Catarina.

Em novembro de 2022, houve um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 6.800.000,00, que será integralizado em Assembleia Geral futura.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Capital Social Subscrito | 42.408.424 | 42.408.424 |
| Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital | 6.800.000 | 6.800.000 |
| Capital Social | **49.208.424** | **49.208.424** |

**(b) Reserva de Reavaliação**

Em 1999, a CIDASC procedeu às reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa no estado. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da Reserva de Reavaliação é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.

**(c) Reserva de Capital**

Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação CAP (Conselho de Autoridade Portuária) nº 82/02-X.

Em 2022, houve transferência parcial do saldo para a conta Convênios e Contratos – Discussão Judicial no Passivo Não Circulante, já que uma das empresas que integrava a Parceria Público-Privada ingressou com ação judicial e houve decisão desfavorável à CIDASC em primeira instância. A CIDASC já ingressou com recurso em instância superior.
Vide Nota 27 (b)

**29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

As receitas operacionais são obtidas através das receitas de revenda de mercadorias, prestação de serviços e arrecadação de tributos.

As receitas comerciais referem-se a revenda de guias de Trânsito Animal de Defesa Sanitária Animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal, apoio laboratorial.

Já as receitas tributárias são oriundas das taxas da Defesa Sanitária Animal e Vegetal, multas aplicadas pela Inspeção de Produtos de Origem Animal e de valores inscritos em dívida ativa.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita Operacional Bruta | **7.346.626** | **6.659.660** |
| Revenda de Mercadorias | 358 | 579 |
| Prestação de Serviços | 979.451 | 881.759 |
| Receitas Tributárias | 6.366.818 | 5.777.322 |
| (-) Deduções da Receita | **(139.574)** | **(125.461)** |
| ISS | (48.833) | (43.845) |
| PIS | (16.186) | (14.559) |
| COFINS | (74.555) | (67.057) |
| Receita Operacional Líquida | **7.207.053** | **6.534.199** |

**30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos são aplicados diretamente para a geração de receitas.
**Custos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Custos das Mercadorias Vendidas | 1.355.077 | 860.732 |
| Custo dos Serviços Prestados | 1.387.204 | 1.566.195 |
| Total | **2.742.281** | **2.426.927** |

**Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas são as despesas mais relevantes do resultado, sendo que as despesas com pessoal são a que tem maior representatividade (quadro analítico abaixo).

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Pessoal (a) | 222.042.545 | 218.605.760 |
| Benefícios a empregados (b) | 20.815.925 | 19.129.810 |
| Gerais | 24.475.196 | 20.279.919 |
| Tributárias | 320.939 | 321.519 |
| Total | **267.654.606** | **258.337.008** |

**(a) Pessoal**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Folha de Pagamento e Encargos | 152.444.108 | 135.608.563 |
| Provisões e Encargos | 24.918.350 | 26.203.489 |
| Programa de Demissão Incentivada | 42.628.934 | 53.208.382 |
| Despesas de processos judiciais (provisão e indenizações) | 1.216.533 | 2.268.271 |
| Medicina e Segurança do Trabalho | 282.548 | 709.821 |
| Estagiários | 215.352 | 263.474 |
| Honorários Diretoria | 301.440 | 308.480 |
| Honorários Conselho Fiscal | 35.280 | 35.280 |
| Total | **222.042.545** | **218.605.760** |

**(b) Benefícios a empregados**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Vale alimentação | 7.569.849 | 6.362.767 |
| Contribuição patronal plano de saúde | 5.214.737 | 4.657.537 |
| Contribuição patronal previdência complementar | 3.976.250 | 3.608.735 |
| Auxílio creche/babá | 2.997.598 | 3.235.361 |
| Inscrições em cursos/treinamentos | 602.344 | 454.087 |
| Diárias | 419.950 | 766.756 |
| Auxílio fúnebre | 34.840 | 41.052 |
| Vale transporte | 358 | 3.515 |
| Total | **20.815.925** | **19.129.810** |

**31. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

A CIDASC possui um plano de previdência complementar a seus colaboradores: o CIDASC-FLEX CERES. Administrado pela CERES – Fundação de Seguridade Social, é oferecido de forma facultativa a todos os seus funcionários cobrindo benefícios programados e de risco.

É definido na modalidade contribuição definida (CD), já que previamente o participante define o valor de contribuição em porcentagem salarial, até o limite de 7% do salário de participação. Pode fazer ainda aportes adicionais (sem paridade da patrocinadora) ou alterar o percentual de contribuição periodicamente.

Na fruição do benefício, o valor deste é calculado no momento da aposentadoria, com base no saldo da reserva pessoal e tem caráter vitalício.

O custeio é paritário (até o limite de 7%), de modo que a parcela da CIDASC corresponde a 50% da contribuição mensal. As contribuições realizadas pela companhia em 2023 totalizaram R$ 3.976.250,07.

**32. OUTRAS RECEITAS**

São classificadas como outras receitas, as receitas provenientes de subvenções e receitas diversas como reversão de provisões, indenizações recebidas, e ganhos na venda de imobilizado.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Subvenções Recebidas (a) | 260.190.377 | 235.592.376 |
| Outras Receitas (b) | 3.454.951 | 1.513.710 |
| Ganho de Capital | 6.050.495 | 7.768.555 |
| Total | **269.695.822** | **244.874.641** |

**(a) Subvenções Recebidas**

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos. Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Secretaria do Estado da Agricultura e da Pecuária (SAR) e do Ministério Público do Santa Catarina, que concedeu recursos para o projeto "Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária".

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Subvenções Governo do Estado de SC | 253.733.124 | 231.987.797 |
| Descentralizações de outros órgãos | 6.172.297 | 2.693.088 |
| Convênios | 284.956 | 914.491 |
| Total | **260.190.377** | **235.592.376** |

**(b) Outras Receitas**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Locações | 2.000 | 7.887 |
| Reversões de provisões | 3.156.554 | 883.826 |
| Doações | 180.910 | 264.313 |
| Multas contratuais | 41.250 | 11.644 |
| Outras receitas | 74.236 | 346.040 |
| Total | **3.454.951** | **1.513.710** |

Do total de R$ 3.156.554 de reversões de provisões realizadas em 2023, R$ 924.563,27 são indedutíveis.

**33. OUTRAS DESPESAS**

Em 2023, foi realizado um leilão para alienação de bens inservíveis.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Perdas na alienação ou baixa de imobilizados | 4.545.409 | 5.822.623 |
| Total | **4.545.409** | **5.822.623** |

**34. RESULTADO FINANCEIRO**

O Resultado financeiro corresponde ao lucro que envolve atividades não operacionais da empresa.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receitas Financeiras | **425.941** | **358.020** |
| Juros Ativos | 12.275 | 12.935 |
| Variações Monetárias | 173.080 | 60.153 |
| Multas | 1.099 | 829 |
| Rendimento Aplicação Financeira | 29.589 | 16.194 |
| Descontos Recebidos | 209.898 | 267.909 |
| (-) Despesas Financeiras | **(172.304)** | **(179.804)** |
| Juros Passivos | (148.240) | (142.137) |
| Variações Monetárias | (2.920) | (8.073) |
| Tarifas Bancárias | (21.144) | (29.594) |
| Resultado Financeiro | **253.637** | **178.216** |

**35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Estamos sujeitos à alíquota de 34% composta por uma alíquota de 15% de imposto de renda, e adicional de 10% e de uma alíquota de 9% de contribuição social sobre o lucro líquido**.**

Em 2023, apuramos o lucro antes do imposto de renda (LAIR) no valor de R$ 2.214.215,93, enquanto que em 2022 foi apurado prejuízo no total de R$ 15.059.502,47.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Imposto de Renda | 480.051 | -- |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | 185.920 | -- |
| Total | **665.971** | **--** |

**36. SEGUROS**

A CIDASC mantém os seguintes contratos de seguros para cobrir eventuais sinistros:

| Objeto | Vigência | Valor segurado |
|---|---|---|
| Veículo leve | 28/03/2022 a 28/03/2023 | 100% Tabela FIPE |

**37. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Em 2023, foram ajustados saldos decorrentes de retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes.

| | 2023 |
|---|---|
| Prejuízos acumulados do exercício de 2022 | 4.989.172 |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2021 | 11.859 |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2018 | (544.125) |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2017 | (571.198) |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2016 | (630.302) |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2015 | (167.698) |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2014 | (125.903) |
| Prejuízos acumulados do exercício de 2013 | (138.968) |
| Total | **2.822.836** |

**38. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A entidade não apresentou eventos subsequentes entre a data da emissão das demonstrações e a autorização para emissão das demonstrações.

Celles Regina de Matos
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036346/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL ENCERRAMENTO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2023

O Conselho Fiscal da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, em reunião realizada no dia 03 de abril de 2023, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2023.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da Audimec Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação ao Conselho de Administração.

Florianópolis (SC), 03 de abril de 2024.

**Décio Alfredo Rockenbach**

**José Angelo Di Foggi**

**Miriam Aparecida Zanotto**

# ESTADO DE SANTA CATARINA
# SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
# COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.807.586/0001-28

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

**Aos**
**Acionista, Conselheiros e Administradores da**
**COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**
EMPRESA PÚBLICA – CNPJ (MF) 83.807.586/0001-28
Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – Florianópolis/SC

**1) Opinião com ressalva:**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos tratados no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIDASC**, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2) Base para Opinião com Ressalva**

**2.1. Evidências Para o Trabalho de Auditoria**

Até onde conseguimos retroagir pelo exame dos relatórios contábeis, constatamos que não há evidências confiável e adequada para validar os saldos abaixo:

| Conta | Descrição | Saldo |
|---|---|---|
| 01.01.01.08.01.000001 | SEC.DE ESTADO DA FAZENDA – C | R$ 17.845.486,11 |

**2.2 Imobilizado - Teste de Recuperabilidade dos Ativos**

A Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos não Financeiros, conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**3) Ênfase**

**3.1. Continuidade do operacional das atividades**

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que as demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Entidade. Entretanto, a Entidade apresenta um patrimônio líquido negativo, de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das "exigibilidades totais" em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

**3.2. Convênios**

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, conforme a nota explicativa nº 22 às Demonstrações Contábeis, os valores de Convênios firmados com outras entidades, para desenvolver projetos de interesse da Cidasc, são valores registrados que correspondem a ingressos financeiros para execução dos Planos de Trabalho, cujo reconhecimento de receita se dá no momento da execução da despesa.

**3.3. Programa de Demissão Incentivada – PDI**

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, conforme a nota explicativa nº 09 às Demonstrações Contábeis, o Programa de Demissão Incentivada (PDI) foi aprovado em 12 de setembro de 2008.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de treze anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante.

| | |
|---|---|
| Circulante | 32.470.678 |
| Não Circulante | 92.749.398 |

Os valores contabilizados foram efetuados no pressuposto da responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina pelo pagamento.

**4) Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo relatório foi emitido em 31 de março de 2023, com modificação de opinião.

**4.1. Demonstração do Valor Adicionado**

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CIDASC** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

**5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CIDASC** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CIDASC** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da **CIDASC** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CIDASC**.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CIDASC** a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis/SC, 27 de março de 2024

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**
CRC/PE 000150/O

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SC
**CNAI 1592 - Sócio Sênior**

**Phillipe de Aquino Pereira**
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SC
**CNAI 4747 – Sócio**

**Thomaz de Aquino Pereira**
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"SC
**CNAI 4850 – Sócio**

RODRIGO **FARACO**

**nsctotal.com.br/faraco**
rodrigo.faraco@nsc.com.br
@RodrigoFaraco

# Figueira começa Série C com **cenário difícil**

O Figueirense é uma grande incógnita na Série C do Brasileiro. Mesmo levando em consideração que a própria competição é muito aberta. Ainda que o Figueira conheça bem os caminhos e as armadilhas que a terceira divisão oferece, é difícil projetar. O que é certo é a cobrança do torcedor, que vai querer uma equipe que brigue pelo acesso à Série B.

O time base tem seis mudanças em relação à equipe do Estadual, mas ainda há muitas apostas. O Figueirense tem, na verdade, duas grandes referências na equipe. Um deles é o meia Camilo e o outro, o goleiro Ruan Carneiro. O zagueiro Genilson é uma liderança, mas não esteve tão bem no Catarinense.

O trabalho do técnico João Burse vai ter que aparecer. O time precisa dar um encaixe certeiro para estar na briga. O Figueirense tem que ser forte coletivamente. E com variações entre ser reativo e propositivo. Além de tudo isso, a direção do clube tem que torcer muito para que o time encaixe e não seja necessário reforçar ou corrigir a rota, porque o Figueira está impossibilitado de contratar pelo Transfer Ban. O cenário é difícil e o time ainda é um grande ponto de interrogação.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br/esportes**

## AVAÍ E CHAPECOENSE TÊM QUE BRIGAR PELO ACESSO

Pode parecer uma grande incoerência para duas equipes que não se arrumaram no Estadual e que no ano passado brigaram para não cair para a Série C. Acontece que a cobrança interna e externa vai ser essa: Avaí e Chapecoense precisam brigar pelo acesso. Até pela história que construíram na competição. A Chape foi campeã em 2020, o Avaí subiu em 2008, 2014, 2016, 2018 e 2021. Os dois clubes conhecem o caminho e a competição.

O problema é que a Chapecoense contratou 20 jogadores para começar o ano e não se acertou no Estadual, ficando fora do mata-mata. Agora tem novo técnico e contratou mais oito reforços para a Série B. O trabalho vai ter que ser muito certeiro.

E no Avaí, o time do Catarinense foi a segunda defesa mais vazada. Em nenhum momento o técnico Eduardo Barroca conseguiu tornar o time consistente. Houve uma melhora que não se sustentou nas semifinais. Tomando dois gols por jogo, o Avaí vai ter problemas na Série B. A direção falou em mudar de 10% a 15% do grupo de jogadores, para melhorar a equipe, mas a realidade é que as mexidas foram pouco representativas.

Portanto, preparem-se. Para Avaí e Chapecoense, a cobrança vai ser alta na Série B, mas os times entram na competição com mais dúvidas do que certezas.

## BRUSQUE PELA PERMANÊNCIA

De novo pode parecer incoerência, mas a condição do finalista do Catarinense é de menos exigência na Série B. O time de Luizinho Lopes é muito competitivo e pode surpreender, mas entra sem a cobrança pelo acesso. O Brusque precisa lutar pela permanência e para se firmar na segundona. É bom lembrar que tem oscilado entre segunda e terceira divisão. E faz neste ano um novo retorno à Série B.

# CATARINENSE GARANTE **VAGA HISTÓRICA** NAS OLIMPÍADAS

Natural de Joinville, Geovana Meyer é a primeira mulher brasileira a garantir uma classificação olímpica em provas de carabina

**VINICIUS TÓFFOLI**
vinicius.toffoli@nsc.com.br

A atleta Geovana Meyer, de 22 anos, conquistou uma vaga histórica para o Brasil no tiro esportivo ao se classificar para os Jogos Olímpicos de Paris 2024. Natural de Joinville, a jovem é a primeira mulher brasileira na história a garantir uma classificação Olímpica em qualquer prova de carabina.

A vaga veio com a segunda colocação na prova de carabina três posições durante o Pré-Olímpico Continental de Tiro Esportivo 2024, em Buenos Aires, na Argentina, na última semana. Como a norte-americana Sagen Maddalena, campeã da competição, já tinha obtido vaga através do Mundial de 2022, a cota no evento foi realocada para a catarinense.

Segundo Geovana, o sonho estava sendo moldado para só daqui a quatro anos:

— Estou muito feliz. Foi um processo que a gente teve que se dedicar muito e abdicar de muita coisa também. Ver que esse degrau foi conquistado me deixa ainda mais motivada. A minha meta há uns dois anos era ir às Olimpíadas de 2028 e me preparar para ela. A oportunidade veio agora e eu aproveitei — revela.

Atleta há mais de oito anos, Geovana Meyer teve influência dos pais, ainda na infância, para iniciar a carreira. Mas para se tornar mais do que apenas uma atiradora da família, ela precisou se munir de uma equipe com psicóloga, fisioterapeuta e nutricionista.

— Comecei aos nove anos no tradicional tiro seta, em Pirabeiraba, porque meus pais já atiravam lá. Sempre foi algo que eu amava e, com o tempo, só fui evoluindo. Aos 14, comecei na modalidade olímpica e as coisas foram acontecendo de uma forma natural. Quando eu vi, já tinha uma equipe completa — explica.

Em 2016, surgiu a oportunidade para Meyer atirar na modalidade olímpica de carabina de ar. Quatro anos depois, entrou para o exército para participar do programa de atletas de alto rendimento, para atuar na modalidade carabina três posições. Esta iniciativa proporciona, até hoje, salário, treino, suporte físico e mental.

Conquistando cada vez mais medalhas e enchendo a prateleira, a atleta viajou o mundo através das competições. Mas a vontade de ir para as Olimpíadas surgiu recentemente, através dos Jogos Sul-Americanos de 2022, em Assunção, no Paraguai. Durante a competição, Geovana ganhou a medalha de ouro no tiro carabina três posições, e duas medalhas de bronze nas provas de carabina de ar e carabina de ar mista. Foi ali que a atleta sentiu quem estava se tornando e projetou maiores conquistas.

— Participar de um campeonato que cheguei longe e ver que tinha essa chance me fez querer mais. Conversei com meus pais, com a equipe e falei: "Vamos para as Olimpíadas". Eu tinha em mente que era um processo, mas fui focada. Sou grata a eles por abraçarem esse objetivo e me apoiarem muito. Meu sonho virou o sonho deles — afirma.

Há poucos meses de fazer as malas e conhecer a capital francesa, a ansiedade e a vontade de competir já tomam conta da atleta.

— Estou ansiosa, acho que vai ser um momento muito incrível, ainda mais por ser a minha primeira Olimpíada. Tenho coisas para aprender e ver de diferente. Ansiosa para ver esses grandes ídolos que a gente tem — disse.

SILAS JÚNIOR, NSC TV JOINVILLE

A atleta Geovana Meyer, de 22 anos, obteve a vaga com um segundo lugar no Pré-Olímpico Continental de Tiro Esportivo 2024, em Buenos Aires

## Inspiração para outras mulheres

Mais do que a vaga em Paris 2024, a cota olímpica que Geovana Meyer assegurou quebra um tabu histórico para o esporte no país. É a primeira vez que uma mulher brasileira assegura uma classificação olímpica em qualquer prova de carabina. Inspiração para outras mulheres do esporte, a atleta se vê grata pela conquista e espera contribuir mais com a modalidade.

— Estou aqui representando todas as outras que passaram antes de mim. Elas tiveram que enfrentar muito mais para que hoje fosse mais fácil chegar até aqui. Tenho que agradecer muito a elas por isso. Indo lá já é uma inspiração. Poder falar do meu esporte e mostrar para outras meninas, que dá para chegar lá, já vale — disse.

Essa é a terceira vaga do país no tiro esportivo em Paris 2024. Phelipe Chateaubrian garantiu o primeiro passaporte na pistola de ar 10 metros, ao vencer o Campeonato das Américas de Tiro Esportivo em 2022, enquanto Georgia Furquim levou a segunda vaga para o país no Campeonato das Américas, pelo skeet feminino, na República Dominicana, em março.

**Sob supervisão de Leandro Ferreira*

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br/esportes**

# CURTA USA MARIONETES PARA FALAR SOBRE O CIENTISTA **FRITZ MÜLLER**

Blumenauense utiliza bonecos para contar nas telas história sobre expedição do pesquisador alemão para a Serra Catarinense no final do século 19

**ANA CAROLINA METZGER**
ana.metzger@nsc.com.br

A história do cientista alemão Fritz Müller, radicado em Santa Catarina em 1852 e que aqui se tornou grande colaborador de Charles Darwin na elaboração da Teoria da Evolução, já foi contada através de inúmeras reportagens, palestras, peças de teatro e documentários. A arquiteta blumenauense Carolina Viviane Nunes, no entanto, decidiu pensar fora da caixa e contar um pouco da história do naturalista teuto-brasileiro de um jeito diferente do que já se vê por aí. Com bonecos de marionetes em mãos, ela criou um curta-metragem que mostra de forma criativa parte de uma das expedições dele por Santa Catarina.

"O Príncipe dos Observadores: A Aventura Científica de Fritz Müller em Rancho Queimado" conta o que Müller vivenciou ao chegar no ponto final de uma expedição pelo Estado, justamente no pequeno município da Serra Catarinense. De maneira simples e divertida, o curta propõe valorizar a história local e revelar os segredos da região, desde caminhos pitorescos até a rica flora. A obra terá lançamento no próximo dia 27 de abril, às 18h, na Casa de Campo Governador Hercílio Luz, em Rancho Queimado. No dia seguinte, estará disponível de graça na internet.

Depois de chegar ao Brasil, Fritz Müller percorreu centenas de quilômetros por Santa Catarina em busca de fatos que ajudaram a revolucionar a ciência, deixando um legado para a humanidade. Não à toa, foi o próprio Darwin quem o apelidou de "Príncipe dos Observadores". Em 1886, em uma de suas expedições, ele partiu de Blumenau com destino ao Morro da Boa Vista, em Rancho Queimado.

OSKAR VON MILLER FORUM, DIVULGAÇÃO

Interessada por Fritz Müller desde criança, a arquiteta blumenauense Carolina Viviane Nunes descobriu as histórias do cientista na Serra Catarinense quando adulta

## INTERESSE DE CRIANÇA DESPERTADO QUANDO ADULTA

Com base nos relatos dessa expedição — escritos pelo próprio Müller — Carolina idealizou o projeto que resultou em um curta-metragem de 10 minutos. A ideia, segundo a blumenauense, é celebrar a contribuição do naturalista à ciência e inspirar crianças a explorarem o mundo da natureza e da pesquisa científica.

Carolina conta que se interessa pela história do cientista alemão desde criança, época em que já visitava o Museu Fritz Müller, em Blumenau, e acompanhava peças de teatro que abordavam a jornada dele. A curiosidade aumentou na fase adulta, depois que a arquiteta se mudou para Rancho Queimado, em 2018, e conheceu de perto relatos sobre os Caminhos de Fritz Müller — tema que também virou uma reportagem especial da NSC desenvolvida pelo jornalista Evandro de Assis.

Antes disso, em 2016, Carolina já havia se mudado para a Alemanha, onde fez pesquisas aprofundadas durante um ano e trouxe referências e propostas para o projeto sobre Müller em Santa Catarina. Isso porque foi no país que o naturalista nasceu e fez graduação em filosofia, na Universidade de Berlim. Até que, mais tarde, em 1852, ele veio para o Brasil e passou a morar em Blumenau e Florianópolis.

No Estado, Fritz Müller pesquisou a fauna de invertebrados e a flora catarinense. Desses estudos surgiu a correspondência com cientistas de todo o mundo, entre eles o britânico Charles Darwin, que menciona o cientista em uma dezena de citações na 6ª edição de "A Origem das Espécies", e o usa como referência em outras obras. Foram mais de 100 cartas trocadas entre os dois. Hoje, suas descobertas em Santa Catarina ainda têm grande relevância para a comunidade científica e o Brasil. Um conhecimento que, no entendimento de Carolina, também poderia ser transmitido às crianças de forma lúdica e educativa, conforme propõe o curta-metragem.

"O Príncipe dos Observadores: A Aventura Científica de Fritz Müller em Rancho Queimado" será disponibilizado para todas as escolas do município da Serra Catarinense, mostrando aos alunos como foi a passagem do naturalista pelo município. Além da estreia do curta-metragem no dia 27 de abril, a idealizadora do projeto — que também contou com o apoio da Humanität, Acaprena, do Consulado Honorário Britânico de SC e do Laboratório de Áudio da Furb — ministrará uma palestra intitulada "Fritz Müller e os Caminhos para o Desenvolvimento Regional".

Já para aqueles que desejarem assistir ao filme on-line, basta acessar humanitat.com.br a partir de 28 de abril e acompanhar a "interpretação" divertida dos bonecos de marionetes por Rancho Queimado.

**Sob supervisão de Leo Laps*

### SERVIÇO

Lançamento do curta-metragem "O Príncipe dos Observadores: A Aventura Científica de Fritz Müller em Rancho Queimado".

Dia 27 de abril, às 18h, na Casa de Campo Governador Hercílio Luz, em Rancho Queimado. Entrada Gratuita.

A partir do dia 28 de abril, o curta estará disponível no site humanitat.com.br

WALTER CARLOS WEINGAERTNER, DIVULGAÇÃO

# Pesquisador viveu e Blumenau e Florianópolis, onde estudos renderam contato com Darwin

Filho de pastor protestante e neto de um químico, Fritz Müller estudou matemática e história natural em 1841, disciplina que depois ele lecionaria para adolescentes em Erfurt, região onde nasceu. Neste período, ele começa os estudos relacionados à biologia. Já em 1845 inicia o curso de medicina, mas quando iria receber o diploma e se tornar médico, recusa fazer o juramento. Agnóstico, Fritz não quis jurar que exerceria a profissão em nome de Deus.

Encantado por um país de florestas densas e animais exóticos, ele embarca com a esposa Caroline e a filha Johanna para o Brasil — ele nunca mais retornaria à Europa após a partida, em 1852. Depois de criar rusgas com Dr. Blumenau, o fundador da colônia — por conta de ideologias distintas —, o cientista desencadeia em si o dom da ciência. Em 1856, Fritz Müller deixa a Colônia Blumenau para dar aulas no Liceu Provincial, em Desterro, um colégio fundado pela Assembleia da Província.

É lá na Capital, durante 11 anos analisando crustáceos e outros seres da vida marinha, que o naturalista desenvolve estudos que contribuem na Teoria da Evolução de Darwin. Entre uma aula e outra, a partir de 1857, Fritz se aproveita da facilidade do acesso à vida nos mares para colher espécies que foram fundamentais nas observações.

Em 1861, Müller recebe uma carta do irmão com um exemplar do livro "A Origem das Espécies". Encantado com os estudos — que até então não eram completamente aceitos na comunidade científica —, o alemão decide contribuir com o então desconhecido Darwin para provar o evolucionismo. Fritz se aproveita das observações nos quatro anos anteriores na Praia de Fora, em Desterro, e escolhe a classe dos crustáceos. É com esse tema que em 1864 ele publica um pequeno livro chamado "Für Darwin" (Para Darwin, em português). Esse trabalho é uma das obras que ajuda a alavancar a teoria da evolução.

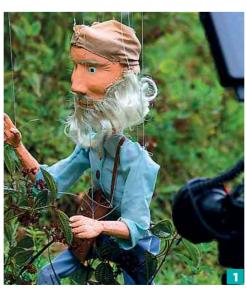
Segundo Edgard Roquette Pinto, no livro "O sábio Fritz Müller", de 1929, a obra do naturalista alemão radicado em Santa Catarina "é um dos maiores monumentos científicos na América do Sul" e destaca ainda que Fritz não é reconhecido da mesma forma que outros cientistas por ter publicado descobertas em revistas, sem centralizar em uma grande obra, tanto que o Für Darwin foi o único livro lançado por Müller.

A publicação sobre os crustáceos chega às mãos de Charles Darwin depois da metade da década de 1860. Ela agrada tanto ao cientista, que ele pede a tradução para o inglês. Daquele momento em diante, Müller e Darwin começam uma amizade que duraria 17 anos, mesmo sem os dois nunca se terem se encontrado pessoalmente.

Esse relacionamento à distância fez com que Fritz Müller fosse citado 17 vezes na reedição da obra de Darwin, tornando o "catarinense" o único cientista brasileiro relevante na comprovação do evolucionismo. Fritz Müller morreu em Blumenau no dia 21 maio de 1897.

ALAN LANGDON, DIVULGAÇÃO

1 Bastidores da produção do curta-metragem, onde bonecos de marionetes foram utilizados

2 Cena do curta-metragem, que será lançado no dia 27 de abril

# PAPAGAIO-DE-PEITO-ROXO

**A ave ocorria na região do atual Parque Nacional das Araucárias, no oeste catarinense. O papagaio-do-peito-roxo se tornou extinto na década de 1980 por causa do desmatamento e da retirada dos filhotes da natureza. Em 2010, o "Silvestres SC" foi o primeiro projeto do Brasil aprovado pelo ICMbio para reintrodução da ave dentro de reserva federal.**

**Infográfico: Ben Ami Scopinho** | **ben.scopinho@nsc.com.br**

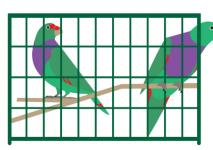
## DE VOLTA AO LAR

Em duas etapas, o projeto Silvestres SC **visa reabilitar, soltar e monitorar os papagaios-de-peito-roxo vitimas de ações humanas.**

**2 Parque Nacional das Araucárias**
. adaptação
. soltura
. monitoramento
. Educação ambiental
. Projeto de geração de trabalho e renda para comunidade.

**1 Florianópolis**
. recepção das aves
. exames clínicos
. reabilitação comportamental

## Etapas do processo: FLORIANÓPOLIS

As aves são provenientes do tráfico ilegal, resgate e/ou transferidas de zoológicos, criadouros ou mantenedouros de fauna.
**Passam pelas seguintes fases:**

## CARACTERÍSTICAS

Essas aves não possuem dimorfismo sexual, ou seja, **não apresentam diferença física entre macho e fêmea.**

**Vermelho**
Acima do bico, em parte das asas e na cauda

**O papagaio se movimenta lentamente para melhor se ocultar em meio às folhas das árvores.**

**Roxo**
Distribuído pelo peito e em torno do pescoço

## CASAL E FILHOTES

**O casal permanece junto no período de procriação**, que ocorre entre setembro e janeiro.

**Presença constante**
Enquanto a fêmea está chocando, **o macho a alimenta e permanece em vigia permanente.**

**Escondidos**
**Necessitam de buracos ocos** em troncos de árvores.

**Geralmente, o casal de papagaios-de-peito-roxo usa o mesmo oco de árvores a cada reprodução. Se a árvore cair, for derrubada ou ocupada por outra espécie, o casal pode não gerar filhotes até encontrar outro local seguro para sua reprodução.**

**Nova geração**
**São 4 ovos,** incubados por cerca de 30 dias.

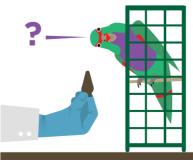
## DISTRIBUIÇÃO ORIGINAL

**O papagaio-de-peito-roxo é uma espécie endêmica da Mata Atlântica que habita matas secas, pinheirais e orlas de capões.** No Brasil, ocorre do Sul da Bahia ao Rio Grande do Sul, além de ocuparem também partes do Paraguai e Argentina.

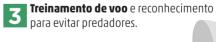
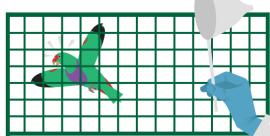
*Em Santa Catarina, são encontrados na floresta ombrófila mista, também conhecidas como* ***matas de araucárias***

**1 Exames para garantir que as aves são saudáveis.** Se não for o caso, toma-se as medidas necessárias.

**Saudável, há maiores chances de a ave não desenvolver doenças e nem contaminar os animais que já estão na área de soltura.**

**2 Reabilitação comportamental**
**As aves aprendem a reconhecer e manipular os alimentos** que encontrarão nas matas.

*Os papagaios de cativeiro são acostumados com alimentos macios, como sementes de girassol. Então, ao longo do tempo, perdem a capacidade de romper alimentos mais duros.*

**A reabilitação inclui alimentos como o pinhão, para que possam reconhecê-lo, ganhar musculatura e habilidade para segurar com o pé os alimentos que depois encontrarão na natureza.**

**3 Treinamento de voo** e reconhecimento para evitar predadores.

**Após anos numa gaiola, as aves não desenvolvem a musculatura ou perdem a capacidade de voar. Na reabilitação, usa-se um puçá para incentivá-los a voar. Assim, eles vão de um ponto a outro, desenvolvendo as condições físicas para voar novamente.**

**INFOGRAFIA** é a seção onde a equipe de design da NSC aborda de maneira visual diferentes temas. *Envie sugestões para o e-mail:* ***ben.scopinho@nsc.com.br***

## AUMENTANDO O BANDO

**Após o nascimento, a nova família se junta a outras,** formando grandes bandos na época em que as araucárias estão produzindo o pinhão.

### Guardião

Podem fazer grandes deslocamentos até as áreas de alimentação. Comem em grandes grupos, mas **um indivíduo geralmente permanece de vigia no alto das árvores.**

### Em silêncio

Os papagaios são ativos e barulhentos por natureza, mas **quando se alimentam permanecem em silêncio.**

*Alcançam a maturidade aos 2 anos.*

Fonte: Vanessa Kanan, pesquisadora do Silvestres SC, www.institutofaunabrasil.org.br

## Etapas do processo: NO PARQUE

**Uma vez aptos, os papagaios são levados para o Parque Nacional das Araucárias,** que fica localizado nas cidades de Passos Maia e Ponte Serrada.

**1** **Passam um período em um viveiro de ambientação** para se habituarem aos sons, cheiros, ambiente e ao clima da floresta.

**2** Os papagaios **recebem microchips e um colar com uma medalha numerada** para identificação à distância.

**3** Quando os papagaios se mostram adaptados ao novo ambiente, **o viveiro é aberto para que possam sair e retornar.**

**Por dias, os papagaios ainda retornam ao viveiro buscando alimentação suplementar.**

**4** **Quando as aves são soltas, começa o monitoramento.** Entre as diversas técnicas, a que apresenta melhor resultado é a ciência cidadã, que engaja a comunidade para relatar os avistamentos das aves.

**São poucas as aves que ficam residentes no Parque Nacional das Araucárias. Vivendo em liberdade, elas têm o padrão de se deslocar entre os municípios da região.**

Acesse o horóscopo também no nsctotal.com.br/horoscopo

## CRUZADAS

Publicado com autorização da Revista Coquetel

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Cantora de "Tá Perdoado" (MPB)
É usada como protetor labial
(?) livre: crawl
Campestres (fem.)
Cantar (o pardal)
Rondônia (sigla)
Parte de capacetes
"Tratado", em Otan
Lobo (?), personagem de contos infantis
Estado da serra da Bodoquena
No ponto de serem colhidos (os frutos)
Milho, nos EUA
Aviso em cercas elétricas
Edward Norton, ator norte-americano
Um dos golpes da capoeira
Cachaça (bras.)
Agente alérgico
(?) Dourados: a década de 1950
Quintal (bras.)
Fraudes; embustes
Monograma de "Raul"
Nelson Gonçalves, o Eterno Boêmio
Aprimora
Vai ao chão
Feira, em inglês
Pão de (?), massa de bolos
Idade Média (abrev.)
Elenco, em inglês
O teste que analisa a personalidade por meio da caligrafia
Aquiles, na Mitologia grega
Anulado (o direito político)
Instrumento de autenticação cartorial
Hora (símbolo)
Cruel; perversa
Porém; contudo
Laço apertado
Falta de vergonha
Andar à toa
Porta, em inglês
O objeto mais caro da coleção
Substância viscosa do quiabo
A onda perfeita para o surfista
Código da Bolívia na internet
Profeta
Militantes (fem.)
Fenômeno luminoso de regiões setentrionais
(?)-fé: sinceridade
Proibição sociocultural

SOLUÇÃO

## RESUMO DAS NOVELAS

### NO RANCHO FUNDO - NSC TV

**Segunda-feira, dia 22/4:** Marcelo invade o quarto de Quinota e é confrontado por Zefa Leonel e Zé Beltino. Quinota inventa estar grávida para salvar Marcelo, enquanto Zefa pede que casem para reparar a honra.

**Terça-feira, dia 23/4:** Marcelo é sequestrado e levado ao rancho por Zé Beltino, Nastácio e Aldenor. Quinota ameaça com uma arma para libertar Marcelo, que foge durante a cerimônia de casamento arranjada.

**Quarta-feira, dia 24/4:** Marcelo foge da cidade, deixando Quinota aliviada. Zefa Leonel revela que a família está falida. Artur e Caridade discutem sentimentos por Quinota, enquanto Celso demite Caridade do hotel.

**Quinta-feira, dia 25/4:** Zefa Leonel e Seu Tico Leonel tentam vender objetos para salvar a família, enquanto Artur e Quinota se aproximam e compartilham um beijo.

**Sexta-feira, dia 26/4:** Após o desmoronamento de uma gruta, Zefa Leonel resgata seu marido. Artur e Blandina lidam com complicações legais. Quinota recebe flores de Artur, surpreendendo-a positivamente.

**Sábado, dia 27/4:** Artur e Quinota enfrentam perigos na gruta azul. Blandina se envolve com Marcelo. Dona Manuela foge do hospital e recebe ajuda de Quinota para escapar.

### FAMÍLIA É TUDO - NSC TV

**Segunda-feira, dia 22/4:** Electra é presa, impactando a família. Tom propõe casamento a Vênus em meio a conflitos familiares. Hans demite Mila por ciúmes durante uma discussão com Jéssica.

**Terça-feira, dia 23/4:** Paulina exige que Vênus se afaste de seus filhos, enquanto Hans e Jéssica celebram um plano bem-sucedido. Andrômeda tenta visitar Electra.

**Quarta-feira, dia 24/4:** Um vídeo ameaça expor Hans e Jéssica, que tentam encobrir seus rastros. Andrômeda e Chicão enfrentam uma enchente em São Paulo enquanto tentam ajudar Electra.

**Quinta-feira, dia 25/4:** Electra retorna para casa com uma festa surpresa. Conflitos surgem quando Mila recupera uma gravação ameaçando Hans. Andrômeda e Chicão são resgatados de uma situação de emergência.

**Sexta-feira, dia 26/4:** Hans se preocupa com Mila, que faz exigências de casamento. Tom acompanha Vênus em uma investigação, enquanto Leda e Lupita enfrentam dilemas pessoais e profissionais.

**Sábado, dia 27/4:** Tom e Vênus lidam com a resistência de Brenda ao casamento. Plutão planeja ajudar Andrômeda a declarar seu amor por Chicão em uma situação complicada.

### RENASCER - NSC TV

**Segunda-feira, dia 22/4:** José Inocêncio deseja que seus filhos voltem para a fazenda. Venâncio é baleado em um ataque planejado por Egídio, gerando uma sequência de eventos trágicos e culpas.

**Terça-feira, dia 23/4:** O velório de Venâncio reúne a comunidade, marcado por emoções e suspeitas sobre o verdadeiro assassino. José Inocêncio busca conforto e planeja vingança.

**Quarta-feira, dia 24/4:** Segredos e mentiras vêm à tona enquanto Buba confessa não estar grávida. José Inocêncio enfrenta desafios em manter a união familiar frente a intrigas.

**Quinta-feira, dia 25/4:** Revelações e confrontos agitam a fazenda. José Inocêncio descobre mentiras sobre a gravidez de Buba.

**Sexta-feira, dia 26/4:** Eliana e Damião se envolvem. Augusto revela a verdade sobre a paternidade do bebê esperado por Teca, chocando José Inocêncio.

**Sábado, dia 27/4:** Teca sente uma conexão estranha com a fazenda. Eliana busca abrigo com Sandra e manipula para obter as terras de Venâncio.

## HORÓSCOPO

**POR THAÍS MARIANO**
Do Portal EdiCase

De 22 a 28 de abril de 2024

**ÁRIES (21/3 a 20/4)**
Inicia-se uma nova fase na sua vida, focada na organização financeira e valorização de recursos já conquistados. Alguns desafios provocarão reflexões sobre desapegos e padrões nocivos. Evite agir precipitadamente para minimizar confusões e desentendimentos.

**TOURO (21/4 a 20/5)**
Este período aumentará sua vitalidade, embora medos e feridas se aprofundem. Será uma chance para superar sombras e seguir fortalecido. Surpresas financeiras positivas podem ocorrer. Enfrente seus medos e fantasmas com dedicação ao autoconhecimento.

**GÊMEOS (21/5 a 20/6)**
Um momento de encerramentos e superação de medos e dores se aproxima, libertando você de ciclos repetitivos. No amor, será um tempo de conclusões. Respeite sua necessidade de introspecção e dedique-se às práticas espirituais. Desse modo, tudo ficará mais claro para que possa tomar decisões com consciência.

**CÂNCER (21/6 a 21/7)**
Você focará bastante no setor profissional. Entretanto, a tendência será que se confunda e que se envolva em conflitos. Portanto, tenha cautela ao tomar decisões importantes e procure se atentar mais às pessoas ao seu redor. Afinal, elas poderão te enganar ou te manipular de alguma forma. Além disso, se concentre em si, cuide das suas emoções e da sua energia.

**LEÃO (22/7 a 22/8)**
Período importante no setor profissional. Será o momento de lidar com as inseguranças que te assombram. Isso porque a tendência será que algumas situações te tirem da zona de conforto e te levem a enfrentar desafios. Porém, serão nesses cenários que encontrará a sua força e o seu potencial para ressignificar os caminhos.

**VIRGEM (23/8 a 22/9)**
Um período otimista começa, ainda que inseguranças sobre seus sonhos e verdades surjam. Reflexões profundas trarão clareza e abertura para mudanças. Enfrente medos com coragem e dedique-se ao autoconhecimento para melhor gestão de sua energia.

**LIBRA (23/9 a 22/10)**
Confronte suas sombras e evite pessimismo. Acolha desconfortos, ressignifique experiências passadas e trate-se com generosidade. No amor, resolva assuntos passados com equilíbrio. Cuidado com decisões precipitadas que impõem sua vontade.

**ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)**
Dedique-se ao equilíbrio em relações e ao autoconhecimento para enfrentar sombras do passado. A rotina agitada requer que encontre tempo para si e estabeleça limites saudáveis, evitando conflitos enquanto cuida de seu bem-estar.

**SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)**
Uma nova fase pede cuidado com a rotina e a busca por mais alegria. Enfrente medos e inseguranças que afetam sua saúde. No ambiente familiar, resolva conflitos e segredos com maturidade, ajustando sua vida para mais felicidade.

**CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/1)**
Desafios com conexões familiares e ressentimentos passados podem causar desconforto. Enfrente inseguranças com consciência e desapegue de dores. Seja cauteloso em relacionamentos e evite decisões financeiras precipitadas para evitar mal-entendidos.

**AQUÁRIO (21/1 a 19/2)**
Sua vida social estará agitada, mas atenção a desconfortos e inseguranças. Recolha-se para entender seus sentimentos. Financeiramente, evite gastos impulsivos e analise suas carências emocionais para gerenciar melhor seus recursos.

**PEIXES (20/2 a 20/3)**
Procure ter mais cautela em suas ações. Desse modo, conseguirá direcionar a sua energia de forma consciente, evitando desperdiçá-la em situações aleatórias e que não lhe trazem crescimento. Além disso, busque desenvolver mais o senso de realidade, pois assim terá mais consciência do que deseja realizar em sua vida e poderá se libertar dos mecanismos de fuga.

# CONHEÇA A REALEZA DA **FESTA DO PINHÃO**

Rainha Luana de Oliveira Martins e as princesas Anne Caroline Machado e Emilie Caroline Vedana formam o trio de mulheres que representa a cultura lageana na 34ª edição da festa, com abertura marcada para o final de maio

**REDAÇÃO LAGES**
redacao.lages@nsc.com.br

Luana, Anne e Emilie, três jovens e um sonho em comum: representar a cultura lageana no maior evento da Serra Catarinense, a Festa Nacional do Pinhão. E tal qual num conto de fadas, o sonho tornou-se realidade, e hoje elas são a realeza de um dos maiores eventos de Santa Catarina. A 34ª Festa Nacional do Pinhão acontecerá em Lages de 24 de maio a 2 de junho, e na edição deste final de semana do NSC Total vamos conhecer um pouco mais sobre as soberanas que representam a beleza das mulheres lageanas.

HANS PETER, DIVULGAÇÃO

Anne, Luana e Emilie apreciam as tradições da Serra Catarinense e da Festa do Pinhão desde crianças

**A Primeira Princesa:**

## Anne Caroline Machado

Anne Caroline Machado, aos 25 anos, se considera uma mulher que sabe lidar bem com situações difíceis.

— Às vezes sou um pouco brava e exigente, noutras procrastino algumas tarefas, mas tento sempre melhorar tudo o que percebo que seja necessário.

E foi assim cheia de atitude que a irmã da Helen e filha da dona Rosângela e do seu José Ademir tomou as rédeas das suas escolhas desde muito nova.

— Sou formada em Estética e Cosmética, mas não me senti realizada com a escolha, e por isso decidi cursar Direito. Além disso, tenho uma loja de roupas on-line. E também estou há cinco anos como síndica do condomínio em que resido — conta ela, se definindo como "uma menina-mulher bem madura".

Sobre o sonho de fazer parte da realeza da Festa do Pinhão ela conta que vem desde criança, mas somente agora criou coragem.

— A minha família é muito ligada à cultura gaúcha, parte dela é integrante do CTG Anita Garibaldi. Minha avó materna era conhecida por ser costureira das bombachas bem tradicionais. Cresci tendo contato com rodeios, bailes e frequentando o sítio dos meus avós, lugar onde se reforça ainda mais essas tradições e costumes. Mas minha ligação [com a festa] é em especial com o Recanto do Pinhão, sempre ia trabalhar com minha mãe no box da Apae — destaca.

**A Rainha:**

## Luana de Oliveira Martins

A médica veterinária Luana de Oliveira Martins tem 25 anos e sempre foi apaixonada pela tradição gaúcha.

— Desde pequena aprendi a dançar vaneira, tomar chimarrão e gostar de estar com os animais de fazenda. Por tudo isso me candidatei à realeza, para representar cada lageana que tem orgulho das nossas raízes — conta a filha de dona Glaci e seu Ângelo.

Ao falar da família, Luana se emociona.

— Eles são os amores da minha vida. Meu irmão mais novo, João Paulo, de 20 anos, é o meu maior fã —, diz referindo-se ao irmão caçula, portador de síndrome de Down.

Sobre a Festa do Pinhão, ela conta que conheceu o evento ainda criança quando foi com familiares e amigos a uma noite de Sapecada do Pinhão. A partir dali ela cultivou esse sonho.

— Mesmo tendo esse sonho, pensei muito antes de me inscrever para o concurso, pois atualmente faço Mestrado em Ciência Animal, no CAV/UDESC, e precisaria organizar bem o meu tempo, para dedicar-me às duas funções. Mas está dando tudo certo!

E quando perguntada como está sendo fazer parte da realeza, ela abre um sorrisão:

— Poder receber o carinho dos lageanos é uma sensação maravilhosa. Encontrar meninas sonhando em também fazer parte da realeza me torna inspiração para as gerações mais novas, e isso traz grande responsabilidade. Porém é um lugar que quero ocupar, servir meu povo e pelo meu serviço, inspirar — ressalta a Rainha da Festa Nacional do Pinhão, que se define como uma mulher que enxerga beleza na simplicidade, que não abre mão dos seus valores e que se sente bem em servir aos demais.

**A Segunda Princesa:**

## Emilie Caroline Vedana

Emilie Caroline Vedana é a caçula do trio, com 19 anos, e tem uma grande família. Aos seis anos de idade o pai Cledson faleceu, e a mãe Helena casou-se com seu "pai do coração" Júlio César.

— Sou a mais nova. Tenho três irmãos mais velhos: Marcos Felipe, Kemeli e Kauê — conta.

Sobre o concurso ela conta que se inscreveu por incentivo da mãe.

— Ela me enviou o post que anunciava a abertura das inscrições. E desde pequena ouço muita música e frequento os shows da Festa do Pinhão. É essa energia contagiante que me fez querer fazer parte da realeza. E mesmo não tendo ligação direta com o nativismo, considero nossa cultura maravilhosa.

A Segunda Princesa se define como uma menina forte e determinada, e deixa uma mensagem para todas as jovens tímidas.

— Sempre vou correr atrás daquilo que eu quero com todo meu esforço. Desde pequena sempre fui muito estudiosa e introvertida e em muitas ocasiões minha timidez me venceu e me fez desistir de muitas coisas. Hoje sou feliz porque minha determinação venceu e veio à tona durante o concurso — diz.

Após a festa, Emilie retornará ao curso de Odontologia, que tinha recém iniciado.

— Quero ser dentista. Construir meu futuro e continuar tendo coragem para trilhar caminhos desconhecidos e me desafiar.

# EXPLORE O MUNDO DAS **COMPRAS ON-LINE**

Assinantes do clube garantem até 65% sobre o valor da compra em uma série de itens de gastronomia, viagem, decoração, pets, vestuário e outros

No cenário contemporâneo, onde a tecnologia se entrelaça com praticamente todos os aspectos de nossas vidas, não é de surpreender que o ato de fazer compras também tenha passado por uma metamorfose significativa.

Uma das mais notáveis mudanças nesse aspecto é o advento das lojas online, que revolucionaram a forma como consumimos bens e serviços. E entre os inúmeros benefícios desse universo digital, as parcerias do Clube NSC oferecem uma vantagem única para os consumidores catarinenses.

Com o Clube NSC, os sócios têm acesso a uma gama diversificada de parceiros cuidadosamente selecionados, que abrangem desde moda e beleza até eletrônicos e viagens. Essas parcerias não só garantem aos sócios descontos exclusivos e ofertas especiais, mas também agregam valor à sua experiência de compra online, tornando-a mais acessível e gratificante.

Outra vantagem inegável das compras online é a economia de tempo e dinheiro. Evitar deslocamentos até as lojas físicas não só poupa tempo precioso, mas também reduz os custos associados, como transporte e estacionamento. Além disso, a capacidade de comparar preços instantaneamente entre diferentes vendedores garante que os consumidores possam encontrar as melhores ofertas sem sair de casa.

Com acesso a uma ampla gama de marcas e benefícios exclusivos, os sócios podem desfrutar de uma experiência de compra online verdadeiramente transformadora, impulsionada pela qualidade, segurança e confiabilidade que o Clube NSC proporciona. Confira!

DIVULGAÇÃO

Economia de tempo e dinheiro é uma dasvantagens das compras on-line

## VIAGEM

HOTEIS.COM – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 8% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DO SERVIÇO.**

FLIXBUS – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 12% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA VIAGEM.**

BUSER – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 5% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA VIAGEM.**

## EDUCAÇÃO

OPEN ENGLISH ONLINE
**CLUBE NSC: 65% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DO CURSO.**

ENGLISH FLUENCY ONLINE
**CLUBE NSC: 50% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DO CURSO.**

## ELETROELETRÔNICOS

CASAS BAHIA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 25% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

PONTO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 25% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

EXTRA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 25% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

MAGAZINE LUIZA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

ATLAS – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

COMPRA CERTA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 30% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

## DECORAÇÃO

GIULIANA FLORES – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

OXFORD PORCELANAS – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

NOVA FLOR – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

## JOIAS E RELÓGIOS

VIVARA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA, LINHA LIFE BY VIVARA.**

## VINHOS

MIOLO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

EVINO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: R$ 40 DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA, ACIMA DE R$ 200.**

## PETS

PETZ – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 7% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

Veja mais descontos e oportunidades no **clubensc.com.br**

Desfrute do universo NSC Total.
Acesse assinensc.com.br, assine o NSC Total e tenha em mãos as principais notícias do estado com os descontos do Clube NSC. Assine e aproveite!

## VESTUÁRIO

HERING – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

FILA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA, EXCETO PRODUTOS DE LANÇAMENTO.**

CENTAURO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

RIACHUELO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 12% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

NETSHOES – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: ATÉ 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

RENNER – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA ACIMA DE R$ 199.**

MASH – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA, EXCETO MARCA CALVIN KLEIN.**

ZATTINI – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 20% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

OLYMPIKUS – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

THE NORTH FACE – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA PRODUTOS SELECIONADOS.**

## PERFUMARIA

L'OCCITANE – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

O BOTICÁRIO – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 15% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA EM PRODUTOS SELECIONADOS.**

SEPHORA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

## INFANTIL

PUKET – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA PRODUTOS SELECIONADOS.**

LOJINHA BABY AND ME BY NESTLÉ – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 12% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA PRODUTOS SELECIONADOS.**

## GASTRONOMIA

BURGER KING – DELIVERY
**CLUBE NSC: R$ 8 SOBRE O VALOR DA COMPRA, PEDIDOS ACIMA DE R$ 25**

LIVE UP – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 10% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

DOMINOS PIZZA – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 30% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DAS PIZZAS.**

## SERVIÇOS

PNEU STORE – LOJA ONLINE
**CLUBE NSC: 3% DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA COMPRA.**

## COMO FUNCIONA O CLUBE NSC E COMO PARTICIPAR

Para fazer parte do Clube NSC e aproveitar todos os benefícios, basta assinar o NSC Total, a maior plataforma de conteúdo de Santa Catarina.

Com a assinatura, você tem acesso aos principais jornais do Estado, como Diário Catarinense e Hora de Santa Catarina, além das rádios CBN Floripa, Itapema FM e Atlântida. Tudo isso, disponível de forma simples, através do seu tablet ou celular.

Para ter acesso aos benefícios do Clube NSC também é simples. Pelo aplicativo, basta clicar na área de descontos e digitar o nome do parceiro que você deseja encontrar no espaço de busca.

O resultado da pesquisa mostrará uma lista que corresponda aos itens digitados. Ao clicar na marca desejada, você encontrará mais informações sobre os descontos e benefícios oferecidos, assim como as suas regras de utilização. Após a escolha, selecione a unidade em que deseja o serviço, caso o parceiro tenha mais de uma cadastrada.

Por último, um QR code será gerado, com todas as informações necessárias para aproveitar suas vantagens. O código de desconto, gerado pelo QR code, fica salvo na aba "meus benefícios".

**PRONTO! AGORA É SÓ INSERIR SEU CÓDIGO NO MOMENTO DA COMPRA QUANDO FOR SOLICITADO**

FOTOS REPRODUÇÃO